



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós – Graduação em Geografia

JOHNATHAN DOS SANTOS DE SOUZA

**DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
GOIÂNIA: fluxos e mobilidades**

GOIÂNIA
2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Johnathan dos Santos de Souza

Título do trabalho: Dinâmica Populacional na Região Metropolitana de Goiânia: fluxos e mobilidades

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

JOHNATHAN DOS SANTOS DE SOUZA
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 16/02/17

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

JOHNATHAN DOS SANTOS DE SOUZA

**DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
GOIÂNIA: fluxos e mobilidades**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges

**GOIÂNIA
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Johnathan dos Santos de
Dinâmica Populacional na Região Metropolitana de Goiânia: fluxos e mobilidades [manuscrito] / Johnathan dos Santos de Souza. - 2016.
128 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Dinâmica Populacional. 2. Região Metropolitana de Goiânia. 3. Metropolização. I. Eustáquio Borges, Ronan, orient. II. Título.

CDU 911.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Johnathan dos Santos de Souza

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis (2016), a partir das 14h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **Johnathan dos Santos de Souza**, intitulada: "DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (1991 A 2010) E EFEITOS SOCIOESPACIAIS." A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 112/2016 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. **Ronan Eustáquio Borges** (Presidente), Prof. Dr. **Manoel Calaça** (membro titular interno) e Prof. Dr. **Juscelino Eudâmidas Bezerra** (membro titular externo). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às _____ horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges (Presidente) – Ass. _____

Aprovado Reprovado ()

Prof. Dr. Manoel Calaça – Ass. _____

Aprovado Reprovado ()

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra – Ass. _____

Aprovado Reprovado ()

Resultado final: Aprovado Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
GOIÂNIA: FLUXOS E MOBILIDADE.

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

JOHNATHAN DOS SANTOS DE SOUZA

**DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE
GOIÂNIA: fluxos e mobilidades**

Dissertação defendida e aprovada no dia ___ de _____ de 2016, no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges
Universidade Federal de Goiás (Presidente)

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra
Universidade de Brasília (Membro Externo)

Prof. Dr. Manoel Calaça
Universidade Federal de Goiás (Membro Interno)

GOIÂNIA
2016

DEDICATÓRIA

À Sarinha, que veio para alegrar minha vida, à
Cristiana, amor da minha vida, e aos meus
pais, alicerces do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde, inteligência e sabedoria, e paciência para me saber lidar com o mundo acadêmico. Por ter me ajudado desde a aprovação no processo seletivo até o término deste trabalho.

À minha Esposa, por ter tido muita paciência e tolerância comigo, principalmente nos momentos de “ausência”, e por ter me apoiado nos momentos difíceis.

À minha filhinha, que chegou para alegrar e dar outro sentido a minha vida, e que por mais que não entenda a importância deste trabalho, um dia lerá essas páginas escritas pelo pai.

A meus pais e meu irmão, por ter tido paciência comigo durante esse período, principalmente nos momentos de stress, e por ter me bancado sem nunca ter reclamado do fato de não poder trabalhar.

Ao meu Orientador, pela paciência tida comigo durante o percurso e pela confiança depositada em mim.

À Marina Landeiro, por disponibilizar o software SPSS e as bases de dados dos Censos 2000 e 2010, além de ter me ensinado a manusear a ferramenta.

Ao Herton Araújo, pesquisador do IPEA, que me ajudou na manipulação dos microdados dos Censos Demográficos no SPSS.

Ao professor Jordão Horta Nunes, da Faculdade de Ciências Sociais, por ter me orientado a trabalhar com o SPSS.

A todos os professores da Educação Básica e do Ensino Superior, por ter me ensinado alguns conhecimentos que me foram e tem sido úteis até o presente momento.

À Universidade Federal de Goiás, por ter me oportunizado a chance de cursar o ensino superior e o Mestrado, coisa que para minha família é algo inédito.

À Capes por ter disponibilizado a bolsa.

Aos alunos, professores, e militantes que lutaram, e que por suas lutas, conseguiram fazer com que a universidade aderisse ao programa de cotas raciais, que apesar das críticas, me proporcionou o acesso ao ensino superior público federal.

Aos Irmãos da Congregação Cristã no Brasil.

A todos que de uma forma ou de outra me ajudaram durante o processo de formação.

RESUMO:

O presente trabalho analisa a dinâmica populacional da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), a partir do início da década de 1990 até a primeira década do século XXI, juntamente com os fatores de sua formação territorial. Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos dos Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 e do Departamento de Informática do SUS (DataSus). As análises mostraram que o crescimento populacional se intensificou ao longo dos anos nos municípios do entorno sul, oeste e leste da metrópole. Por outro lado, a distribuição se concentra apenas em cinco municípios, ambos localizados ao redor da capital. Já em relação às migrações, notamos que a maior parte dos fluxos migratórios são interestaduais, sendo que a maior parte provêm de apenas quatro estados brasileiros. Em relação aos fluxos migratórios dentro da RMG, a migração núcleo-periferia ainda é a que se destaca. Os dados também mostraram que a maior parte da população dos municípios metropolitanos é formada por migrantes, exceto, Goiânia. A migração pendular também foi analisada, e notamos que os maiores fluxos de trabalhadores e estudantes saíram/saem dos municípios mais populosos da região, demonstrando o alto grau de articulação entre esses e o núcleo metropolitano. E por fim, a maior parte da população é formada por pessoas jovens, o que implica dizer que fazem parte da P.E.A econômica. E por último, o trabalho contribui para o entendimento de um dos elementos da complexidade metropolitana, além de apresentar subsídios para trabalhos mais aprofundados, como também, na formulação de políticas públicas por parte dos gestores públicos municipais e estaduais.

Palavras-chaves: Dinâmica populacional; Região Metropolitana de Goiânia; Metropolização.

ABSTRACT

The present work had as objective to analyze a population dynamics of the Goiânia metropolitan area (RMG), from the beginning of the decade of 1990 until the first decade of the 21st century, along with the factors of its territorial formation. The data used were extracted from the Demographic Data (1991,2000 and 2010), the Atlas of Human Development 2013 and the Information Technology Department of the Brazilian Public Health Care System (DataSUS). The analyzes showed that the population growth has intensified over the years in the municipalities of the surroundings south, west and east of the metropolis. On the other hand, the distribution is concentrated only in five municipalities, all located around the capital. Regarding migrations, we noticed that most of the migration flows are interstate, with the majority coming from only four Brazilian states. In relation to the migration flows within the RMG, the migration between core and peripheral regions is still the one that stands out. The data also showed that the majority of the population of metropolitan municipalities is made up of migrants, except Goiânia. The pendulum migration was also analyzed, and we noticed that the greater flows of workers and students left / leave the most populous municipalities of the region, demonstrating the high degree of articulation between these and the metropolitan nucleus. And lastly, most of the population is made up of young people, which means that they are part of the economic workforce. Finally, the work contributes to the understanding of one of the elements of metropolitan complexity, as well as providing subsidies for further work, and the formulation of public policies by the public municipal and state managers.

Keywords: Population dynamics; Goiânia metropolitan area; Metropolization.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. A DINÂMICA POPULACIONAL COMO CONCEITO GEOGRÁFICO E COMO PROCESSO GEOGRÁFICO	19
1.1 A dinâmica populacional como conceito geográfico.....	19
1.2 A dinâmica populacional como processo geográfico	23
CAPÍTULO 2. . PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E DE INSTITUCIONA LIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA.....	29
2.1. Da construção de Goiânia à formação da Região Metropolitana de Goiânia: os efeitos do processo migratório.	29
2.2. A institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia.	40
CAPÍTULO. 3 A DINÂMICA POPULACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA: CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL.....	43
3.1. Características e efeitos do crescimento populacional ocorrido no período de 1991 a 2010.....	43
CAPÍTULO 4. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A RMG: DE ONDE VENHO? ONDE MORO?	54
4.1 Os tipos de fluxos migratórios: as diferenças entre o núcleo e a periferia	57
4.2 Os fluxos interestaduais para a RMG: origem, destino e saldo migratório	62
4.3 Distribuição dos fluxos interestaduais para os municípios metropolitanos.....	70
4.4 Os fluxos intraestaduais para a RMG: origem, destino e trocas migratórias.....	72
CAPÍTULO 5. FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS, NDICE DE EFICÁCIA E MOBILIDADE PENDULAR: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS	77
5.1 Índice de Eficácia Migratória para a RMG: uma análise para os municípios metropolitanos	77
5.2 Os fluxos migratórios intrametropolitanos na RMG: entradas, saídas e saldo migratório	81
5.3 Estoque de migrantes na RMG: distribuição por municípios.....	89
5.4 Os movimentos diários no espaço metropolitano: os fluxos pendulares.....	95

CAPÍTULO 6. ESTRUTURA ETÁRIA METROPOLITANA E OS ÍNDICES SOCIAIS: A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, ENVELHECIMENTO POPULACIONAL, RENDA PER CAPITA E IDH	102
6.1 A transição demográfica e os seus efeitos na estrutura etária	102
6.2 Os índices sociais da RMG: uma análise da renda per capita e do índice de desenvolvimento humano	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da RMG - 2010	15
Figura 2 - RMG: Comparação entre o crescimento populacional do núcleo e da periferia metropolitana - 1991/2000 e 2000/2010.....	46
Figura 3 - Comparação entre o crescimento populacional do núcleo e da RMG- 1991/2000 e 2000/2010	50
Figura 4 - RMG: Distribuição da população - 2010.....	51
Figura 5 - RMG: Fluxos interestaduais - 1986/1991	64
Figura 6 - RMG: Fluxos interestaduais - 1995/2000.....	66
Figura 7 - RMG: Fluxos interestaduais - 2005/2010.....	67
Figura 8 - RMG: Fluxos intraestaduais - 1995/2000.....	74
Figura 9 - RMG: Fluxos intraestaduais - 2005/2010.....	75
Figura 10 - RMG: Origem interestadual da população - 1991	93
Figura 11 - RMG: Origem interestadual da população - 2000.....	93
Figura 12 - RMG: Origem interestadual da população - 2010.....	94
Figura 13 - RMG: Taxa de fecundidade total - 2000 e 2010.....	105
Figura 14 - RMG: Pirâmide Etária - 1991	107
Figura 15 - RMG: Pirâmide Etária - 2000.....	108
Figura 16 - RMG: Pirâmide Etária - 2010.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM)	79
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - RMG: Taxa de crescimento geométrico – 1950 – 2010	39
Tabela 2 - RMG: População total e crescimento relativo- 1991- 2000 - 2010.....	44
Tabela 3 - RMG: População total, crescimento relativo e distribuição demográfica	49
Tabela 4 - RMG: Fluxos migratórios – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	55
Tabela 5 - RMG: Distribuição dos fluxos segundo o núcleo e a periferia (%) – 1991, 2000 e 2005/2010	58
Tabela 6 - RMG: Fluxos interregionais – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	61
Tabela 7 - RMG: Fluxos migratórios interestaduais - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	63
Tabela 8 - RMG: Municípios brasileiros com maiores fluxos migratórios interestaduais para a região – 1986-1991, 1995/2000 e 2005/2010	69
Tabela 9 - RMG: Fluxos migratórios interestaduais - 1986/2010	71
Tabela 10 - RMG: Fluxos intraestaduais com as regiões goianas - 1991, 2000 e 2000.....	73
Tabela 11 - RMG: Fluxos migratórios intraestaduais - 1986/2010	76
Tabela 12 - RMG: Índice de Eficácia Migratória dos municípios –1991,2000 e 2010	79
Tabela 13 - RMG: Migrantes intrametropolitanos - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	82
Tabela 14 - RMG: Fluxos migratórios intrametropolitanos -1986/2010.....	84
Tabela 15 - RMG: Número de domicílios por municípios - 2000/2010.....	88
Tabela 16 - RMG: Origem da população – 1991	89
Tabela 17 - RMG: Origem da população – 2000	91
Tabela 18 - RMG: Origem da população – 2010	92
Tabela 19 - RMG: Fluxos pendulares por municípios - 2000	96
Tabela 20 - RMG: Fluxos pendulares por municípios - 2010	98
Tabela 21 - RMG: Maiores fluxos pendulares – 2000 e 2010.....	100
Tabela 22 - RMG: Taxa de fecundidade total – 1991, 2000 e 2010.....	104
Tabela 23 - RMG: Taxa de mortalidade geral – 1991, 2000 e 2010	107
Tabela 24 - RMG: Renda per capita e IDH – 1991, 2000 e 2010	112

LISTA DE ABREVIATURAS

AGLUG	Aglomerado Urbano de Goiânia
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMB	Instituto Mauro Borges
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEA	População Economicamente Ativa
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
RMs	Regiões Metropolitanas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática

INTRODUÇÃO

As regiões metropolitanas brasileiras têm passado ao longo das décadas por intensas mudanças socioespaciais. Uma das principais é a concentração populacional, fruto do processo migratório. Segundo dados do Censo IBGE 2010, quase metade da população brasileira reside nesses espaços. Outra mudança no que condiz ao aspecto populacional, que constata-se são os baixos crescimentos dos núcleos metropolitanos conjugado com as altas taxas de crescimento dos municípios do entorno desses núcleos, os ditos periféricos.

Alguns autores, como Santos (1994), afirmam que esse processo de urbanização que culminou ao mesmo tempo com a metropolização, pode ser dividido em três períodos: o primeiro, a urbanização concentrada, com crescimento e concentração da população em alguns núcleos urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, por exemplo; depois com a urbanização aglomerada, principalmente a partir da década de 1970, representada pelo aumento do número de cidades com mais de 100 mil habitantes, sendo que estas começam a se “espalhar” pelo território brasileiro; e por último, a metropolização com a expansão das cidades milionárias, conjugada com a emergência das cidades médias, representadas pelo quantitativo de mais de meio milhão de pessoas.

Esse processo teve como principais fatores de influência o êxodo rural das décadas de 1940 e 1960, onde cerca de 40 milhões de pessoas deixaram o campo, fugindo da pobreza e do não acesso a terra no campo. Esse contingente populacional passou a se concentrar nas grandes capitais brasileiras, como as citadas anteriormente. O êxodo rural foi também influenciado em duas vertentes pelo processo de industrialização brasileira, que se fortaleceu e concentrou nas metrópoles paulista e fluminense. Essa baseou-se no eixo da substituição das importações, que levou a uma demanda crescente por mão-de-obra. Isso resultou no acelerado crescimento das capitais brasileiras, e do processo de urbanização, culminando no que Santos (1994) denominou de cidades milionárias.

Porém, algumas metrópoles não “nasceram” do processo de industrialização, e sim do fruto de uma política estatal de planejamento, que teve como consequências o processo de desenvolvimento do setor de construção civil, comércio, e serviços públicos, como são os casos das cidades planejadas, Goiânia e Brasília. (MOYSÉS,2004)

Alguns autores como Moysés (2004), Chaveiro et al (2009) e Arrais (2013), afirmam que a migração foi o elemento central para a metropolização, pois foi a partir dessa que todo esse acelerado crescimento urbano ocorreu. Dois fatores foram fundamentais: primeiro, a industrialização brasileira, centrada no Sudeste brasileiro, que contribuiu para industrialização do campo, contribuindo para o êxodo rural e, por outro lado, criou um fetiche na população que sentiu-se atraída pela cidade-lócus da indústria - como lugar das oportunidades de trabalho e potencial de mobilidade social.

No entanto, o conceito de metropolização não se restringe à apenas ao crescimento populacional no espaço urbano, mas também aos elementos econômicos, como a polarização, aos elementos sociais, políticos, gestão territorial, e aos urbano-regionais. Há uma diferenciação no que condizem aos termos metrópole, região metropolitana, e aglomeração urbana.

Também cabe ressaltar outros aspectos populacionais que contribuíram para metropolização: as altas taxas de fecundidade das mulheres brasileiras que chegou a seis filhos por mulher em 1960, o que certamente contribuiu para o rápido crescimento da população no país, como também no campo, já que esses índices sempre foram mais altos no campo.

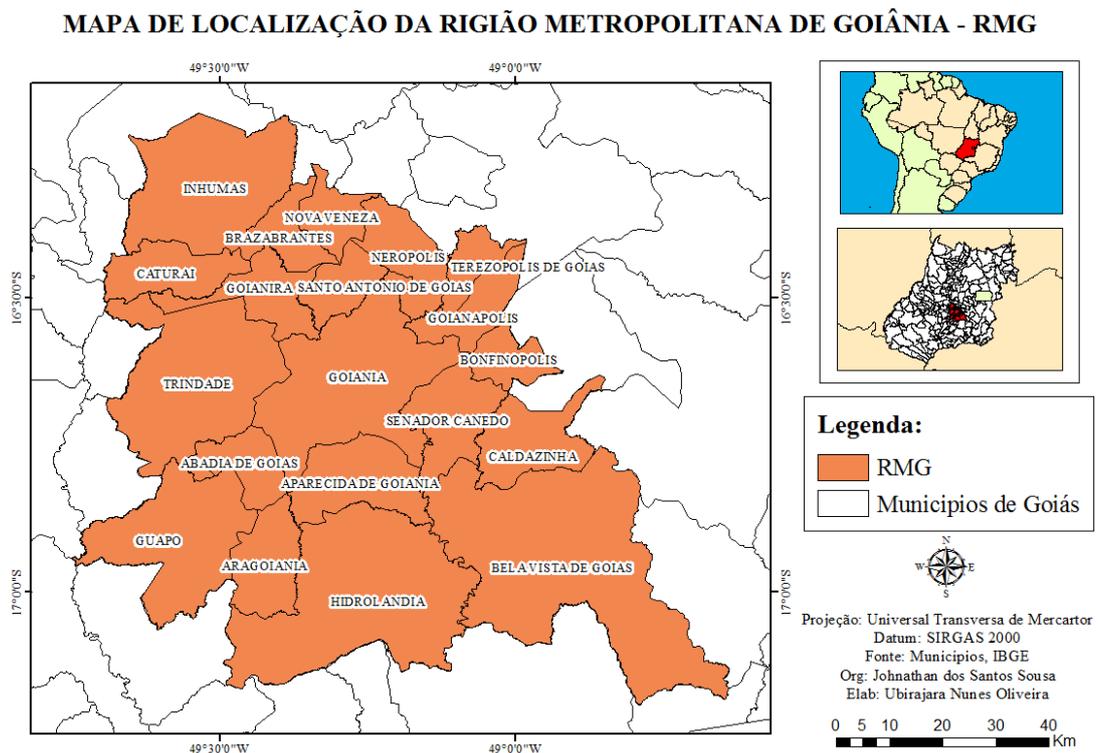
Todas essas mudanças na dinâmica populacional contribuíram para gerar impactos socioespaciais que influenciaram a consolidação espacial das atuais regiões metropolitanas, como o crescimento dos municípios próximo as capitais, a demanda por moradia, ocasionando na especulação imobiliária, e conseqüentemente na ocupação de áreas impróprias para a habitação, contribuindo para a segregação socioespacial. De outro lado, originou a demanda por transporte público e mobilidade urbana, por serviços públicos, como saúde e educação, e o crescimento da violência urbana.

Em relação à temática, as primeiras regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Belém, e Curitiba foram institucionalizadas durante a década de 1970. Posteriormente, outras regiões foram institucionalizadas, graças às mudanças na Constituição brasileira, que delegou essa função as Assembleias Legislativas de cada estado.

Nesse novo contexto legal a Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela Lei Estadual Complementar 27 de 30 de Dezembro de 1999, constituída inicialmente por

onze municípios. Posteriormente, com algumas mudanças em sua lei, foram acrescentados mais sete municípios, totalizando 20 municípios. Com esse formato tornou-se uma das unidades de planejamento do governo estadual e está localizada na parte central do estado de Goiás, na mesorregião Centro Goiano. (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização da RMG



O processo de formação do território da região começou quando a taxa de crescimento de Aparecida ultrapassou a da metrópole, possuindo a maior taxa da região. Isso ocorreu porque muitos migrantes começaram a migrar para o município, em busca de lotes ou moradias com preços mais baixos, pois segundo Arrais (2013) o processo de expansão horizontal foi motivado pela valorização das terras, restando para a população de classe baixa distanciar-se das áreas centrais. Todavia, nos períodos subsequentes, outros municípios, principalmente os do entorno metropolitano, passaram a obter incrementos percentuais acima da média regional e do núcleo metropolitano, fruto dos fluxos migratórios vindos da metrópole. Isso vai de encontro ao argumento do mesmo autor, ao afirmar que:

A medida que o metro quadrado do solo encarecia em Goiânia e a chegada de migrantes não cessava, ocorreu uma drenagem da população para os municípios limítrofes sem infraestrutura básica [...] nem serviços públicos na área de educação e

saúde. Tal processo, comum em várias regiões metropolitanas brasileiras, foi interpretado como um sintoma da desmetropolização ou até mesmo involução metropolitana. (ARRAIS, 2013, p. 166-167)

Sendo assim, esse trabalho terá como objetivo analisar a dinâmica populacional da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), a partir do início da década de 1990 até a primeira década do século XXI, juntamente com os fatores de sua formação territorial. A análise procurará responder algumas indagações: quais municípios estão apresentando maior crescimento? Onde a população está concentrada? Para quais municípios os fluxos migratórios estão se direcionando? Quais as suas origens? São interestaduais, intraestaduais, intrametropolitanas, e quais as participações dos municípios em cada fluxo? Qual a estrutura demográfica da população da RMG? Qual tem sido a contribuição da fecundidade e da mortalidade? Quais municípios apresentam maiores dessas taxas? E menores? Quais apresentam maiores e menores taxas de mortalidade? Essas são perguntas que o presente trabalho procurará responder.

Para isso, a metodologia se dividiu em três partes: *levantamento e leitura de materiais bibliográficos*, como livros, dissertações de mestrado, artigos, que foi importante para a discussão teórica e a interlocução com as análises dos dados; a segunda parte foi constituída de *extração de dados secundários (migração, fecundidade, mortalidade, IDH, entre outros) dos Censos de 1991, 2000 e 2010*. Nesse quesito, temos duas considerações a serem feitas: primeiro, uma parte dos dados, foram extraídos da base de dados do IBGE disponibilizado em sua página na internet ¹(www.sidra.ibge.gov.br); a outra parte foi obtida a partir da rodagem de dados feita com o uso do software estatístico SPSS², da qual foram extraídos informações a partir dos microdados das amostras dos três Censos. Esses se referem à migração data fixa *intrametropolitana* (fluxos que ocorreram dentro da região metropolitana), *interestadual* (fluxos provenientes de outras Unidades da Federação), *intraestadual* (fluxos provenientes dos municípios do interior goiano), *interregional* (fluxos provenientes de outras Regiões brasileiras), *fluxo pendular* (fluxos relacionados a mobilidade de pessoas que trabalham ou estudam em um município diferente do município de moradia) como também aos fluxos de imigrantes, emigrantes, e saldo migratório. Aqui cabe um esclarecimento em relação aos

¹ SIDRA é um banco de dados do IBGE na qual pode-se extrair uma enorme variedade de dados estatísticos, relacionado a diversos temas e de vários períodos temporais.

² SPSS é um software estatístico que permite a leitura e tabulação dos microdados dos Censos do IBGE.

termos citados anteriormente. Estamos referindo a data-fixa a migração ocorrida cinco anos antes da data de referência dos Censos, que no caso de **1991**, foi *01/09/1986*, **2000**, *31/07/1995*, e **2010**, *31/07/2005*. Já em relação aos termos *imigrantes*, *emigrantes* e *saldo migratório*, o primeiro (**Imigrante**) se refere aos migrantes que chegaram à um determinado espaço, como Unidade da Federação, município, ou região. **Emigrante** se refere aos que saíram de um determinado espaço, como os citados. E o **Saldo migratório** a diferença entre os fluxos de imigrantes e de emigrantes, sendo que esse pode ser positivo, quando o primeiro é maior que o segundo, e negativo quando ocorre o inverso. E por último, entendemos o **núcleo metropolitano** como o município de Goiânia, e a **periferia metropolitana** os demais municípios componentes da RMG.

Além disso, utilizamos os dados demográficos referentes a fecundidade e mortalidade disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, principalmente os relacionados às Regiões Metropolitanas brasileiras, que está disponível na internet (<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>). Em relação aos tipos de mortalidade, temos extraído dados da base do DataSus, disponível também na internet (<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>).

A partir do levantamento dos dados, passamos para a terceira parte, que foi a *organização e tabulação dos dados no Excel*, o que nos permitiu construir tabelas, gráficos, mapas temáticos (com ajuda do programa Ar Gis), o que facilitou a análise e compreensão dos fenômenos estudados.

E por último, a quarta e última fase foi materializada com a construção da redação textual, contendo todas as análises dos dados relacionadas com as teorias empreendidas pelos autores citados, que deu origem ao produto final do curso (dissertação).

Desta forma, a presente dissertação está estruturada em seis capítulos: no primeiro foi discutido o conceito de dinâmica populacional enquanto conceito geográfico e como processo geográfico.

No segundo capítulo, foi analisado o processo de formação territorial e de institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia, procurando compreender como os fatores de formação influenciaram/influenciam na dinâmica populacional da região.

No terceiro capítulo, foi abordado o crescimento e a distribuição da população na

região, onde foi feita uma discussão sobre os processos que influenciaram na concentração populacional no entorno de Goiânia e nas altas taxas de crescimento demográfico da periferia metropolitana.

No quarto capítulo, foram analisados os fluxos migratórios de chegada, de saída e os saldos migratórios para a RMG, tanto para o núcleo quanto para a periferia. Foram estudados dois tipos de fluxos “exteriores” à região: os interestaduais e os intraestaduais. Além disso, foi examinada a distribuição para os municípios, no intuito de verificar quais foram os que mais atraíram migrantes.

No quinto capítulo, foi abordada a capacidade migratória (IEM) de cada município e da região, os fluxos migratórios intrametropolitanos, os fluxos pendulares e o estoque de migrantes. No caso da migração intrametropolitana, a análise levou em conta o quantitativo de imigrantes, emigrantes e o saldo migratório. Já os fluxos pendulares, o número de pessoas que saíram para trabalhar e estudar e a taxa de mobilidade. E o estoque, se referiu aos habitantes que nasceram em outros estados, municípios ou dentro da própria RMG.

E por fim, no sexto capítulo, analisamos a transição demográfica e seus impactos na estrutura etária metropolitana, como também os índices sociais: IDH e Renda Per Capita. Por mais que a ênfase foi menor em relação à migração, o intuito foi avaliar até que ponto essas mudanças interferiram na dinâmica populacional da região.

As análises mostraram que o crescimento populacional se intensificou ao longo dos anos nos municípios do entorno sul, oeste e leste da metrópole. Por outro lado, a distribuição se concentra apenas em cinco municípios, ambos localizados ao redor da capital. Já em relação às migrações, notamos que a maior parte dos fluxos migratórios são interestaduais, sendo que a maior parte provêm de apenas quatro estados brasileiros. Em relação aos fluxos migratórios dentro da RMG, a migração núcleo-periferia ainda é a que se destaca. Os dados também mostraram que a maior parte da população dos municípios metropolitanos é formada por migrantes, exceto, Goiânia. Em relação à migração pendular, notamos que os maiores fluxos de trabalhadores e estudantes saíram/saem dos municípios mais populosos da região, demonstrando o alto grau de articulação entre esses e o núcleo metropolitano. E por fim, a maior parte da população é formada por pessoas jovens, o que implica dizer que fazem parte da P.E.A econômica, e o processo de envelhecimento, por mais que esteja lento, está gradualmente se intensificando.

CAPÍTULO 1 – A DINÂMICA POPULACIONAL ENQUANTO CONCEITO E PROCESSO GEOGRÁFICO

1.1 – A dinâmica populacional enquanto conceito geográfico

No presente estudo utilizamos o termo dinâmica populacional, pois esse relaciona às variáveis demográficas, como também com às de caráter social, geográfico, político e cultural, que é o objetivo do trabalho. Segundo Chaveiro, Calaça e Rezende (2010), a dinâmica demográfica ou populacional se materializa em um espaço que será reproduzido de acordo com o tipo, causa e efeito, intensidade, ritmo e direção do crescimento populacional, seja pela migração, fecundidade, ou mortalidade.

A dinâmica populacional pode ser compreendida como o estudo das mudanças nas dimensões da estrutura, distribuição, localização, crescimento, composição e mobilidade do contingente populacional no espaço e no tempo. Esse estudo leva em conta três variáveis demográficas principais: fecundidade, mortalidade e migrações. Essas variáveis passam por mudanças ao longo do tempo, como também por diferenciações espaciais, o que faz com que tenhamos diversas características impregnadas dessas variáveis.

Sauvy (1979) afirma que o estudo da população ou da demografia é dividida em demografia pura e demografia em sentido amplo. A primeira é a contabilidade numérica dos homens, influenciada pelos cálculos da matemática e estatística. Essa tem a função de medir, construir modelos, realizar cálculos, fazer projeções, leis matemáticas e criar conceitos sem buscar compreender as causas e consequências dos fenômenos populacionais. Já a segunda tem o objetivo de estudar os homens em seu comportamento, suas atitudes e buscar compreender as causas e as consequências dos fenômenos demográficos. Essa possui como característica a interdisciplinaridade com outras ciências, como a sociologia, biologia, etnografia, medicina e também com a geografia.

George (1978) diz que o estudo geográfico da população deve levar em conta os fatos e fenômenos da população tendo sempre a contribuição da demografia, já que essa contribuiria com os dados estatísticos populacionais.

Beaujeu-Garnier (1958) afirma que cabe ao geógrafo descrever os fatos no contexto de seu ambiente atual, sempre levando em conta os estudos sobre as suas causas, características

originais e suas possíveis consequências. Ela considera que o estudo deve ter três aspectos: distribuição dos povos pelo globo, evolução das sociedades humanas e o grau de êxito dessas populações.

No primeiro aspecto, o ambiente natural é um fator importante, porém, não determinante. Inúmeros eventos poderiam contribuir para a distribuição populacional, por exemplo, as guerras, que tem como consequência as migrações e as mortes; períodos de paz, em que haveria uma alta fecundidade juntamente com a miscigenação; e a por último, a produção alimentar, que influenciaria o crescimento como também a migração para as áreas agrícolas.

No segundo aspecto, a evolução das sociedades tem influência de duas forças: o desenvolvimento *in situ* e os inúmeros deslocamentos. No primeiro caso, o crescimento populacional tem influência dos fatores demográficos, como os casamentos, natalidade, mortalidade, composição por sexo e idade. Esses tem relação com os fatores físicos, biológicos, econômicos, técnicos e psicológicos. E o segundo caso, as migrações, que possuem consequências de natureza demográfica, econômica, como também racial, moral e médica.

Já o terceiro aspecto está relacionado a impressão ou as marcas imprimidas pela população no espaço, como também ao tipo de atividades realizadas por ela. Em outras palavras, essas marcas ou atividades estão relacionadas com a (re) produção do espaço geográfico pelo homem. De acordo com a autora, não basta apenas conhecer a composição da idade e de sexo, mas os aspectos relacionados a saúde, a aptidão física, aos equipamentos técnicos e intelectuais, tal como a natureza e amplitude de suas ações.

Damiani (2006) afirma que o estudo da dinâmica populacional deve levar em conta as componentes relacionadas a natalidade, a mortalidade e a migração. O seu tratamento deve ter em consideração as variações sutis, tendo como propósito obter um profundo detalhamento, com vistas a buscar as diferenciações sociais de sua incidência, suas variações no tempo, além dos fenômenos relacionados às componentes geográficas, como também aos condicionantes sociais.

O fundamental é examinar os compromissos que envolvem esses componentes. Eles podem ser traduzidos em fórmulas, codificados em quantidades, mas é preciso situá-los no interior de sua relação com outros fenômenos sociais, que podem explicá-los, constituindo o que poderíamos chamar de suas causas determinantes ou

condicionantes sociais. (DAMIANI, 2006, p.28).

Em suma, para que possamos compreendê-las, precisamos relacioná-las aos condicionantes sociais. Chaveiro, Calaça e Rezende (2010) ao analisarem a dinâmica demográfica do território goiano afirmam que “o fenômeno demográfico é essencialmente espacial, por uma razão simples, não há vida humana fora das condições e das possibilidades do espaço”. Os autores citando Chaveiro (2005) afirmaram que todo fenômeno demográfico, desde a reprodução da vida até a morte, possui uma interferência histórica e social.

A mesma visão é defendida por Camargo (1980), onde salienta que,

qualquer interpretação das inter-relações sociais incluindo os aspectos sociais, econômicos, populacionais e culturais – supõe o exame de uma situação histórica concreta, pois a importância relativa dos fatores em jogo e o seu próprio alcance no conjunto da sociedade variaram consideravelmente no decorrer do processo histórico. (CAMARGO, 1980, p. 14).

O autor afirma também,

as maneiras pelas quais os aspectos econômicos e sociais afetam os fatores dinâmicos da população determinam a dimensão e a estrutura do contingente populacional, cuja configuração pode ser contraditória com as necessidades dos sistemas econômicos e sociais. [...] com o passar do tempo, mesmo mantidos os determinantes do dinamismo demográfico, o contingente populacional resultante pode mostrar-se insatisfatório ou em processo de contradição face aos sistemas econômicos e sociais. (CAMARGO, 1980, p. 17).

Para Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004, p.45) “conhecer a população é conhecer a sociedade sob o ponto de vista da quantidade, da qualidade e da dinâmica populacional de um determinado espaço de vivência de grupos humanos”. Esses autores visam uma análise do espaço quando afirmam que o estudo demográfico tem como um dos elementos a distribuição territorial, porém, ao dividirem a demografia em duas partes, apenas uma leva em conta a dimensão espacial, que são os Estudos Populacionais. Nota-se que para Camargo (1980) a população é influenciada pelo processo histórico, pois se reproduz ao longo dos tempos e essa reprodução tanto quanto os contingentes resultantes possuem interferência dos sistemas econômicos e sociais vigentes, visão que é compartilhada por Chaveiro, Calaça e Silva (2010). Além disso, há uma contribuição teórica ao relacionar a reprodução humana com os fatores sociais e econômicos, levando em conta a dimensão tempo, porém, não leva em consideração o espaço.

Chaveiro, Calaça e Rezende (2010) avançaram nessa análise ao dizer que a dinâmica demográfica ou populacional se materializa em um espaço que será reproduzido de acordo com o tipo, causa e efeito, intensidade, ritmo e direção do crescimento populacional, seja pela migração, fecundidade, ou mortalidade. Dessa maneira, traz para a discussão a questão do espaço. Então, a população reproduz-se, distribui-se, localiza-se e estrutura-se no espaço. Assim, sem espaço não há população e a população não vive sem o espaço.

A dinâmica populacional também contribui para as mudanças espaciais na medida em que o crescimento populacional juntamente com a localização, estrutura e migrações exigem mudanças nos aspectos e nas formas territoriais, como moradia, transporte público, emprego, saúde, educação e infraestrutura urbana, o que permitirá as mudanças/reflexos territoriais. Com isso, não podemos dizer apenas que a dinâmica populacional possa estudar somente as dimensões populacionais em uma perspectiva espacial, mas também os seus reflexos que ocorrerão no espaço, fruto dessas mudanças. Então, para além da análise, temos que verificar quais as mudanças espaciais que aconteceram no território.

Em relação ao conceito ou termo *dinâmica populacional*, os autores não deixam claro o que seja essa conceituação. Aliás, os estudos da geografia da população não tem deixado de forma clara o que seja esse conceito. Chaveiro, Calaça e Rezende (2010) argumenta que os estudos demográficos não podem estar descolados das transformações espaciais e temporais. Assim, os autores afirmam que o conteúdo histórico do território influencia a população no todo. Utilizam como exemplo as mudanças populacionais no território goiano, que segundo eles, são frutos das políticas territoriais difundidas ao longo dos tempos.

Assim, podemos dizer que as transformações territoriais e os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e biológicos influenciam na dinâmica populacional, que por sua vez, impacta a estrutura populacional em diferentes tempos e espaços, como também causam mudanças espaciais. Nesse ponto de vista, a dinâmica populacional não é homogênea nem no espaço e nem no tempo, e sim heterogênea, fazendo com que tenhamos diferentes dinâmicas populacionais e diversas mudanças socioespaciais, que por outro lado, é influenciada pelas dinâmicas econômicas, políticas e sociais.

1.2 – A dinâmica populacional enquanto processo geográfico

Para se compreender as dinâmicas populacionais de um espaço ou território, é preciso estudar as variáveis demográficas de forma integrada espacialmente, tentando captar os

fatores que influenciam ambas. Nesse sentido, analisar apenas a migração, a fecundidade, ou mesmo a mortalidade, faz com que tenhamos uma análise parcial da realidade populacional, o que pode contribuir para uma análise reducionista e/ou equivocada dos processos, pois a população ao longo do tempo sofre influências das várias gerações que as formam. Essas são influenciadas por vários fatores como cultural, social, econômico, geográfico, biológico e político, que expressam a relação entre sociedade e a população. Além dessas, há a influência no tempo e no espaço. Para Camargo (1980)

“A população envolve uma noção bastante diversificada de tempo, pois inclui uma dimensão biológica que leva os indivíduos dela integrantes a uma carreira temporal que se inicia no nascimento, passa por fases diversas de transformações biopsíquicas e termina com a morte”.

Em outras palavras, os sujeitos iniciam sua vida no nascimento, passam pelas fases de socialização, reproduzem, constituem famílias e terminam sua vida com a morte. Então, a dinâmica populacional pode ser sintetizada a partir da relação entre o nascimento e a morte, pois ambos influenciam na estrutura populacional. Essa está ligada a duas variáveis: fecundidade e mortalidade. Ambas sofrem influência da idade e do sexo – sentido feminino ou masculino – da pessoa.

Os sujeitos ao passarem pelas fases de socialização, trabalham para se sustentarem e para manterem seus corpos vivos. Esse trabalho se dá a partir da venda de sua força física para as empresas e instituições, tendo como objetivo principal a produção de mercadorias. Essas empresas buscam incessantemente a maximização dos seus lucros, e quando isso não ocorre são obrigadas a mudarem para outros territórios. Esse movimento faz com que esses sujeitos ao perderem seus empregos, sejam forçados a migrarem para outros espaços em busca de trabalho. Quando isso ocorre, há o processo denominado movimentos migratórios, ou migrações, isto é, o ser humano que na condição de trabalhador, migra junto com o movimento das empresas no território.

Esses processos citados caracterizam as mudanças no interior dos contingentes populacionais. Cada um deles influencia de diferentes formas. Falaremos de cada uma das variáveis demográficas relacionando-as com os fatores influentes na sociedade. Primeiramente abordaremos sobre a fecundidade, depois a mortalidade e por último a migração.

A fecundidade pode ser definida como o desempenho reprodutivo de uma mulher durante o seu período fértil, ou seja, o número de filhos tidos. A estrutura de idade utilizada

para medir as taxas de fecundidade varia entre 15 a 49 anos. Para Berquó (1991) a utilização dessa faixa etária está relacionada ao período reprodutivo, que “entende-se aquele que vai desde a idade da menarca até a idade da menopausa”. Talvez uma das falhas dessa metodologia seja não considerar para os cálculos os dados referentes aos filhos tidos das mulheres com idades abaixo de 15 anos e acima de 49 anos.

Antes do declínio das taxas de fecundidade as famílias possuíam muitos filhos. A taxa de fecundidade na década de 1940 foi de mais de seis filhos por mulher. Esse fenômeno esteve relacionado a três fatores, primeiramente a população brasileira na época era predominantemente rural, assim essas precisavam de mão de obra para trabalhar no cultivo de alimentos e o grande número de filhos contribuiu para essa demanda. O segundo fator é que nesse período nem todas as mulheres possuíam fácil acesso a saúde pública, isso fez com que muitas perdessem seus filhos antes ou depois do nascimento, com isso as taxas de mortalidade foram muito altas. Percebe-se assim que o maior número de filhos além de contribuir como mão de obra, compensavam os que morriam. O terceiro fator é que a maioria dessas mulheres não tiveram acesso aos métodos contraceptivos que naquela época eram escassos, o que fez com que essas tivessem grande quantidade de filhos.

Já a mortalidade está relacionada com interrupção da vida de um indivíduo. Essa pode ser influenciada por fatores sociais e biológicos, ou endógenos e exógenos. Os sociais se referem às mortes causadas por acidentes, assassinatos, entre outros. Já os biológicos estão relacionados às causadas por doenças e morte natural. Há dois tipos de mortalidade, a infantil e a geral. A primeira relaciona-se com as mortes das crianças com menos de um ano de idade, enquanto a segunda é referente à mortalidade de todas as idades.

Problemas como as epidemias, fomes, guerras e escassez de alimentos foram os principais fatores que contribuíram para as altas taxas de mortalidade. Também podemos citar a falta de acesso por parte das pessoas menos favorecidas a saúde pública, contribuindo para esse fenômeno. Um dos caminhos encontrados para diminuir essas altas taxas de mortalidade foi o investimento em políticas sociais por parte do estado. Segundo Sawyer,

a legislação sobre acidentes de trabalho, melhoria de condições das habitações e do trabalho do menor, esquemas de previdência social, escolarização compulsória e introdução de noções de higiene pessoal nos currículos escolares. A gradual melhoria na distribuição dos alimentos, o aumento gradativo do salário real, a adoção de medidas de saúde pública, fizeram com que o padrão de vida nas cidades fosse melhorando aos poucos. Com isto a mortalidade [...] começou a declinar

(SAWYER, 1980, p.212).

Esses fatores não só contribuíram para a diminuição da mortalidade geral, como também influenciou no declínio do crescimento vegetativo, decorrente da queda nas taxas de mortalidade culminando no aumento da expectativa de vida.

As migrações distinguem-se dos demais componentes da dinâmica populacional pelos seguintes aspectos: não apresenta como os outros uma dimensão biológica e pela redistribuição da população no espaço influenciar os efeitos das taxas de fecundidade e mortalidade. (RENNER, PATARRA, 1980). Esse fenômeno pode ser definido como a mudança de um território para outro. Essa mudança é caracterizada pelo local de saída e de destino, sendo que o último sempre marca a fixação do migrante. A migração pode ser dividida em interna e internacional, dentro de uma análise macro. A primeira é realizada dentro do país, enquanto que a segunda é fora do país ou entre eles. Segundo as autoras esta divisão

É artificial, pois as motivações para migrar, os tipos de pessoas que migram e os efeitos econômicos e sociais de ambos os tipos de migrações são semelhantes. A vantagem desta distinção é a de revelar aspectos legais da migração ou as condições sob as quais o migrante viaja, indicando também, suas características culturais (RENNER, PATARRA, 1980, p. 240).

Sendo assim, existem vários tipos de migração, como a rural-urbana, urbana-urbana, urbana-rural, interestadual, interregional, intraestadual, intrarregional, sazonal ou temporária, além do movimento pendular. As causas desses movimentos são variadas e dizem respeito à busca por emprego, por melhores condições de vida, por falta de terra para plantar, por estudo, por moradia, entre outros. Todas estão relacionadas com as condições de vida que o migrante vivia em seu local de origem. Além disso, a migração gera impactos tanto no lugar de saída como no de destino. Singer (1978) diz que há dois processos que ocorrem concomitantes que são os fatores de expulsão e os fatores de atração.

Os fatores de expulsão estão ligados aos seguintes elementos: falta de serviços essenciais – saúde e educação –, modernização agrícola, desemprego, falta de moradia, péssimas condições de vida, além de causas ambientais. Já os fatores de atração estão relacionados com as formas com que os migrantes são atraídos pelo capital ou pelas oportunidades a que está procurando. Dito de outra forma, migra a pessoa enquanto força de trabalho. As características atrativas são emprego, melhores condições de sobrevivência, a

presença das empresas que formam o mercado consumidor, tendo aí a possibilidade de atuarem no subemprego, acesso aos bens e serviços – tanto os de saúde como educação –, além da infraestrutura consolidada no espaço de chegada. Nesse caso, os das grandes metrópoles, tem-se como suporte a rede de transportes, energia elétrica, de informática, além de outros, todos esses elementos citados contribuem para esse complexo fenômeno.

Tal infraestrutura tem como base o meio técnico científico informacional, o que faz com que haja os fluxos no território, tanto do capital, como da mão de obra. Santos (1994) diz que há dois tipos de espaços: os luminosos e os opacos. No primeiro a infraestrutura está consolidada, enquanto no segundo está localizado em apenas alguns pontos do território. Assim, alguns autores defendem a ideia de que a migração é influenciada por esses dois espaços, porque parte dos migrantes vão migrar dos espaços opacos para os luminosos, onde essas estão consolidadas.

Isso mostra a relação da migração com o modo de produção capitalista, que para Chaveiro, Calaça e Rezende (2010) produzem transformações demográficas e, consequentemente, socioespaciais. Ainda segundo os autores,

Essas alterações nos diversos setores da atividade humana e no processo de produzir riquezas e misérias estimulam o movimento das pessoas buscando emprego, terra ou domicílios base, atraídos pela esperança de uma vida melhor, acrescentando novos padrões e direcionamentos nesse processo. (CHAVEIRO, CALAÇA, E REZENDE, 2010, p.81)

Assim, a migração se destaca como um dos principais fatores da dinâmica populacional de uma região ou território, pois para Renner e Patarra (1959) a redistribuição espacial da população influencia nos efeitos das magnitudes das taxas de fecundidade e mortalidade.

No contexto atual, alguns autores têm trabalhado com a ideia de modalidade migratória, já que a partir da década de 1980 vários fluxos de menores distâncias passaram a ser relevantes. Baeninger e Cunha discutem esse processo ao afirmarem que a geografia trabalha com a espacialização das transformações populacionais presentes no território. Chaveiro, Calaça e Silva (2009, p.38) dizem que,

Os fenômenos demográficos, quaisquer que sejam, precisam, em conformidade com o avanço do pensamento demográfico ligarem-se ao tempo e ao espaço. Todo fenômeno demográfico, desde a reprodução humana a produção da morte, inclui

interferência histórica e espacial. Assim como a vida, a morte também é uma produção histórica e espacial, que se tomam mutante no tempo e diferenciada no espaço.

Para os autores os dados demográficos ao serem interpretados, devem estar conectados no tempo e espaço, o que se constituirá na leitura geográfica. Na Região Metropolitana de Goiânia essas variáveis contribuíram em muito para o seu processo de urbanização e metropolização, influenciando no seu processo de formação e, conseqüentemente, de institucionalização.

Outros autores também têm dedicado a atenção aos estudos populacionais nos espaços metropolitanos. Silva (2012) ao analisar a mobilidade espacial nas metrópoles brasileiras em sua relação com a estrutura urbana, afirma que ao estudarmos esse processo nos espaços metropolitanos, devemos levar em conta as mudanças qualitativas das quais esses espaços estão passando. Para a autora, se num primeiro momento tivemos as incidências dos processos de concentração e aglomeração contrastando com a urbanização e metropolização, agora estamos diante do surgimento de novos espaços metropolitanos, além das mudanças intrametropolitanas.

Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011, p.190) ressaltam que “muitas vezes, as próprias componentes da dinâmica demográfica não são contempladas por diversas abordagens simplistas sobre aumento/diminuição do crescimento populacional”. Ou seja, para os autores, muitos estudos têm se dedicado apenas às análises referentes a migração, sem uma relação com as outras variáveis, como fecundidade e mortalidade, isso faz com que tenhamos uma análise populacional fragmentada.

Então, em síntese, vemos que todos esses processos sociais, econômicos e políticos ocorreram e ocorrem em algum espaço e num dado tempo histórico, o que faz com que tenhamos diversas mudanças populacionais ao longo dos tempos, culminando numa dinâmica que está sempre em constante movimento. Sendo assim, são os processos históricos e sociais ou no dizer de Damiani (2006) os condicionantes sociais que vão influenciar na dinâmica da população de um determinado espaço e tempo.

2- O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

2.1 – Da construção de Goiânia à formação da Região Metropolitana de Goiânia: os efeitos do processo migratório

O processo de formação territorial do espaço metropolitano goianiense pode ser compreendido a partir da construção de Goiânia na década de 1930, que representou um marco histórico no território goiano, como também no brasileiro. Planejada como uma capital que representaria o rompimento com as velhas oligarquias rurais goianas e juntamente com a relutância do *novo*, tanto nos aspectos políticos como nos econômicos e sociais, os construtores jamais imaginariam que essa se tornaria em tão pouco tempo uma metrópole, porque no próprio projeto a idéia era construir uma cidade para apenas 50 mil habitantes, não prevendo eles que um rápido crescimento mudaria todo esse panorama. (MOYSÉS, 2004). Além disso, um dos objetivos do idealizador da nova capital – Pedro Ludovico Teixeira – era povoar a região central do território goiano, já que a maior parte da população estava concentrada no Sudoeste e Sudeste de Goiás devido à atividade pecuária e a estrada de ferro.

Essa concepção foi primeiramente defendida por Moysés (2004) em sua obra “Goiânia – Metrópole não planejada”. Para o autor, a construção da nova capital não levou em conta o rápido crescimento populacional, pois,

Desde o lançamento da construção da cidade, houve um crescimento populacional acelerado, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Isso permite inferir que a cidade nasceu e cresceu sob a influência dos fluxos migratórios, considerando-se que a região antes era demasiadamente inabitada e com uma economia estacionada. (MOYSES, 2004, p. 137).

O mesmo autor divide o período histórico de formação da capital em três fases: a primeira denominada de “Cidade dos sonhos, cidade-capital”, que vai de 1933 a 1950; a segunda “Do sonho ao pesadelo, o Estado como refém do capital imobiliário”, que começa em 1951, indo até 1979; e o terceiro, que se inicia no começo da década de 1980 e vai até o ano de 1992, sendo denominado como “Da fazenda Caveirinha à Fazenda São Domingos”. Em ambos há presença da narrativa do processo histórico de formação do espaço metropolitano goiano, dividido em fases devido às características político-econômico e sociais diferenciadas de cada um.

No primeiro período foi o início da construção do espaço físico da nova capital.

Segundo Moysés, no processo de ocupação da Região Centro-Oeste um dos principais fatores intrínsecos era a formação de um novo mercado consumidor para reproduzir os excedentes produzidos pela dinâmica da economia cafeeira paulista. Porém, para isso, era preciso elaborar políticas territoriais que tivessem esses objetivos. A construção de Goiânia, juntamente com a Marcha para Oeste foram preponderantes. No entanto, um elemento era necessário para o êxito, o crescimento da população. Foi a partir daqueles dois fatores que a população aumentou, devido aos fluxos migratórios de populações vindas do campo para trabalharem na construção da capital, como também para ocuparem as áreas agrícolas goianas, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

O processo de construção da nova capital do estado e os incentivos para a chamada “marcha para o oeste” foram importantes devido à demanda por mão-de-obra, com isso mais de quatro mil pessoas chegaram ao local de construção vindas de outros estados, principalmente dos da região Nordeste. O Estado teve um papel muito importante nesse processo, em função dos investimentos “pesados” na construção de Goiânia, que representaria um novo marco para o país, já que essa estaria localizada no interior do território brasileiro, tido por alguns como “despovoado” ou pouco povoado.

Segundo Moysés (2004) e Arrais (2013), nesse primeiro período foram realizados os estudos técnicos e a escolha para a construção da capital. Quatro municípios foram escolhidos para compor os estudos: Bonfim (hoje Silvânia), Ubatã, Campinas e Pires do Rio. O penúltimo foi escolhido por distar 70 km da linha ferroviária, ter uma boa drenagem com abundância de recursos hídricos (o Rio Meia Ponte, por exemplo), clima bom e topografia adequada. Definido os planos, os projetos, as normas e as leis, uma das primeiras preocupações do governo foi em construir o espaço físico da nova capital. Além disso, tivemos também algumas motivações políticas, como ascensão política de Pedro Ludovico Teixeira e o enfraquecimento da elite dos Caiados no território goiano. Para Arrais (2007), a construção de Goiânia respondeu a três demandas,

“Primeira: como estratégia “geopolítica” de transferência e consolidação do poder representado pela figura de Pedro Ludovico Teixeira; Segunda: como “suporte” urbano de uma nova frente de expansão rural” (apud Bertran, 1998); e Terceira: como recurso simbólico de um novo tempo de um Brasil integrado, preocupado com o interior. (ARRAIS, 2007, p. 101). (Grifos do autor).

Para isso contou com a ajuda da mão-de-obra migrante, que foi importantíssimo na

execução desse processo. Concomitantemente esteve em processo a construção de estabelecimentos comerciais, o que contribuiu para o dinamismo econômico do espaço urbano. Concluído a construção dos espaços públicos, foi transferida da cidade de Goiás a capital para Goiânia, sendo que isso ocorreu em 1937. No entanto, a inauguração oficial aconteceu em 1942.

O governo, através de decretos e leis, controlou o uso e a ocupação do espaço da capital, restringindo o lançamento de novos loteamentos, contrariando interesses dos donos de terras que inicialmente doaram as terras para a sua construção. No plano nacional, esse processo teve “ajuda” do Estado Novo de Getúlio Vargas. O “sucesso” desses atores foi conseguido graças às pressões por moradia popular, que levaram o Estado a realizar mudanças na legislação urbana, principalmente a de nº 176 de 16/05/1950, que retirou dos proprietários fundiários a obrigação da infraestrutura urbana. As pressões certamente foram causadas devidas aos constantes fluxos migratórios que chegavam à cidade, que não tendo onde morar foram se fixando em áreas públicas ou as margens do Córrego Botafogo. Isso levou a um crescimento desordenado de loteamentos, aumentando assim, o tamanho do espaço urbano goianiense. Os dados de população mostra isso claramente, pois segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 1940 a capital possuía 48.166 habitantes, chegando em 1950 a 53.389 pessoas. À medida que a população foi crescendo, a demanda por moradia também aumentou, o que certamente levou à mudanças nas leis urbanas citadas acima.

Na década de 1960, a população de Goiânia e dos municípios do entorno cresceram a altas taxas, chegando a um quantitativo de quase 200 mil habitantes. Nesse período ocorreram alguns processos que foram importantes para a conformação urbano-demográfica da capital, primeiramente, com o fruto dos loteamentos desenfreados que houve na década passada – 1950 – e a dispersão desses nas áreas periféricas devido as especulações fundiárias dos lotes nas áreas centrais. Com isso, para a população migrante, pobre e sem condições financeiras, não restou outra saída a não ser adquiri-los em espaços distantes do centro. Segundo, as obras de infraestrutura feitas pelo Estado acabou valorizando as áreas centrais, fortalecendo ainda mais a especulação. Além disso, essas construções demandaram mão-de-obra, que foi “solucionado” pelos migrantes que aqui chegaram.

A partir da década de 1970 com algumas mudanças na legislação urbana, limitando os lançamentos de loteamentos, fizeram com que o preço do solo urbano inflacionasse, obrigando a maior parte da população migrante a se deslocar para os municípios do entorno,

principalmente para a Aparecida de Goiânia. Esse fator levou a emancipação desse, que devido aos lotes baratos atraíram grande parte dos migrantes que não conseguiram se fixar em Goiânia. Moysés (2004) afirma que esse processo aumentou as pressões sobre os serviços públicos que não haviam nesses municípios, tornando-os dependentes da capital. Com isso, o crescimento da periferização ou a metropolização se direcionou no sentido sul da capital, pois segundo alguns autores, as terras ao sul da capital eram de propriedades do Estado, o que favoreceu a implantação de diversos serviços públicos e privados, levando a formação de centralidades, que teve como consequência a valorização das terras nessa direção.

Além disso, como muitos não tiveram condições financeiras de obter moradia na capital, levaram os a formarem os movimentos sociais urbanos que ocuparam algumas áreas públicas e privadas, como por exemplo, o Jardim Nova Esperança, Setor Vila Finsocial e os bairros da Fazenda São Domingos, fazendo com que houvesse a formação da Região Noroeste de Goiânia.

Na década de 1980 com o crescimento dos municípios do entorno, o governo estadual através da Lei Estadual nº 4.116 criou o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG). Nessa época, estava em cena a luta pelo acesso à moradia através dos movimentos sociais urbanos. Houve várias ocupações por parte dos militantes. Para Moysés (2004), a cidade construída não foi para esses “moradores” e sim para a elite que se formou na época da construção. Foi aí que começou a luta pelo acesso a moradia, resultando assim na expansão desordenada e no descumprimento do plano urbanístico. As massas de populações excluídas da moradia começaram a exigir do governo o acesso à casa própria, levando a ocupação de espaços irregulares, trazendo o surgimento de loteamentos irregulares, fazendo com que o Estado restringisse essa prática desocupando a população desses locais. Juntamente a isso, o preço dos lotes elevaram-se. Para Arrais (2013), esse processo teve como pano de fundo a questão fundiária, pois

Na medida em que o estoque de terras em Goiânia se inflacionou, a solução anunciada na década de 1970, além das clássicas estratégias de remoção da população pobre para áreas sem infraestrutura, foi acionar e mobilizar os estoques de terras mais próximos, ou seja, os municípios vizinhos que haviam se emancipado. A raiz da Região Metropolitana de Goiânia, portanto, está na questão fundiária, e Aparecida de Goiânia constitui o exemplo mais elucidativo desse processo. (ARRAIS,, 2013, p. 166).

Arrais (2013), Anjos (2009) e Moyses (2004) afirmam que além da questão fundiária, outros dois fatores foram contribuintes para esse processo: a valorização fundiária e a especulação imobiliária, que em decorrência dos constantes fluxos migratórios, culminou na década de 1970 nos processos de “ocupação de áreas públicas”, fazendo com que o Estado passasse a “doar lotes” para a população migrante nas áreas periféricas da capital, começando aí o processo de expansão da população para os municípios do entorno, dando início ao processo de metropolização. Além disso, argumenta que esse processo levou a formação de centralidades fora do polo metropolitano, que foi ocasionado pela mobilidade populacional. Cita, por exemplo, o caso de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, que já possuem áreas onde o comércio é muito forte, fazendo com que diminua um pouco a dependência da metrópole.

A saída então foi a implantação de loteamentos nos municípios vizinhos para atender a demanda por moradia dessa população migrante, assim, Aparecida de Goiânia foi o primeiro a passar por esse processo, obtendo altas taxas de crescimento demográfico. Segundo Arrais (2013), os constantes fluxos migratórios geraram uma demanda por moradia, o que relacionado ao processo citado anteriormente, culminou na década de 1970 na “ocupação de áreas públicas”, o que fez com que o Estado passasse a “doar lotes” para a população migrante nas áreas periféricas da capital, começando aí o processo de expansão populacional dos municípios do entorno, dando início ao processo de metropolização. O autor também argumenta que esse processo levou a formação de centralidades fora do polo metropolitano, o que foi ocasionado pela mobilidade populacional.

No entanto, o governo estadual na década de 1990 implantou diversos loteamentos em algumas áreas rurais da capital, surgindo aí a Região Noroeste, pois essas se concentraram no sentido noroeste, próximo ao município de Goianira. Porém, esses eram precários, sem a mínima infraestrutura urbana, levando ao processo denominado de segregação socioespacial, que foi caracterizado pelo distanciamento da população pobre das áreas centrais, formando assim verdadeiros bolsões de pobreza, como dito por Moysés (2004). Esse fenômeno, intitulado por alguns autores como periferação da população, é traço característico do processo de metropolização no país.

Assim, o processo de metropolização do território goiano, que segundo alguns autores, como Moysés (2004) e Arrais (2013), teve início na década de 1970, quando essas ocorrências citadas começaram a ocorrer. Isso se deu em virtude do aumento do preço do metro quadrado na capital, influenciando assim a ida de muitas pessoas para o município.

Com isso, o quantitativo populacional aumentou de forma muito rápida. Moysés, ao analisar esse processo, nos diz que:

Goiânia, ao crescer para fora de seus limites, exportou o seu caos sem resolver seu próprio, provocou o crescimento das cidades vizinhas, propiciou a utilização irracional do solo urbano dessas cidades e acelerou o fenômeno conhecido como conurbação. (MOYSES, 2004, p.).

Segundo Arrais (2013), outros municípios, principalmente os do entorno metropolitano, passaram a obter incrementos percentuais acima da média regional e do núcleo metropolitano, fruto dos fluxos migratórios vindos da metrópole.

Nota-se que ambos os autores, defendem que o mercado de terras foi determinante para a formação da Região. Analisando os dados demográficos da RMG, Anjos nos mostra que a partir da década de 1970 o núcleo metropolitano começou a apresentar crescimento inferior aos municípios periféricos, enquanto que esses passaram a apresentar altas taxas de crescimento, relegando-os a função habitacional.

Anjos (2010) afirma que os municípios metropolitanos passaram por quatro fases distintas. A primeira se referiu ao fato de que em todos eles ocorreu um surto migratório, com altas taxas de crescimento. Na segunda, o crescimento sofreu pequenas diminuições, mas com taxas elevadas, levando assim ao abrandamento populacional. Na terceira ocorreu a estabilização, em que muitos deles tiveram suas taxas de crescimento estabilizadas, não sofrendo diminuições. E por último, ocorreu o processo de estagnação demográfica, apenas um município chegou a essa, que foi Trindade, apresentando quedas significativas ao longo das décadas.

O período de institucionalização foi uma época em que processo de urbanização de Goiânia atingiu os 90%, segundo critérios do IBGE. O crescimento dos municípios em torno da capital começou de forma rápida e acentuada, as taxas de fecundidade já não corresponderam ao aumento significativo da população, fazendo com que os fluxos migratórios passassem a desempenhar um papel importante na urbanização e no crescimento populacional da região.

Podemos dizer que vários foram/são os fatores que contribuíram para a dinâmica populacional da RMG, como por exemplo, os fluxos migratórios interestaduais, intraestaduais e intrametropolitanos, as altas taxas de crescimento dos municípios periféricos, a diminuição

do crescimento vegetativo, o alto índice de urbanização, a incorporação de municípios, a dinâmica imobiliária (especulação fundiária e imobiliária), a concentração econômica dos empregos e dos serviços, e a complexa rede de infraestrutura (telecomunicações, energia elétrica, tecnologia).

Os fluxos migratórios possuem uma grande contribuição para o crescimento populacional da metrópole goiana. Historicamente começaram no período de construção de Goiânia, quando a capital recebeu grande número de migrantes. Esses vieram de vários estados brasileiros, principalmente da Região Nordeste e de regiões como os estados de Minas Gerais, Tocantins e São Paulo. Parte desses vieram expulsos do campo pela modernização agrícola e pela concentração de terras. Outros vieram fugindo da pobreza em outros espaços urbanos, também procuraram a capital em busca de melhorias de vida. Porém, o elemento central que mobilizou os fluxos migratórios para a nova capital foi sem dúvida às oportunidades geradas oriundas em grande parte pela construção civil. Moysés relata que durante trinta anos Goiânia foi um canteiro de obras, o que gerou uma grande demanda por mão-de-obra. Consequentemente, sabemos que essa mão-de-obra exige pouca escolaridade, o que certamente influenciou vinda dos migrantes a capital.

Com isso, passou a ocorrer o processo de migração intrametropolitana, que foi e é o deslocamento de várias pessoas de Goiânia para os municípios periféricos, ou seja, ocorre dentro da região metropolitana. Esse fenômeno permitiu que esses municípios alcançassem altas taxas de crescimento populacional, superiores a média do núcleo metropolitano. Assim, os argumentos de Moysés (2004), Anjos (2010) e Arrais (2013) nos corroboram ao dizer que a especulação imobiliária e fundiária foi um dos processos responsáveis para que houvesse esses constantes fluxos de população ao entorno metropolitano.

A migração intrametropolitana contribuiu também para o surgimento de outro processo que foi a conurbação. Essa é denominada como a ligação ou a união da malha urbana de dois ou mais municípios, nesse caso, podemos perceber que quando essas se unem, torna difícil reconhecer o território de ambas. Esse processo leva a produção de alguns problemas, como por exemplo, sobre a captação do IPTU, ISS, entre outros impostos por parte das entidades municipais.

Além da conurbação, a migração intrametropolitana influenciada pela especulação imobiliária/fundiária, levou a conformação de outro processo que é a mobilidade pendular ou pendularização. Brito (2006) ao escrever sobre esse fenômeno, denomina-o de metropolização

da pobreza, pois segundo autor, grande parte desses movimentos populacionais são feitos por pessoas pobres que por não terem condições financeiras de obter a moradia na metrópole, optam por migrar para os municípios periféricos.

Como grande parte dos empregos e serviços estão concentrados no núcleo metropolitano, várias pessoas se deslocam diariamente de seus municípios para trabalharem ou estudarem na capital goianiense. Isso leva a uma demanda por transporte público, que na maioria das vezes é feita de forma precária, mostrando aí a segregação socioespacial em que pobres além de morarem longe do local de serviço, sofrem com o deslocamento diário. A opção de muitos tem sido recorrer ao veículo individual, o que tem contribuído para grandes congestionamentos nas vias metropolitanas.

A polarização de Goiânia aos municípios metropolitanos, como também a vários municípios do interior goiano e aos estados da Região Norte, ocorre devido a RMG ser uma área de concentração de bens e serviços, principalmente os serviços médicos, empregos, além de possuir um dos maiores pólos têxtil, o que contribui para que muitas pessoas se desloquem periodicamente em busca desses elementos ou migrem em definitivo para a capital. De acordo com a REGIC – IBGE – 2007, a rede urbana de Goiânia abrange os Estados de Goiás e Tocantins, com alguma penetração no Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso, justamente os espaços onde provém a maior parte dos fluxos migratórios para a RMG.

Esse fator não poderia deixar de ter influência da concentração econômica, decorrente do fato de na região estar concentrada a capital que ao mesmo tempo que é política e administrativa, também é econômica, sendo assim, o centro econômico do estado. Isso porque concentra quase todas as empresas do estado, possui a maior arrecadação de impostos, a maior rede de bancos, comércios, escolas, universidades, hospitais, postos de saúde e transportes públicos, o que faz com que os empregos e serviços sejam concentrados na região. Segundo dados do IBGE (2010), quase 37% do PIB goiano estava concentrado na RMG, o que permite uma maior circulação de mercadorias e capitais. Esses fatores contribuem para os fluxos migratórios da região, pois o migrante vêm em busca de emprego, moradia e melhores condições de vida.

Segundo Anjos (2009), “é possível explicar a dinâmica demográfica da RMG a partir da ação imobiliária e da abertura de novos espaços residenciais”. Esse processo foi caracterizado pelo alto parcelamento do solo urbano nas décadas anteriores, principalmente em 1980 e 1990, o que fez com que muitos migrantes adquirissem moradias em bairros de

baixa infraestrutura urbana, fator que esteve ligado às mudanças nas leis de parcelamento do solo urbano em Goiânia.

Na medida em que a Prefeitura foi implantando a infraestrutura (asfalto, água tratada, iluminação pública) nos bairros periféricos, os impostos dos imóveis em alguns bairros elevaram-se e fez com que o preço do solo urbano se elevasse de forma “astronômica”.

“A expansão dos condomínios horizontais para as áreas periféricas também permitiu que muitos bairros se tornassem valorizados, fator que influenciou no desejo e apropriação desses locais pelo capital imobiliário, contribuindo assim para a elevação do custo de vida e para a “expulsão” dos antigos moradores para os municípios do entorno da metrópole. Assim, temos esse processo como um dos fatores que permitiu a formação da Região Metropolitana de Goiânia”. (ARRAIS, 2013, p. 166).

Acerca desse assunto, Almeida (2002) diz que “esses migrantes são atraídos pela prosperidade, mais aparente que real, de [...] terminam por migrar para essa cidade e acabam nas suas periferias inchadas”. Para Arrais (2004, p.122), “na medida em que foi ficando mais caro morar em Goiânia, a alternativa para milhares de pessoas foi migrar para municípios mais próximos, onde o valor da terra urbana fosse inferior”.

Com isso, Anjos (2009) divide o crescimento da região em dois períodos: o primeiro até 1970 e o segundo a partir de 1970 até os dias atuais. No primeiro, a metrópole possuía um crescimento maior que os municípios periféricos e os municípios possuíam um crescimento não metropolitano, enquanto que, no segundo período, os municípios periféricos passaram a possuir taxas de crescimento maiores que o núcleo.

Moysés (2004) consegue perceber esse processo ao dizer que,

A década de 1960 foi a última que registrou enormes fluxos migratórios, sobretudo aqueles vindos de outros Estados em direção a nova capital. A partir dos anos 70, a migração assumiu caráter mais intrarregional e intramunicipal, e Goiânia continuou atraindo, porém não mais para o seu próprio espaço, mas para o entorno (MOYSES, 2004, p. 160).

Ou seja, até a década de 1960 todos os fluxos convergiam para a metrópole, porém, a partir dos processos descritos acima, esses passaram a dirigir-se para os municípios do entorno. No entanto, temos que perceber que mesmo com esse processo, Goiânia não deixou de receber migrantes de outros estados. A diferença atualmente é que esses primeiramente

passam ou residem em Goiânia, para depois fixar moradia nos municípios do entorno. Com isso, podemos dizer que a metrópole passou a atuar como um agente de redistribuição desses migrantes, redistribuindo-os em quase todos os municípios da região metropolitana.

Na tabela verifica-se que os municípios que mais cresceram, certamente tiveram influência da expansão imobiliária (principalmente com os loteamentos, construção de casas populares, construção de condomínios horizontais e de chácaras), pois essa dinâmica está se destacando em quase todos os municípios da RMG, sendo reflexos do alto preço do solo urbano, o que conseqüentemente tem causado a migração de muitas pessoas para esses municípios do entorno da metrópole. Entre 1950 e 1960, por exemplo, a taxa de crescimento anual de Goiânia foi de 10,96%, sendo que o município que obteve o segundo maior crescimento foi Nerópolis, com 3,28%.

Tabela 1: RMG: Taxa de Crescimento Geométrico – 1950 – 2010

Municípios	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Goiânia	10,96	9,69	6,54	2,31	1,91	1,77
Aparecida de Goiânia	-	-	19,03	13,9	7,3	3,08
Trindade	0,47	3,13	3,12	5,31	4,66	2,52
Senador Canedo	-	-	-	-	9,27	4,75
Nerópolis	3,28	0,08	-	3,01	4,06	2,68
Goianira	-	1,87	2,09	5,07	4,23	6,17
Brazabrantes	-	-	-	0,37	1,93	1,55
Hidrolândia	0,19	2,15	0,66	1,66	2,75	2,89
Aragoiânia	-	6,04	2,65	2,59	3,03	2,68
Bonfinópolis	-	-	-	-	5,44	3,48
Bela Vista de Goiás	-	-	-	0,03	1,16	2,48
Guapó	-1,01	-	1,28	1,48	1,82	0,08
Total	8,53	8,88	6,28	3,55	3,2	2,23

Fontes: ANJOS (2010).

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB Goiás.

Elaboração e Organização: SOUZA, J.S

Já no período 1960/1970 o crescimento da capital declina para 9,69%, enquanto que Aragoiânia e Trindade obtêm significativos aumentos, 6,04% e 3,13% respectivamente. Durante os anos 1970/1980 Aparecida de Goiânia passa a ter o maior crescimento, com 19,03%, ficando a capital com 6,54%.

Enquanto isso, no período 1991/2000 Senador Canedo que tinha há pouco tempo emancipado, obtêm o maior crescimento, com uma taxa de mais de 9%, seguido por Aparecida de Goiânia com mais de 7%. Goiânia teve um dos menores crescimentos, com

menos de 2%, ganhando apenas de cinco municípios que apresentaram taxas menores que a capital. O destaque foi para Goianópolis, que possuiu o crescimento negativo.

E por último, no período 2000/2010 os municípios da periferia tiveram crescimento maior que a metrópole. Dos vinte, quinze apresentaram taxas maiores que a capital. Goianira foi o município que teve a maior taxa, com mais de 6%, seguido por Senador Canedo, Santo Antônio de Goiás e Bonfinópolis, todos com mais de 3%. Os que conurbam com Goiânia tiveram altas taxas de crescimento. Observa-se também que a maioria dos que apresentaram altas taxas está situada no entorno do núcleo central da região.

Notamos assim, que a migração contribui para o crescimento populacional dos municípios do entorno da metrópole e também para as mudanças espaciais na região, como a segregação socioespacial, a conurbação, os movimentos pendulares, entre outros.

2.2 – A institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia

O processo de institucionalização das regiões metropolitanas teve início na década de 1970, com a “criação” de nove regiões, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém, Curitiba e Porto Alegre. Naquela época, a União ou governo federal era responsável por estabelecer esses processos. Com a Constituição de 1988 essa função passou a ser exercida pelas Unidades da Federação. Assim, muitas Assembleias Legislativas, através de leis, “criarem” um número relativamente grande de RMs. Esses processos levaram em conta alguns elementos, como o adensamento populacional, a dinâmica econômica, além de outros fatores, sendo que o objetivo maior era a realização de serviços de interesses comuns como saneamento básico e transporte público.

As primeiras metrópoles se formaram como consequência de vários processos migratórios, destacando o êxodo rural das décadas de 1950 e 1960, onde cerca de 40 milhões de pessoas deixaram o campo, fugindo da pobreza e/ou expulso da terra, para se concentrarem nos grandes centros econômicos do país. Além disso, acrescenta-se o processo de industrialização brasileira que se fortaleceu e concentrou nas metrópoles paulista e fluminense. Esse movimento fez surgir, como afirma Santos (1994), as cidades milionárias.

Por outro lado, algumas metrópoles não “nasceram” do processo de industrialização e sim do processo de desenvolvimento do setor de comércio e serviços públicos, como são os casos das cidades planejadas Goiânia e Brasília, segundo Moyses (2004).

A Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela Lei Estadual

Complementar 27, de 30 de Dezembro de 1999. Inicialmente foi constituída por 11 municípios, denominada como Grande Goiânia e depois por outros nove municípios, intitulada como Região Integrada de Desenvolvimento de Goiânia (RIDG).

Em 2004 a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás alterou a Lei Complementar 27 e institucionalizou a Lei Complementar nº. 48, de 09 de Dezembro de 2004.

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia - GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea "a", e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. (GOIÁS, 2004).

Essa alteração permitiu a incorporação do município de Bela Vista de Goiás a RMG, formando um total de 12 municípios.

Em 2005 a Lei da região foi novamente alterada, passando para a Lei Complementar nº. 54, de 23 de Maio de 2005:

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia - GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º inciso I, alínea "a", e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. (GOIÁS, 2005, p. 54).

Nessa alteração o município de Guapó foi incorporado a RMG, passando a ser formada por 13 municípios. Entretanto, em 2010 a Lei de Criação da região foi novamente alterada, dessa vez pela Lei Complementar nº. 78, de 25 de Março de 2010.

Art. 1º Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea "a", e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade. (GOIÁS, 2010).

Essa alteração permitiu a incorporação de sete municípios a RMG, que foram os de Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de

Goiás. Assim o total de municípios passou de 13 para 20. Esses que foram incorporados a RMG faziam parte da antiga Região Integrada de Desenvolvimento de Goiânia.

A RMG está localizada na parte central do estado de Goiás e constitui uma das unidades de planejamento do governo estadual. Em 1991 possuía uma área territorial de 6.677,756 km² e era constituída por 16 municípios. Em 2000 o tamanho territorial passou para 3.995,234 km², tendo uma diminuição por causa da institucionalização da RMG que na lei teve a retirada de alguns municípios que fizeram parte da antiga AGLUG. Já em 2010 com a incorporação de alguns, a área territorial passou para 7.315,148 km², apresentando assim um incremento expressivo do seu território.

No próximo capítulo, faremos uma análise das mudanças demográficas que a região tem passado ao longo dos anos, tendo como recorte temporal o período de 1991 a 2010.

3 - A DINÂMICA POPULACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA: crescimento e distribuição populacional.

As regiões metropolitanas brasileiras apresentaram as seguintes características nas últimas décadas: a concentração populacional, o arrefecimento dos fluxos migratórios interestaduais, intensificação dos fluxos migratórios para os municípios do entorno, declínio nas taxas de crescimento, a formação dos movimentos pendulares, a concentração dos bens e serviços, a formação de centralidades fora dos pólos, diminuição nas taxas de fecundidade e mortalidade, um leve processo de envelhecimento e um bônus demográfico alto.

Em relação às características da RMG, as principais são a forte concentração demográfica no entorno do núcleo metropolitano conjugada com altas taxas de crescimento populacional, queda das taxas de fecundidade e mortalidade, aumento dos fluxos migratórios interestaduais e arrefecimento dos fluxos intraestaduais, diminuição do quantitativo de emigrantes do núcleo para a periferia, incremento dos fluxos pendulares entre a periferia e o núcleo, como também desse para os municípios periféricos e o aumento da população adulta conjugado com um leve processo de envelhecimento populacional.

3.1 – Características e efeitos do crescimento populacional ocorrido no período de 1991 a 2010

Nessa seção analisaremos o crescimento e a distribuição espacial da população da Região Metropolitana goianiense nos dois períodos, 1991-2000 e 2000-2010. Sabemos que esse processo de crescimento populacional está amplamente articulado com as mudanças sociais, econômicas e culturais. Além disso, levaremos em conta o ano de institucionalização de alguns municípios, como a sua incorporação à região, o que fará com que alguns não sejam analisados no primeiro período.

As características dos municípios metropolitanos são bem diferentes, desta forma faremos uma divisão dos municípios em dois grupos: núcleo e periferia. A justificativa se resume em dois aspectos. Primeiro, que as diferenças entre os municípios são desproporcionais e segundo, que não podemos generalizá-los a ponto de igualar os municípios periféricos com o núcleo metropolitano.

Na década de 1980, a Região Metropolitana institucionalmente não existia, apenas havia sido criado por Lei Estadual, o Aglomerado Urbano de Goiânia – AGLUG. Era formada por 16 municípios, configurando uma população de 1.312.709 habitantes. (Tabela 2).

Os dados contidos na tabela permitem visualizar que esse quantitativo populacional representava 32,66% da população estadual. O município que possuía a maior população era Goiânia, que concentrava mais de 70% de toda a população do aglomerado. Um dos fatores que explica esse fenômeno é o fato dessa cidade ser a sede administrativa do estado de Goiás. Por outro lado, o restante da região possuíam 29,75% de toda população, sendo que depois do núcleo metropolitano, o município que apresentou a segunda maior população foi Aparecida de Goiânia, com 13,59% e em seguida, Trindade com 4,12%. Observa-se que apenas esses três municípios possuíam 87,96% de todo os habitantes da região, mostrando uma concentração já avançada.

Tabela 2: RMG: População total e Crescimento Relativo - 1991-2000-2010

Municípios	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Abadia de Goiás	-	4.971	6.876	0,00	38,32
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	455.657	88,47	35,45
Aragoiânia	4.910	6.424	8.365	30,83	30,21
Bela Vista de Goiás	17.316	-	24.554	-	27,82
Bonfinópolis	3.324	-	7.536	-	40,78
Brazabrantes	2.334	-	3.232	-	16,59
Caldazinha	-	-	3.325	-	16,30
Caturai	4.134	-	4.686	-	8,22
Goianápolis	10.716	10.671	10.695	-0,41	0,22
Goiânia	922.222	1.093.007	1.302.001	18,52	19,12
Goianira	12.896	18.719	34.060	45,15	81,95
Guapó	11.785	-	13.976	-	0,81
Hidrolândia	10.254	13.086	17.398	27,62	32,95
Inhumas	38.368	-	48.246	-	9,91
Nerópolis	12.987	18.578	24.210	43,05	30,31
Nova Veneza	5.003	-	8.129	-	26,74
Santo Antônio de Goiás	-	3.106	4.703	0,00	51,41
Senador Canedo	23.905	53.105	84.443	122,15	59,01
Terezópolis de Goiás	-	-	6.561	-	29,08
Trindade	54.072	81.457	104.488	50,64	28,27
Total	1.312.709	1.639.516	2.173.141	24,89	32,55

Fonte: Censo Demográfico IBGE – 1991,2000 e 2010.

Organizado pelo autor.

Essa concentração populacional está relacionada com a proximidade desses municípios a Goiânia, pois ambos conurbam com o núcleo metropolitano, um ao Sul, no caso Aparecida de Goiânia, e outro a Oeste, Trindade, e pela migração de pessoas da capital para seus territórios.

Já os outros municípios concentraram menos de 3% da população, sendo o que apresentou a maior taxa foi Inhumas, com 2,92 %, tendo em seguida Senador Canedo, com menos de 2%. O menor contingente foi apresentado por Brazabrantes que obteve 0,17%, ou seja, em números absolutos sua população não ultrapassou os 2,4 mil habitantes. Um dos fatores que explicam esse menor número populacional é que esses municípios estão na periferia da região metropolitana e sem atrativos para os trabalhadores, como por exemplo, a oferta de empregos.

Em 2000 a população total passou para 1.639.516 habitantes, tendo um aumento relativo de 24,89% em relação a 1991. Em comparação com o território goiano, a porcentagem populacional aumentou para 14,08% e 32,76% respectivamente.

A metrópole diminuiu sua participação no quantitativo populacional passando de 70,25% para 66% da população, ao passo que a periferia metropolitana aumentou seu percentual de menos de 30% para 33% do total. Em relação ao crescimento demográfico, o núcleo obteve um avanço de 18,52%, bem abaixo da média regional, que foi de 24,89%. Enquanto isso, a periferia alcançou níveis elevados, tendo praticamente 40% em seu crescimento. Percebemos também que os municípios mais populosos estão localizados próximos ao núcleo central da região, lembrando um formato de um anel concêntrico, da qual a população é irradiada a partir da capital.

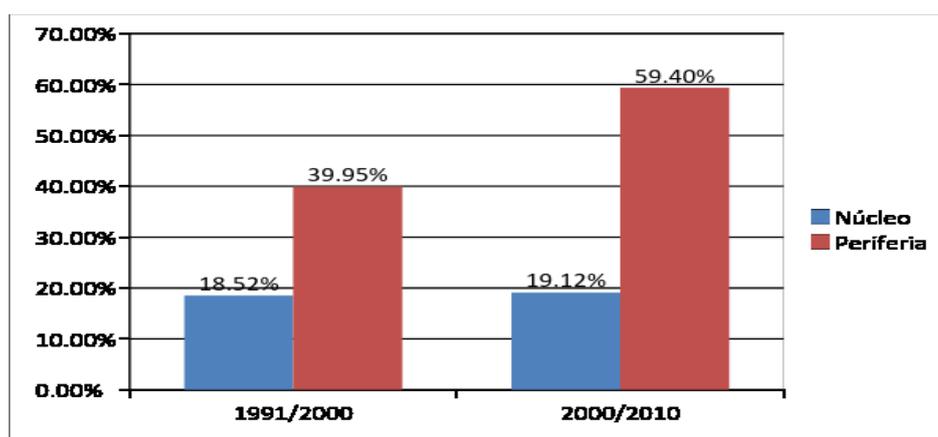
Quase metade dos municípios possuía até 50.000 habitantes, enquanto apenas um possuiu até meio milhão. Vemos que grande parte da população continuou concentrada nos municípios ao sul e ao oeste da capital. No entanto, notamos um início de concentração populacional no sentido leste, fruto do crescimento de Senador Canedo, mostrando que essa direção recebeu muitos migrantes, pois acreditamos que foram em busca de moradia mais acessível. O Programa Minha Casa Minha Vida certamente contribuiu para esse processo, já que em Senador Canedo há a territorialização desse programa governamental. Além disso, esse fato tem como um dos motivos a infraestrutura rodoviária que é mais numerosa e mais importante, tendo como base o fluxo nessas duas regiões, devido essa influenciar nas implantações de loteamentos, facilitando assim o deslocamento para estudo ou trabalho.

Podemos observar que todos os municípios tiveram crescimento populacional. Goiânia, na década, ultrapassou a marca milionária, porém teve uma queda na concentração populacional, passando de 70% para 66%. Enquanto isso, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo foram os mais populosos. A população destes municípios somada a de Goiânia, representam mais de 95% do contingente de pessoas, que vivem na região metropolitana. Nota-se também que os municípios que mais aumentaram a concentração da

população na região foram Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Já os que tiveram diminuição do ritmo de crescimento foram Goiânia e Goianópolis.

Em síntese, podemos afirmar que de acordo com os dados no período 1991/2000 os maiores crescimentos percentuais se localizaram em municípios do entorno metropolitano, como Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade. Goiânia obteve o menor crescimento, com 18%, estando à frente apenas de Goianópolis que apresentou o crescimento negativo. No que faz referência a metrópole e a periferia, a figura 2 mostra que o núcleo apresentou baixo crescimento populacional nos dois períodos, enquanto que a periferia metropolitana no primeiro período alcançou uma taxa de quase 40% e no segundo atingiu um percentual de quase 60%, ou seja, os dados mostram que o crescimento demográfico da periferia, em termos relativos, representou mais que o dobro do núcleo metropolitano.

Figura 2: RMG: Crescimento populacional do Núcleo e da Periferia Metropolitana – 1991/2000 e 2000/2010 (%)



Fonte: Censo Demográfico IBGE – 1991,2000, 2010
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Em termos percentuais, a periferia metropolitana está aumentando sua participação no quantitativo da população da RMG, ao passo que o polo vem diminuindo sua participação. Cunha (1994) e Tavares (2012) analisaram esse fenômeno em dois espaços metropolitanos, São Paulo e Rio de Janeiro. Em ambos, notaram que os municípios periféricos, principalmente a partir da década de 1980, começaram a apresentar taxas de crescimentos superiores as do polo metropolitano. Esse fenômeno coincide com a terceira urbanização citada por Santos (1994), denominada como milionária. Esse foi caracterizado como o aumento das cidades milionárias, ou seja, espaços com mais de um milhão de habitantes e das cidades médias, que ocorreu no período em que houve os maiores fluxos migratórios internos

no Brasil e também das institucionalizações das regiões metropolitanas. Para Brito (2007), esse fenômeno está relacionado com “*a inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano*”. Segundo o autor, isso é alimentado pelos “saldos migratórios negativos das capitais com os municípios metropolitanos”.

No entanto, uma crítica a ser feita é que por mais que as taxas de crescimento da periferia sejam mais altas do que a do núcleo, a maior parte do incremento absoluto dos espaços metropolitanos ainda provém dos núcleos metropolitanos. Essa ideia é corroborada por Silva (2012), que ao se basear nos dados demográficos dos Censos, afirma que mesmo que os núcleos metropolitanos tenham apresentado ritmos de crescimentos menores ao longo das décadas, seu incremento absoluto ainda é bem maior do que os municípios das periferias metropolitanas, mostrando assim a sua importância no processo de concentração populacional.

Corrêa ao discorrer sobre o processo de descentralização urbana, afirma que essa também está “associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais” (CORRÊA, 1993, p. 46). Nesse caso, podemos afirmar que as áreas centrais da região metropolitana são os polos metropolitanos e as novas áreas residenciais, os municípios periféricos, que devido às altas taxas de crescimentos dos últimos, tem levado a construção dessas novas áreas.

Além disso, não podemos deixar de mencionar a influência do processo de transição demográfica no país que tem reverberado nas regiões metropolitanas, pois não é somente os fluxos migratórios que vêm influenciando na dinâmica de crescimento das regiões metropolitanas, mas também os declínios das taxas de fecundidade e mortalidade, que tem gerado como consequência a diminuição das taxas de crescimento demográfico metropolitano. Assim, temos municípios em que o incremento populacional é advindo das migrações e municípios em que o aumento é proveniente do crescimento vegetativo, mesmo que as taxas de fecundidade e mortalidade no país estejam em fase de declínio. Silva (2012) afirma que esse processo tem começado primeiramente nos núcleos e depois se espalhado para os municípios periféricos.

Silva (2012) afirma que algumas mudanças têm ocorrido na dinâmica demográfica das regiões metropolitanas, sendo que essas se configuram nos ritmos de crescimento populacional e nos sentidos dos movimentos populacionais, possuindo destaque o movimento

pendular. Além disso, tendo como base os dados demográficos dos Censos, argumenta que mesmo os núcleos metropolitanos apresentem ritmos de crescimentos menores ao longo das décadas, seu incremento absoluto ainda é bem maior do que os municípios das periferias metropolitanas, mostrando assim a sua importância no processo de concentração populacional.

No período 2000-2010, a RMG passou por várias mudanças, tanto territoriais, demográficas, sociais, quanto institucionais. As mudanças institucionais levaram a incorporação de municípios à região. No total, nove foram anexados ao conjunto metropolitano, passando para um quantitativo de 20.

Desse modo, seu território que antes não chegavam a quatro mil km², passou a medir 7.315 km², o que obviamente elevou a extensão territorial. No entanto, a densidade demográfica regional diminuiu, passando de 425,98 hab./km² em 1991, para 293,78 hab./km² em 2010. Porém, tanto a anexação de municípios quanto o aumento territorial não levaram à mudanças bruscas ou significativas do ponto de vista demográfico. Observando a Tabela 3, notamos que a população da região passou de 1,64 milhão para 2,17 milhões de pessoas, apresentando um crescimento de 32,55% entre 2000 e 2010. No que se refere aos municípios, notamos que Aparecida de Goiânia ultrapassou a casa dos 450 mil habitantes, se consolidando como o segundo mais populoso do território goiano e Trindade, que “entrou” no grupo dos 100 mil habitantes.

No tocante ao crescimento, o maior destaque ficou por conta de Goianira que em dez anos teve sua população aumentada em praticamente 82%, configurando como o maior incremento percentual do estado de Goiás (IBGE, 2010). Os demais que apresentaram percentuais relativamente altos se configuraram em duas situações, a primeira são municípios que no período passado tiveram altos incrementos e nesse período atual apresentaram quedas nas taxas de crescimento, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Nerópolis. A segunda são os que obtiveram elevação em suas taxas de crescimento, como Bonfinópolis e Santo Antônio de Goiás. Os primeiros estão localizados a sul e leste da região, enquanto que os dois últimos na direção norte e nordeste da RMG.

Tabela 3: RMG: População Total, Crescimento Relativo e Distribuição Demográfica.

Municípios	Pop. Total		Crescimento % 2000/2010	Distribuição Demográfica %	
	2000	2010		2000	2010
Abadia de Goiás	4.971	6.876	38,32	0,30	0,32
Aparecida de Goiânia	336.392	455.657	35,45	20,52	20,97
Aragoiânia	6.424	8.365	30,21	0,39	0,38
Bela Vista de Goiás	-	24.554	27,82	-	1,13
Bonfinópolis	-	7.536	40,78	-	0,35
Brazabrantes	-	3.232	16,59	-	0,15
Caldazinha	-	3.325	16,30	-	0,15
Caturai	-	4.686	8,22	-	0,22
Goianópolis	10.671	10.695	0,22	0,65	0,49
Goiânia	1.093.007	1.302.001	19,12	66,67	59,91
Goianira	18.719	34.060	81,95	1,14	1,57
Guapó	-	13.976	0,81	-	0,64
Hidrolândia	13.086	17.398	32,95	0,80	0,80
Inhumas	-	48.246	9,91	-	2,22
Nerópolis	18.578	24.210	30,31	1,13	1,11
Nova Veneza	-	8.129	26,74	-	0,37
Santo Antônio de Goiás	3.106	4.703	51,41	0,19	0,22
Senador Canedo	53.105	84.443	59,01	3,24	3,89
Terezópolis de Goiás	-	6.561	29,08	-	0,3
Trindade	81.457	104.488	28,27	4,97	4,81
Total	1.639.516	2.173.141	32,55	100	100

Fonte: Censo Demográfico IBGE –2000,2010
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

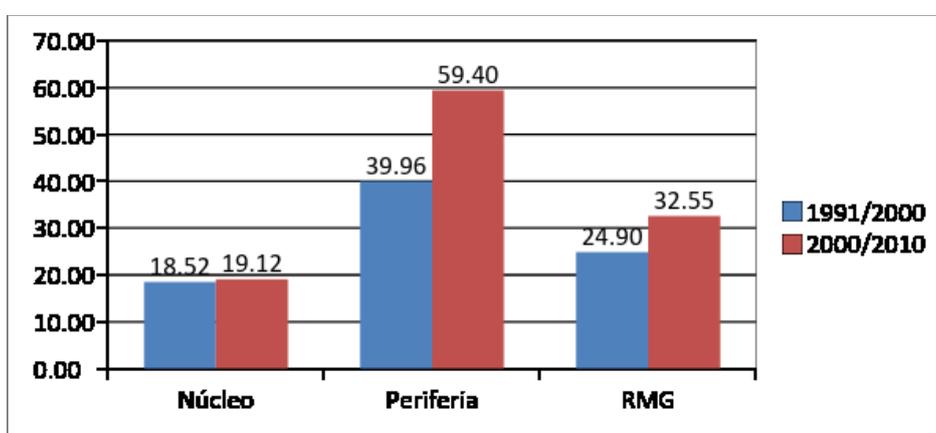
Dessa forma, se levarmos em conta o incremento absoluto, veremos que a população aumentou em 533.625 habitantes. No entanto, algumas considerações devem ser feitas. Primeiramente, 77,47% desse quantitativo foram dos onze municípios que já faziam parte da RMG; a segunda é que desse total, 50,56% foram do núcleo metropolitano, enquanto que o restante da periferia metropolitana; e por último, 22,53% são dos sete municípios que foram incorporados a região. De acordo com o estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles intitulado “Como anda a RM de Goiânia” é possível afirmar que o crescimento da RMG ocorre no pólo e nos municípios conturbados com o este.

Nesse sentido, o crescimento se refere ao absoluto que tem sido maior em Goiânia do que nos municípios periféricos, ocorrendo em maior intensidade nos localizados ao entorno da capital. Se compararmos os crescimentos do núcleo, dos municípios periféricos e da região no geral, os dados mostram que a periferia apresentou crescimento percentual maior que o polo e a que a média da RMG.

Na figura 3 podemos perceber que o núcleo nos períodos 1991/2000 e 2000/2010

manteve seu crescimento estável, não ultrapassando a marca dos 20%. A periferia obteve um alto crescimento, chegando a 60% no segundo período, superior ao da RMG e do núcleo. O que podemos decifrar é que o comando do crescimento demográfico da RMG é puxado pela sua periferia metropolitana e não mais pelo núcleo. Ou seja, está tendo uma inversão espacial do crescimento populacional, como diz Brito (2007). Esse fenômeno é causado pelos fluxos migratórios intrametropolitanos positivos para a periferia e negativos para o núcleo.

Figura 3: Comparação entre o crescimento populacional do Núcleo, Periferia e da RMG – 1991/2000 - 2000/2010.

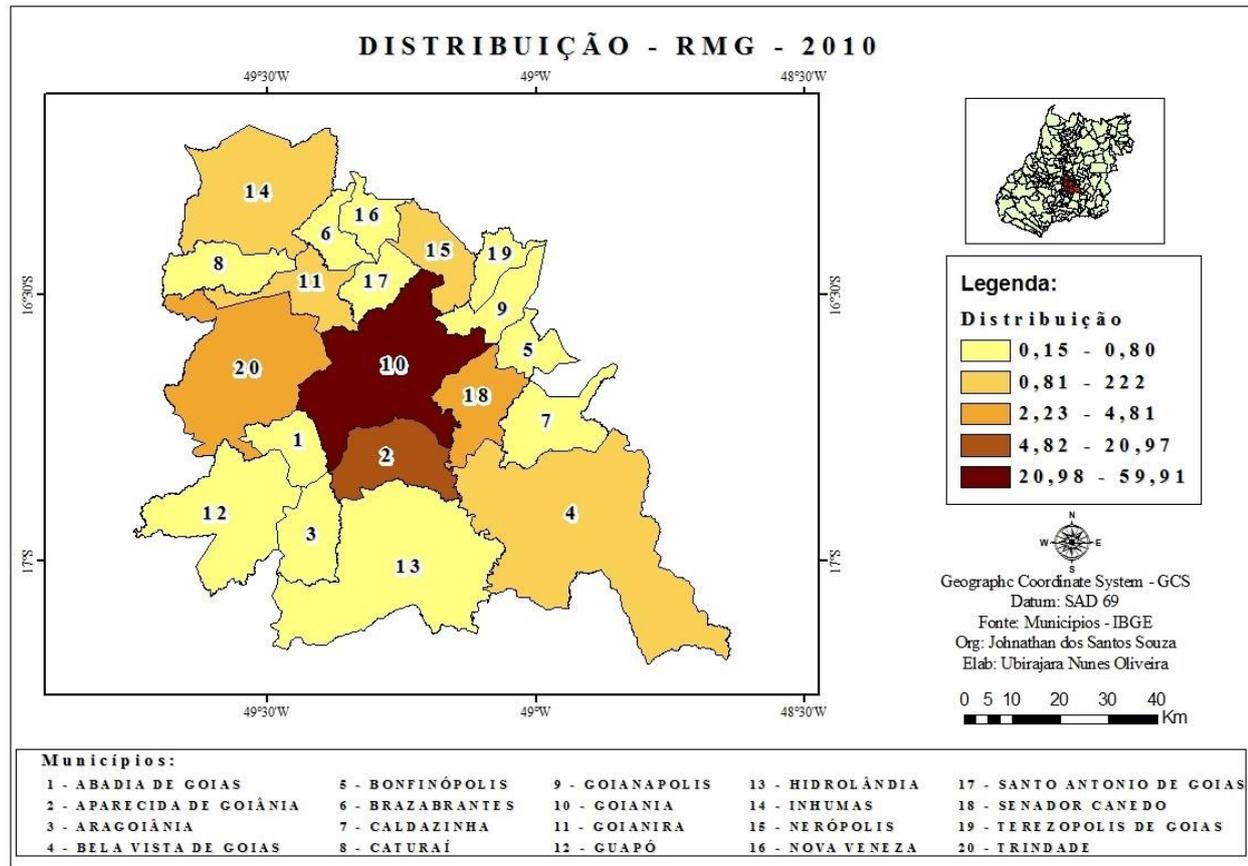


Fonte: Censo Demográfico IBGE – 2000,2010
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Em relação a participação no quantitativo populacional metropolitano, o núcleo tem arrefecido seu peso populacional, passando de dois terços no início dos anos 2000 para 59,9% na primeira década do século atual. Com isso, cabem duas indagações: por quê o crescimento populacional da RMG está se direcionando ao Sul, Leste e Noroeste? Que fatores têm contribuído para isso?

Alguns elementos são essenciais para compreendermos esse processo. O primeiro está relacionado com a especulação fundiária e imobiliária que ocorreu e tem ocorrido na capital, e também agora em quase todos os municípios metropolitanos. Isso tem feito com que o preço do lote nas áreas centrais, no caso em Goiânia, se elevasse, fazendo com que a população de baixa renda não tivesse condições de obter lotes nessas áreas, buscando encontrar lotes ou moradias nos municípios localizados no entorno, como Aparecida de Goiânia, na direção sul, Senador Canedo, no leste, Goianira, no noroeste e Trindade, no Oeste. No mapa abaixo podemos perceber essa distribuição, formando no dizer de Arrais (2013), uma distribuição em forma de anel concêntrico.

Figura 4: RMG: Distribuição da População - 2010



Assim, temos dois elementos que foram e são essenciais para a redistribuição da população na região, a especulação fundiária e imobiliária que eleva os preços dos lotes e as migrações intrametropolitanas, que são frutos principalmente da especulação. A outra consequência dessas serão os movimentos pendulares metropolitanos, que serão analisados posteriormente. Ademais, soma-se a isso, a concentração econômica do núcleo, tanto das atividades econômicas como das ofertas de emprego, o que faz com que esse espaço seja articulado aos demais municípios periféricos por esses fluxos cotidianos, ou seja, como parte da classe trabalhadora mora longe dos locais de trabalho, muitas vezes sendo em outros municípios, faz com que haja a ocorrência dos fluxos pendulares. Brito (2007) ao discorrer sobre esse processo afirma que: “dentro dos aglomerados metropolitanos, tem havido uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos em relação às capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano”.

Sobre a expansão metropolitana em direção sul, alguns autores falam que isso se deu em virtude da expansão urbana de Goiânia ter seguido esse eixo por causa das terras

localizadas nessa direção serem de propriedade do Estado. Pinto (2009) ao analisar a formação do espaço urbano desse município, afirma que o rápido crescimento dele na década se deu em virtude da Lei 4.526, aprovada em Goiânia no ano de 1972, que obrigou a implantação da infraestrutura nos loteamentos urbanos, que diante disso, forçaram os capitalistas a buscarem alternativas nos municípios do entorno, sendo Aparecida de Goiânia o espaço “escolhido”. Usando o Plano Diretor desse município como base, percebe-se,

o capital especulativo imobiliário de Goiânia juntamente com a flexibilidade de regulação urbana do poder público de Aparecida de Goiânia naquela época, passaram a lotear grande parte do município, devido à sua proximidade e enorme oferta de áreas (PLANO DIRETOR, 2001).

Além disso, soma-se o grande número de lotes em relação ao “baixo” número de famílias. Entre as décadas de 1960 e 1990, o número de bairros criados foi num total de 145, sendo que nos períodos 1964-1980 e 1980-1991 havia 171 mil lotes e 9.700 famílias e 225 mil lotes e 39.800 famílias respectivamente. Nota-se assim a grande diferença entre o número de famílias e o de lotes. O autor também afirma que parte da população na década de 1980 se localizava no antigo distrito de Vila Brasília, hoje o Setor Vila Brasília. Também tem que se levar em conta a posição geográfica desse município, que está a sul de Goiânia e se localiza entre a BR 153, essa que passa pela capital em direção ao sul brasileiro.

Ao observar o mapa acima (Figura 4) notamos que a população metropolitana se distribui seguindo dois eixos principais: oeste-noroeste e sul-leste. No primeiro, destacam os municípios de Trindade e Goianira, que são servidos pelas rodovias GO-060 e 070, e no segundo, Aparecida e Senador Canedo, servidos pelas rodovias GO-020 e BR-153. Nota-se também que há o início de uma expansão metropolitana nessa direção, indicando que futuramente os outros municípios que estão localizados nessas duas direções poderão passar pelos mesmos processos que os primeiros, por possuírem grandes estoques de áreas rurais.

Os dados podem nos afirmar que a distribuição da população no espaço não ocorre de forma aleatória ou não-planejada e sim por escolhas políticas. Nessas escolhas o papel do Estado e das empresas imobiliárias é preponderante.

Vejamos o caso de Aparecida de Goiânia e de Goianira. Na primeira, o Estado foi responsável pela implantação de um bairro, Vila Brasília, que deu origem ao município. As pessoas fixadas nesse local eram provenientes de “ocupações” em áreas nobres da capital. No caso de Goianira isso não foi diferente, pois a construção de mil casas na Vila Mutirão, próxima a rodovia GO 070, que liga Goiânia a esse município, como também o loteamento da

antiga Fazenda São Domingos, por mais que a implantação não tenha ocorrido no seu espaço, influenciou em muito a expansão metropolitana em Goianira. Assim, vemos que o papel estatal na distribuição populacional é importante e gera como consequência uma diferencial distribuição da população, já que não é só econômica, mas também social e por motivos de moradia.

Em relação a urbanização vemos que em 1991 os municípios que possuíram os maiores índices foram, além do pólo, os que estão localizados no entorno, como Aparecida de Goiânia e Trindade, com índices acima dos 90 %. A população urbana em menores índices se localizou em Senador Canedo, Hidrolândia, Brazabranes, Bela Vista de Goiás e Aragoiânia, que obtiveram taxas abaixo dos 60%.

No censo de 2000 a população urbana da Região Metropolitana de Goiânia atingiu o patamar de 98, 37%, tornando-se uma das mais urbanizadas do país. Essa taxa de urbanização foi maior que as taxas da Região Centro Oeste e do estado de Goiás, sendo que o primeiro possuía 86,69% e o segundo 87,79%.

Os municípios que dispunham a maior taxa de urbanização eram Aparecida de Goiânia, Goiânia, Goianira, Trindade e Senador Canedo. Todos esses possuía taxas de urbanização acima de 95%. Podemos dizer que nessa época o processo de conurbação desses municípios com Goiânia já estavam se formando. Se observarmos a tabela iremos perceber que apenas Nerópolis e Goianópolis não possuíram taxas abaixo de 90%. Isso pode estar relacionado ao fato desses estarem em volta da metrópole, o que permitiu essas altas taxas de urbanização. Já os municípios que possuem taxas abaixo dos noventa por cento estão localizados na periferia da região, o que pode ser um dos fatores que contribuíram para essas baixas taxas.

Aparecida de Goiânia foi o município mais urbanizado da região, quase cem por cento da população morando em áreas urbanas, seguido por Senador Canedo com 99,75% e por Goiânia com 99,63%. Podemos observar que esses municípios possuem elevadíssimas taxas de urbanização, sendo quase toda a população urbana. Percebemos também que a taxa de urbanização da maioria está acima dos 90% e que esses estão no entorno da capital, exceto Inhumas, mostrando que o padrão de urbanização da região é alto. Porém os que possuem as menores taxas estão localizados na periferia da região, com destaques para Caldazinha, Hidrolândia e Brazabranes, todos com percentuais abaixo dos 60%.

Em síntese, podemos dizer que o crescimento populacional da região tem sido maior na periferia do que no núcleo, seguindo a tendência das metrópoles brasileiras, sendo que os municípios com maiores crescimentos estão localizados no entorno da capital, ambos no sul e

oeste. Já em relação a distribuição, o núcleo ainda concentra a maior parte da população, porém, isso tem diminuído, o que tem causado como consequência o aumento da participação da periferia no quantitativo demográfico, sendo que essa está concentrada ao sul e na faixa Leste-Oeste.

Na próxima seção analisaremos os fluxos migratórios para a RMG, vindos de outros estados brasileiros e de municípios goianos, como também dos fluxos dentro da própria região, denominados em núcleo-periferia, periferia-núcleo e periferia-periferia. Os dados analisados serão os referentes a migração data-fixa – que são migrantes que mudaram de estado ou município cinco anos antes do Censo de referência –, dos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Em relação aos fluxos, levaremos em conta os de chegada que denominaremos como imigrantes, os de saídas, emigrantes e a diferença entre os dois, saldo migratório.

4 – OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA A RMG: de onde venho? Onde moro?

O presente capítulo tem como objetivo analisar os fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais para a RMG, nos períodos 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. Antes disso, analisamos as modalidades migratórias para a região. As migrações para as regiões metropolitanas têm diminuído significativamente. Autores como Brito (2005) e Silva (2012) afirmam que depois dos anos 1980, devido à crise econômica que o país sofreu, muitas pessoas deixaram de migrar para os espaços metropolitanos e se destinaram às cidades médias ou até mesmo retornaram aos seus locais de origem. Isso fez com que os fluxos para as regiões metropolitanas sofressem um arrefecimento, tendo como consequência a diminuição das taxas de crescimento.

No caso da Região Metropolitana de Goiânia, essa realidade tem ocorrido, mas com algumas características diferentes de outras regiões metropolitanas. De acordo com os microdados das amostras dos Censos de 1991, 2000 e 2010, temos notado um crescimento dos fluxos interestaduais para a região a cada censo analisado. Os dados do período 1986-1991 mostram que o fluxo migratório que chegou a região vindos de espaços externos à RMG – tanto os interestaduais quanto os intraestaduais – foi de 152.528 migrantes, sendo que 53,13% vieram de outros estados e o restante, 46,87%, dos municípios do interior goiano. Desse total, 86,72% se destinaram a dois municípios na RMG, Goiânia e Aparecida de Goiânia, com 66,41% e 20,31% respectivamente.

Outra informação importante que podemos perceber ao analisar os dados da tabela 04 é a

grande importância dos fluxos interestaduais, com um total de 81.037 pessoas, o que faz nos inferir a capacidade atrativa que a região já possuía antes da sua institucionalização.

Tabela 04: RMG: Modalidades de fluxos migratórios – 1986-1991, 1995-2000, e 2005-2010

Fluxo Migratório - 1986-1991			
Tipos de Fluxos	Absoluto	%	
Interestadual	81.037	36,03	
Intraestadual	71.491	31,79	
Intrametropolitana	72.363	32,18	
Total	224.891		
Fluxo migratório - 1995-2000			
Tipos de Fluxos	Absoluto	%	Varição
Interestadual	105.713	42	30,45
Intraestadual	78.411	31,15	9,68
Intrametropolitana	67.577	26,85	-6,61
Total	251.701		11,92
Fluxo Migratório - 2005-2010			
Tipos de Fluxos	Absoluto	Relativo	Varição
Interestadual	116.045	48,22	9,77
Intraestadual	57.746	23,99	-26,35
Intrametropolitana	66.870	27,79	-1,04
Total	240.661		-4,38

Fonte: Microdados da Amostra – Censo 1991, 2000, e 2010.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Além disso, outro fluxo ocorreu dentro da própria região da qual mais de 72 mil pessoas mudaram de municípios, como demonstram os dados na Tabela 4. Isso nos mostra o quanto os movimentos populacionais intrametropolitanos foram importantes para o crescimento de alguns municípios, como os localizados no entorno do núcleo metropolitano. Desse total, 84% do fluxo saíram de Goiânia em direção aos municípios da região, sendo que desse 71,36% se direcionaram para Aparecida de Goiânia. Isso mostra a importância do fenômeno de expansão urbana em curso na RMG, pois autores como Brito (2005) e Silva (2012) já afirmam que esse processo tem como pano de fundo a questão da moradia, já que devido a especulação fundiária e imobiliária tornaram os preços dos lotes altos, fazendo com que muitos migrantes de baixa renda migrassem para esses municípios do entorno da capital.

No período 1995-2000 houve um aumento nos fluxos que chegaram à região, passando para 184.124 pessoas que chegaram vinda de locais exterior à RMG. A maior parte desses, cerca de 57,41%, vieram de vários estados brasileiros, enquanto que 42,59% procederam dos municípios do interior de Goiás. No total, a migração cresceu quase 12% em relação ao período anterior,

tendo um acréscimo absoluto de 26.810 migrantes.

Em relação ao período anterior (1986-1991), o incremento percentual dos fluxos vindos de “fora” da RMG foi de 20,71%, sendo que a maior contribuição para esse crescimento foi dos fluxos interestaduais que teve participação de 78,1%, com um aumento, em números absolutos, de 24.676 migrantes. Outra informação interessante é que os dois municípios que mais receberam migrantes interestaduais e intraestaduais aumentaram seus percentuais de 84% para 88,08%, o que nos mostra a importância desses como espaços atrativos de migrantes, o primeiro devido sua força econômica e o segundo por causa dos preços dos lotes e das moradias.

Já na primeira década do século XXI houve uma diminuição do fluxo migratório total da região, com um decréscimo de 4,38%. Com relação aos tipos de fluxos, os intraestaduais e intrametropolitanos continuaram apresentando arrefecimentos, com destaque para o primeiro, pois os interestaduais apresentaram crescimento, porém, menor em relação aos períodos anteriores. O crescimento que inicialmente era de 30% reduziu para 10%, que pode ser considerado alto.

O fluxo que apresentou maior força foi o interestadual, enquanto os demais vêm perdendo força diante do contexto atual. Acreditamos que isso esteja relacionado, como já dissemos anteriormente, às redes sociais migratórias em alguns municípios metropolitanos, principalmente Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. É o que veremos na seção subsequente a próxima.

4.1 – Os tipos de fluxos migratórios: diferenças entre o núcleo e a periferia

Para compreendermos algumas características dos fluxos para e dentro da RMG, faremos uma análise deles entre o núcleo metropolitano e os dezenove municípios componentes.

Esses fluxos migratórios para um determinado espaço metropolitano se torna importante devido a esse estar articulado com os processos econômicos, sociais, políticos e culturais. No caso das metrópoles, isso faz com que possamos entender os motivos para que algumas tenham altas ou baixas taxas de crescimento, a formação das centralidades, da segregação socioespacial, como também das conurbações.

A busca por outro espaço de moradia reside na esperança que os migrantes possuem de conseguir uma vida melhor do que no espaço de origem. Isso é um dos fatores que têm influenciado nos fluxos migratórios. No caso dos espaços metropolitanos, o mercado de terra tem sido preponderantes nesse processo, já que parte da população migrante que chega às capitais não consegue arcar com os altos custos da moradia, restando como saída a mudança para algum município do entorno das capitais. Essa materialização da chegada à outra região se dá através do emprego e da moradia. Esses processos segundo Silva (2012), num primeiro momento a

preocupação era o que fazer para estar na cidade e o segundo como fazer para apropriar-se da cidade. Em outras palavras, o migrante primeiramente encontraria uma forma de moradia, mesmo que fosse aluguel, depois a busca e a conquista por um emprego, posteriormente o direito à cidade, ou seja, apropriar-se dos espaços públicos e coletivos presentes geralmente nos bairros centrais. Isso está mudando (mudou) devido a instalação de alguns shoppings próximos à periferia metropolitana, como por exemplo, Portal Shopping, na saída para Goianira e Trindade, o América Shopping, na GO 060, Buriti Shopping, na divisa com Aparecida de Goiânia, Portal Sul Shopping, também próximo à Aparecida.

Tabela 5: RMG: Distribuição dos fluxos segundo o núcleo e a periferia (%) – 1991, 2000, 2010.

Tipos de Fluxos	Divisão espacial	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Interestadual	Núcleo	55.478	69.329	72.078	68,46	65,66	62,11
	Periferia	25.559	36.257	43.967	31,54	34,34	37,89
Intraestadual	Núcleo	45.817	51.338	34.985	64,09	65,45	60,58
	Periferia	25.674	27.073	22.761	35,91	34,55	39,42
Intrametropolitano	Núcleo - Periferia	60.763	58.221	51.402	84,06	86,19	76,85
	Periferia - Núcleo	5.328	4.602	5.819	7,37	6,81	8,7
	Periferia - Periferia	6.190	4.723	9.660	8,57	7	14,44
Total		224.809	251.543	240.672			

Fonte: Microdados das Amostras dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Na tabela acima, temos a distribuição dos migrantes segundo o tipo de fluxo para o núcleo e a periferia. No primeiro quinquênio, notamos que do fluxo interestadual, a maior parte tiveram como destino o núcleo metropolitano. Isso também ocorreu com o fluxo intraestadual.

No segundo quinquênio houve um crescimento em todos os fluxos migratórios. O fluxo interestadual-núcleo ganhou mais força, chegando a quase 70 mil pessoas. A periferia metropolitana também apresentou incremento nesse fluxo, tendo agora 36 mil migrantes interestaduais. O fluxo intraestadual também apresentou crescimento em ambos os espaços, com destaque para o núcleo, em que o quantitativo ultrapassou os 50 mil.

E no terceiro, houve acréscimos absolutos e percentuais nos fluxos interestaduais, tanto para o núcleo, como para a periferia. O restante sofreu decréscimo. Notamos que a cada período, a migração de outros estados tem ganhado força dentro da região, principalmente em

direção a Goiânia.

Em relação aos percentuais ao longo dos anos, nota-se que o fluxo que apresentou constante crescimento foi o fluxo interestadual para os municípios periféricos. Assim evidencia-se que os municípios periféricos já estão atraindo pessoas de outros Estados, na maior parte para Aparecida de Goiânia.

Os saldos migratórios que retratam a diferença dos que entraram e saíram de um determinado município, região, estado ou país, mostraram praticamente o mesmo processo. Para a metrópole, o maior saldo foi o interestadual, mesmo mantendo um constante decréscimo. O saldo intraestadual sofreu uma enorme queda no seu quantitativo, passando de 23 mil no quinquênio 1986/1991 para apenas 401 no último quinquênio, obtendo uma queda significativa. A consequência disso foi o arrefecimento da atração migratória intraestadual de Goiânia. Provavelmente, isso pode estar relacionado com a migração de retorno, onde muitos que migraram em épocas anteriores terem voltado para seus municípios de origem ou estarem migrando para o entorno do Distrito Federal.

O contexto histórico-econômico deve ter contribuído, já que no governo Lula os pequenos municípios experimentaram significativos crescimentos econômicos e houve também os programas de transferência de renda, como por exemplo, o Bolsa Família, que certamente contribuiu para a retenção de muitas pessoas para outras regiões.

O maior saldo migratório (troca) dos municípios da periferia ocorreu com os estados brasileiros, ou seja, com os fluxos interestaduais, tendo um incremento relativo de quase 70% na comparação com o primeiro e o terceiro quinquênio.

Esse aumento foi ocasionado pelo fato da periferia perder poucos migrantes para fora dos limites do território goiano, assim, podemos afirmar que esses espaços da RMG estão começando a atrair migrantes para eles, fruto das redes sociais familiares, pois muitos migram direto para os municípios periféricos em virtude de terem familiares que possuem moradias nessas “regiões”. E por último, o saldo intraestadual que até os anos 2000 apresentou um leve crescimento, a partir de 2005 tem sofrido altas reduções.

No geral, notamos que tanto o núcleo metropolitano como a periferia metropolitana ao longo dos períodos analisados, houve uma estabilidade no saldo interestadual, uma enorme queda no saldo intraestadual e um pequeno arrefecimento no saldo núcleo-periferia. Em relação a periferia, houve um enorme crescimento no saldo interestadual, uma estabilidade no saldo intraestadual e uma queda no saldo núcleo-periferia.

Em síntese, podemos dizer baseado nos dados que a força atrativa migratória do núcleo metropolitano tem passado por um arrefecimento ao passo que a periferia

metropolitana tem aumentado sua capacidade de atração migratória. Isso pode ser verificado no crescimento da participação nos fluxos interestaduais. Além disso, notamos que os fluxos dentro da periferia também estão passando por crescimento, o que indica que alguns municípios estão começando a possuir a capacidade de expulsão de migrantes, como no caso de Aparecida de Goiânia, fenômeno que pode estar relacionada com a valorização do solo urbano, levando como consequência o aumento do preço dos lotes urbanos.

Ao analisar os fluxos de migrantes inter-regionais brasileiros que chegaram à região metropolitana de Goiânia, veremos que há uma predominância de nordestinos e nortistas ao longo do tempo, principalmente entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira do século XXI. De acordo com Moyses (2004), devido a posição geográfica do território goiano, faz com que esse se torne ponto de passagem em direção ao Norte brasileiro. Outro elemento que notamos ao olhar o mapa do Brasil é que para um migrante do Sul chegar ao Norte ou vice-versa passa pelo estado de Goiás. Além disso, a capacidade atrativa de Goiânia e do Distrito Federal também contribui para o fenômeno migratório, pois os empregos de baixa e média qualificação da RMG e os empregos públicos do DF atraem muitas pessoas para seus territórios. De acordo com estudo do IPEA (2012), a primeira recebem pessoas de baixo a médio nível de escolaridade e o segundo uma predominância de indivíduos com alto nível de escolaridade.

Analisando os dados do período 1986/1991, notamos que chegaram a RMG mais de 81 mil migrantes, sendo que as regiões que mais enviaram migrantes foram o Nordeste e o Norte, que juntas corresponderam a 56,8% dos fluxos de chegada, enquanto que o Sul e o Centro-Oeste apenas com 20,09%. No caso da primeira, um dos fatores que certamente contribuiu nesse período foi a falta/menor oferta de empregos e a mecanização da agricultura que expulsou muitas pessoas de suas terras, principalmente em algumas regiões de alguns estados, como o Oeste baiano, Sul maranhense e Sul piauiense. Muitos desses são migrantes de baixo nível de escolaridade e quando chegam aos municípios da RMG ocupam postos de trabalho de baixa remuneração.

Em relação aos fluxos de emigração, saíram da região quase 35 mil pessoas. Notamos que o Norte, Centro-Oeste e Sudeste foram as regiões das quais a maior parte dos migrantes se destinaram. No primeiro podemos dizer que esses fluxos têm como Estado de destino o Tocantins, que tinha sido desmembrado de Goiás há pouco tempo, fator que com certeza deve ter atraído muitas pessoas em busca de oportunidades de vida. Já em relação ao Centro-Oeste, o fluxo migratório Goiânia-Brasília tem tido uma contribuição muito importante, fator que ocorre até nos dias de hoje, porém, são casos que analisaremos nas seções posteriores.

Os menores fluxos se direcionaram ao Sul e ao Nordeste. No caso do primeiro, é devido o espaço metropolitano goiano possuir pouca relação com os estados sulistas e no caso do segundo, com a pobreza, a mecanização agrícola e não-acesso a terra, tem feito com que poucas pessoas voltem aos seus locais de origem. Brito (2007) ao descrever esse processo afirma que,

A tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, abria a perspectiva de articular a mobilidade espacial com a mobilidade social. Aliás, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira (4). Os caminhos percorridos pelos migrantes através dos sistemas de cidades, que levavam, prioritariamente, aos grandes aglomerados metropolitanos, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida. (BRITO, 2007).

Tabela 06: RMG: Fluxos Migratórios Interregionais – 1986-1991, 1995-2000, 2005-2010

Regiões	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Norte	22.461	34.945	36.348	10.348	13.776	17.819	12.113	21.169	18.529
Nordeste	23.549	30.758	41.847	4.103	7.471	8.763	19.446	23.287	33.084
Sudeste	18.764	20.125	19.504	9.507	14.407	12.893	9.257	5.718	6.611
Sul	2.072	3.509	2.716	983	1.841	2.765	1.089	1.668	-49
Centro-Oeste	14.192	16.372	15.624	9.870	12.593	13.167	4.322	3.779	2.457
Total	81.038	105.709	116.039	34.811	50.088	55.407	46.227	55.621	60.632

Fonte: Microdados da Amostra – Censos 1991, 2000, e 2010.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Com isso, os dados relacionados ao saldo migratório revelaram que nesse período a RMG ganhou 46.227 pessoas, fato que certamente contribuiu para o aumento populacional regional. O Nordeste e o Norte foram as regiões das quais a RMG mantiveram maiores trocas migratórias positivas, com 68% do total. Podemos afirmar que no período 1986-1991 a RMG se consolidou como um espaço receptor de migrantes interregionais, tendo o Nordeste e o Norte como espaços emissores e com maiores trocas positivas.

No período 1995-2000 os fluxos inter-regionais aumentaram, tendo um total de 105.709 migrantes. Em comparação com o quinquênio anterior houve um incremento percentual, tanto nos fluxos de chegada, saída e do saldo migratório, de 30,44%, 43,88% e 20,32% respectivamente. Uma informação interessante é que as saídas, percentualmente, aumentaram mais que as chegadas e as trocas. Isso ocorreu devido as mudanças nos fluxos com o Sudeste e Centro-Oeste, em que ambos apresentaram aumentos relativos elevados na emigração que conseqüentemente levou a

queda nos saldos migratórios. Assim, a RMG passou a aumentar suas perdas migratórias com essas duas regiões brasileiras.

Em relação aos fluxos de chegada, houve a manutenção dos maiores fluxos com as regiões Nordeste e Norte, com um aumento maior para o segundo. Já os de saída, o Sudeste passou a se configurar como o maior receptor de pessoas da Região Metropolitana de Goiânia, ultrapassando, por exemplo, o Norte do país. O Sul continuou como o menor emissor migratório para o espaço metropolitano goiano.

O saldo migratório apresentou aumento em relação ao período anterior, alcançando um crescimento percentual de 20,32%, sendo que a RMG obteve resultados positivos com todas as regiões, principalmente com o Norte e o Nordeste, que juntas corresponderam a quase 80% do saldo migratório da região com os espaços regionais brasileiros. Um dos fatores que contribuíram para isso foi o aumento significativo dos fluxos migratórios.

E por fim, no período 2005-2010 a migração em direção a RMG passou de 105 mil para 116 mil, totalizando um incremento absoluto de 10.330 pessoas e percentual de 9,77%, o que denota que houve um arrefecimento nos fluxos inter-regionais para a região em comparação com os períodos anteriores, porém, observamos um constante crescimento desses fluxos, enquanto em outras metrópoles está ocorrendo diminuições. Isso mostra a importância da capacidade atrativa migratória da RMG, principalmente para o município polo e depois para os periféricos.

Os dados do período nos mostram que as Regiões Nordeste e Norte se consolidaram como as que mais enviaram migrantes para a RMG, sendo que a primeira obteve o maior incremento percentual. Os fluxos vindos das outras apresentaram quedas, o que aumentou ainda mais a importância das duas regiões citadas no crescimento populacional metropolitano.

4.2 – Os fluxos interestaduais para a RMG: origem, destinos e saldo migratório.

A migração interestadual é entendida como os fluxos de pessoas vindas de outros Estados brasileiros, ou seja, são as pessoas que nascem em um determinado Estado e depois migram para outros. Na tabela 7 que representa a distribuição dos fluxos interestaduais para a RMG nos três períodos, notamos que os maiores fluxos de imigrantes para a RMG vieram de Estados pertencentes a duas regiões, Nordeste e Norte.

Tabela 7: RMG: Fluxos Migratórios Interestaduais – 1986 – 1991, 1995-2000, e 2005-2010

Estados	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Rondônia	1.798	1.369	1.164	1.509	1.089	1.296	289	280	-132
Acre	117	641	550	78	193	115	39	448	435
Amazonas	393	487	871	216	443	409	177	44	462
Roraima	225	299	178	348	116	241	-123	183	-63
Amapá	21	161	116	32	146	136	-11	15	-20
Pará	6.164	12.226	13.456	2.456	3.144	4.721	3.708	9.082	8.735
Tocantins	13.743	19.762	20.013	5.709	8.645	10.901	8.034	11.117	9.112
Maranhão	4.117	11.876	19.590	1.194	1.593	3.156	2.923	10.283	16.434
Piauí	1.847	1.869	3.367	215	551	559	1.632	1.318	2.808
Ceará	2.440	1.687	1.997	309	845	693	2.131	842	1.304
Rio Grande do Norte	668	547	478	289	463	416	379	84	62
Paraíba	823	873	701	154	787	244	669	86	457
Pernambuco	710	1.545	1.389	366	328	430	344	1.217	959
Alagoas	325	529	653	175	133	156	150	396	497
Sergipe	129	248	179	30	105	179	99	143	0
Bahia	12.490	11.584	13.493	1.371	2.666	2.930	11.119	8.918	10.563
Minas Gerais	8.359	7.842	7.902	4.648	5.473	4.919	3.711	2.369	2.983
Espírito Santo	557	511	346	217	358	324	340	153	22
Rio de Janeiro	2.390	1.627	1.796	600	1.332	1.185	1.790	295	611
São Paulo	7.458	10.145	9.460	4.042	7.244	6.465	3.416	2.901	2.995
Paraná	947	1.931	1.400	545	918	1.110	402	1.013	290
Santa Catarina	271	600	903	202	655	864	69	-55	39
Rio Grande do Sul	854	978	413	236	268	791	618	710	-378
Mato Grosso do Sul	696	1.053	1.026	639	681	962	57	372	64
Mato Grosso	4.869	7.970	7.257	4.985	4.782	4.985	-116	3.188	2.272
Distrito Federal	8.627	7.349	7.341	4.246	7.130	7.220	4.381	219	121
Total	81.038	105.709	116.039	34.811	50.088	55.407	46.227	55.621	60.632

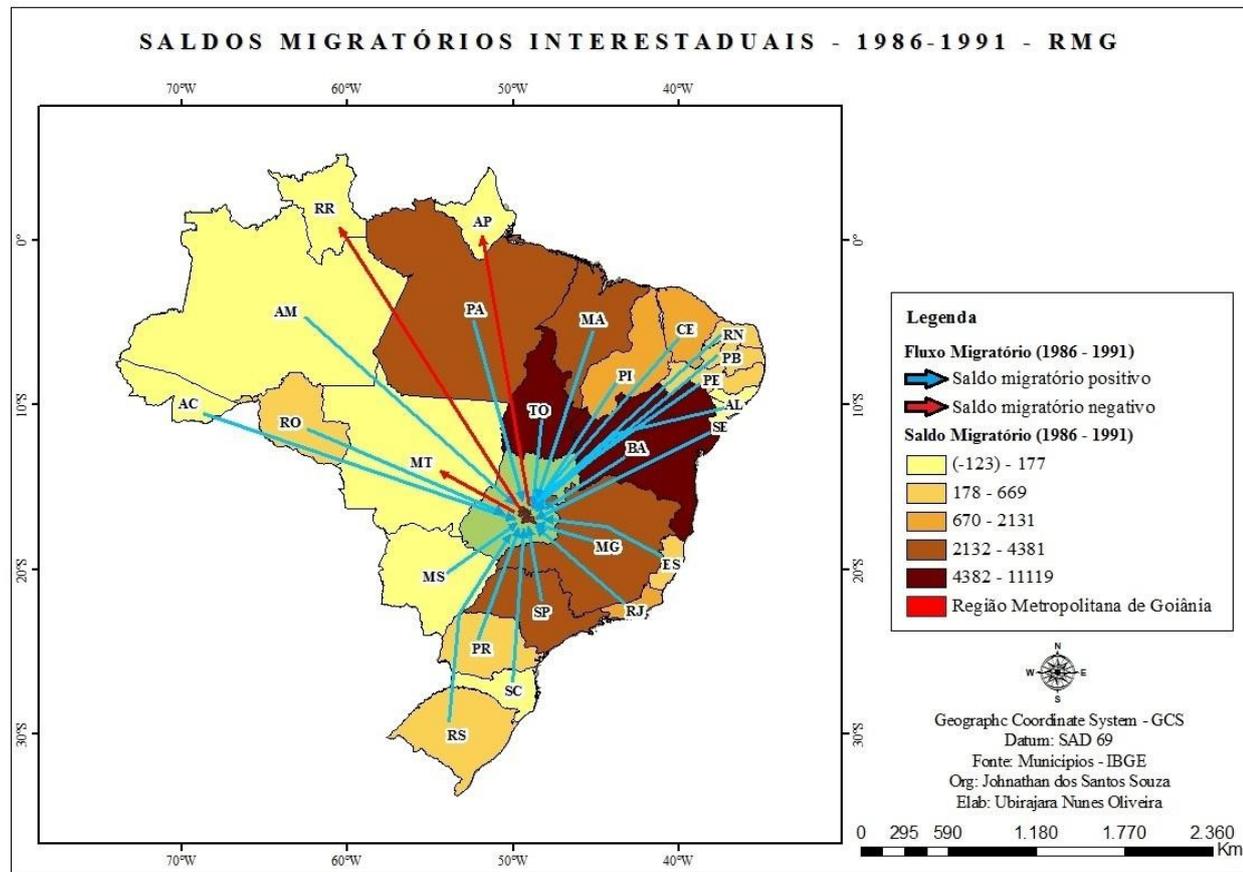
Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos 1991, 2000, e 2010 – IBGE.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

*IM: imigrantes; EM: emigrantes; SM: saldo migratório.

Observa-se que no primeiro período os estados que mais enviaram migrantes foram Tocantins, Pará, Bahia e Maranhão. No que diz respeito ao Tocantins, não podemos esquecer que parte dos fluxos tocantinenses se direcionaram quando ainda pertencia a Goiás, o que faz nos inferir que se separássemos os fluxos apenas do período 1989-1991 o valor absoluto seria bem menor.

Figura 5: RMG: Fluxos Interestaduais - 1986/1991



Fonte: Microdados do Censo Demográfico – IBGE – 1991
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Em relação ao saldo migratório, os dados retratam que a RMG obteve maiores saldos com o estado da Bahia e com o próprio Goiás. O que chama atenção são os saldos negativos, como Mato Grosso, no Centro-Oeste, Amapá e Roraima, no Norte. Já com os demais estados os resultados foram todos positivos, porém, com menos de 10.000 de saldo. Além disso, notamos que um dos fatores que podemos perceber é a distância, ou seja, os maiores saldos foram obtidos com estados limítrofes à Goiás, como por exemplo, a Bahia a Oeste, Tocantins, Minas Gerais e o Distrito Federal. No mapa, percebemos que a maior parte dos fluxos positivos estão localizados nos Estados litorâneos da faixa Leste-Nordeste, o que pode estar relacionado com o processo de ocupação do interior do território brasileiro, mais precisamente com a Marcha para Oeste e os negativos com os Estados da faixa Noroeste-Oeste, fronteiriços com os países sul-americanos.

No período de 1995-2000, houve uma intensificação dos fluxos vindos dos Estados do Norte e do Nordeste, principalmente do Pará, Maranhão, Bahia e São Paulo, este último pertencendo ao Sudeste. Aliás, a maior parte dos migrantes veio de apenas oito estados e a maioria

deles fazem fronteira com o território goiano, exceto Pará, Maranhão e São Paulo, ou seja, as distâncias não muito longas, certamente tem influenciado esses fluxos.

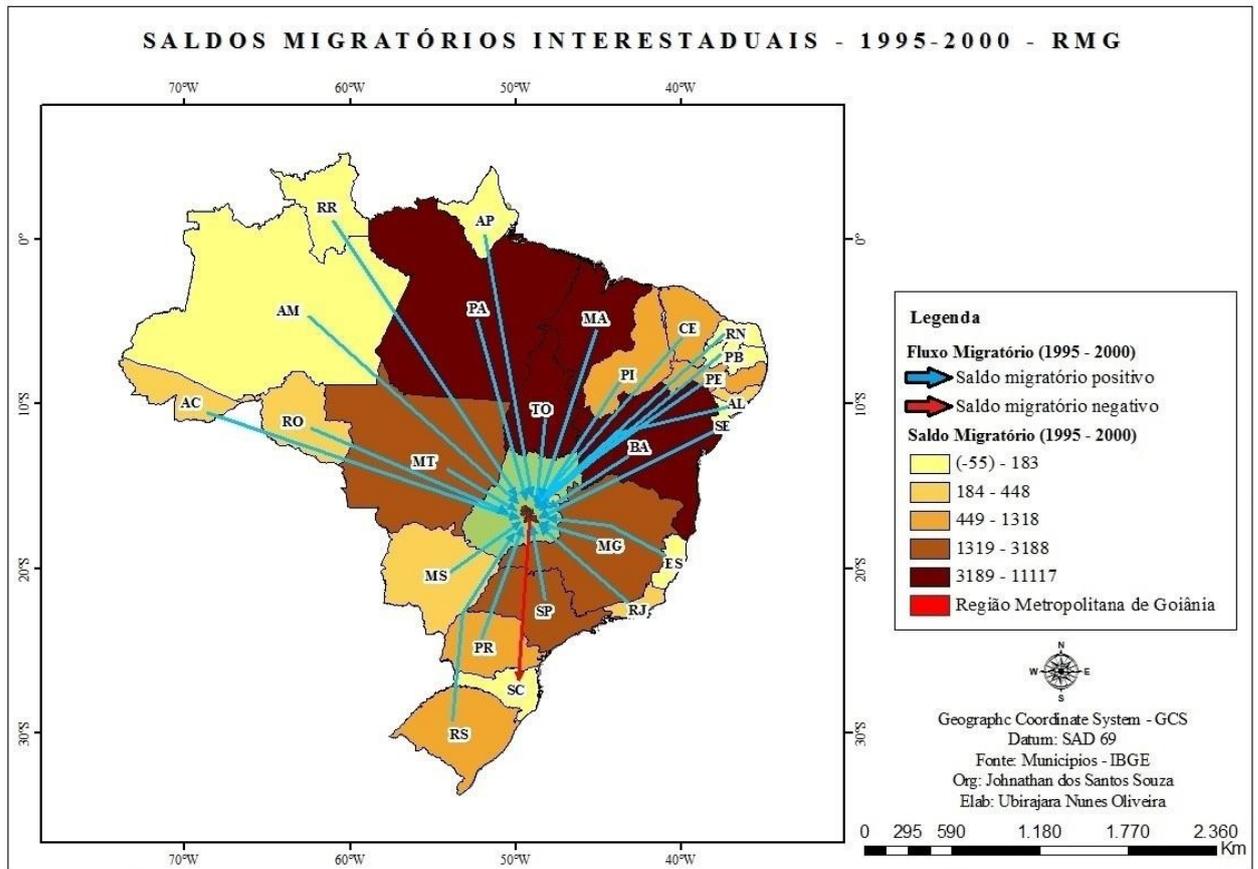
Já em relação aos saldos migratórios do período, vemos que a RMG obteve saldos migratórios maiores com pouquíssimos estados, que foram Tocantins, Maranhão e o Pará, com quantitativos acima de nove mil, a Bahia, acima de seis mil, Mato Grosso, acima de três mil e saldo negativo com Santa Catarina. Podemos também afirmar que nesse período, a metrópole goianiense não teve saldos migratórios significativos com os demais estados brasileiros, o que fica evidenciado a questão das distâncias e o fato de Goiânia exercer um grande poder de atração e polarização nesses territórios estaduais.

Enquanto isso, na primeira década do atual século, a RMG se consolidou como uma área de atração migratória nacional, perdendo em termos de fluxos apenas para a RIDE-DF (IBGE-2010). Os dados do período mostraram um aumento nos fluxos interestaduais, com destaque para os estados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Pará. Ambos foram responsáveis por mais de 57% dos fluxos de chegada. Podemos perceber que, além dos fatores já analisados, apenas oito estados, como ocorrera no período anterior, continuaram como os maiores emissores migratórios para a RMG. Isso mostra a força de atração exercida pela região a esses estados. Em comparação com os períodos anteriores não houve nenhuma mudança estrutural, o que apenas mudou foi o crescimento dos fluxos vindos do Maranhão e Pará.

Em relação ao saldo migratório, notamos que o destaque ficou para o estado do Maranhão, que aumentou em mais de 60% o seu saldo migratório com a RMG em relação ao período anterior (1995/2000), fruto do aumento dos fluxos de maranhenses à região. Já as trocas migratórias “médias” se deram com a Bahia, Tocantins e Pará, os mesmos que apresentaram os maiores volumes de chegada de migrantes.

O que chama a atenção é o fato da RMG ter perdido população para quatro estados, três do Norte – Amapá, Roraima e Rondônia –, e um do Sul – Rio Grande do Sul –. Como os dados são limitados, talvez pesquisas futuras possam nos indicar quais fatores têm levado esses a ganharem pessoas do espaço metropolitano goianiense. Em comparação com os períodos anteriores, houve uma queda do saldo migratório do Distrito Federal e do Mato Grosso, que nos anos 1990 era muito baixo, e uma elevação dos saldos como o Maranhão e Pará.

Figura 6: RMG: Fluxos Interestaduais – 1995/2000

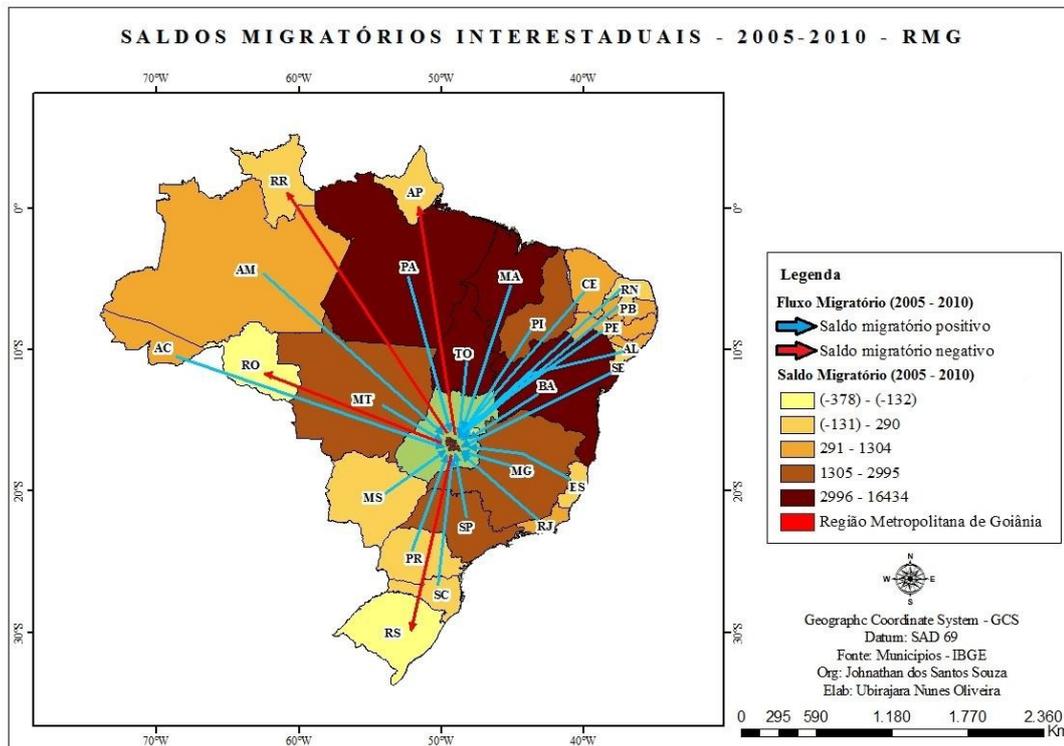


Fonte: Microdados do Censo Demográfico – IBGE – 2000
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Na Figura 10 podemos perceber que houve um espraiamento dos fluxos positivos para a faixa Norte do país, fruto certamente da não-existência dos fluxos negativos, que no período passado, estiveram concentrados nessa direção. O único fluxo negativo seguiu o sentido Sul, dando início assim o processo de inversão dos saldos negativos, que anteriormente estavam próximos a Linha do Equador, para próximo do Trópico de Capricórnio. No mapa 9, a tendência dos dois períodos se materializaram na primeira década do século XXI, com o fortalecimento dos fluxos positivos na faixa Nordeste-Norte-Noroeste e dos negativos na faixa Noroeste-Oeste-Sul. Ou seja, os fluxos positivos possuem proximidade com a Linha do Equador, enquanto que os fluxos negativos com o Trópico de Capricórnio.

Em um trabalho realizado pelo autor no Colégio Estadual Balneário Meia Ponte, ficou visível esse fenômeno, já que grande parte dos alunos tinham como origem migratória esses mesmos estados. Outro fator que certamente contribuiu para grande vinda de maranhenses à região foi a construção do shopping Passeio das Águas. Segundo informações obtidas de professores do colégio, a construção desse atraiu uma grande leva desses migrantes, o que acabou contribuindo para o grande número desses sujeitos.

Figura 7: RMG: Fluxos Interestaduais – 2005/2010



Fonte: Microdados do Censo Demográfico – IBGE – 2010
 Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Outro fator que descobrimos nas conversas com os entrevistados, é que alguns foram influenciados pela questão da distância geográfica, principalmente em relação aos migrantes tocaninenses. Aliás, os quatro estados que possuem a maior porcentagem de migrantes para a RMG estão localizados nos limítrofes do território goiano. Segundo Teixeira-Neto, Gomes e Barbosa (2004), historicamente esse tem sido um dos fatores que tem contribuído para os fluxos migratórios interestaduais para Goiás.

Outro elemento que podemos relacionar os fluxos migratórios é com a taxa de fecundidade. Os maiores saldos migratórios interestaduais da RMG se deram com Estados que possuem os maiores quantitativos de filhos por mulher, Maranhão – 2,56, Tocantins – 2,41, Bahia – 2,05 e Pará – 2,5. Isso mostra a forte relação que a migração possui com a fecundidade, já que para haver o primeiro é preciso que haja um excedente populacional em condições de migrar. Assim, podemos dizer que esses Estados servem como “berços” demográficos para a RMG, devido a maior parte dos migrantes que moram nos municípios metropolitanos nasceram nessas Unidades da Federação.

Outro fator que podemos correlacionar o processo migratório para a RMG é com os dados de PIB. Notamos que os maiores fluxos imigratórios, como também os maiores saldos

migratórios, vieram de Estados onde o dinamismo econômico é baixo, exceto, a Bahia e o Distrito Federal. A partir disso, podemos dizer que um dos motivos que levam os migrantes a mudarem para a região é a busca por empregos e por melhores condições de vida.

Brito e Marques (2005, p. 10) ao analisarem as migrações para as regiões metropolitanas, afirmam que,

Na sua grande maioria os imigrantes interestaduais preferem as capitais e os do interior as periferias metropolitanas. Já os emigrantes, sejam para o interior ou para os outros estados, na sua grande maioria, partem mais da capital do que da periferia metropolitana. O que mostra que a capacidade de retenção migratória das capitais tem diminuído expressivamente.

O que os autores argumentam ocorre na RMG, pois a maior parte do fluxo imigratório interestadual se direciona à Goiânia. Por outro lado, os fluxos emigratórios partem também de Goiânia, tanto para outros Estados como para as regiões do interior de Goiás.

Relacionado aos municípios que mais enviaram migrantes para a RMG, os dados mostram que a maior parte estão localizados justamente nas Unidades da Federação das quais a RMG mais recebe fluxos migratórios e possuem altas trocas migratórias. Com isso, a RMG recebe migrantes de várias regiões e municípios, por esse motivo, optamos por escolher apenas os municípios com fluxos imigratórios com a região acima de 1.000 migrantes.

Na tabela 8 podemos observar os municípios emissores de migrantes para a RMG. Nota-se que no período 1986/1991, Brasília – DF, São Paulo – SP, Santa Maria da Vitória – BA e Rio de Janeiro – RJ foram os maiores emissores migratórios municipais para a RMG. Na segunda metade da década de 1990, Brasília – DF, Imperatriz – MA, São Paulo - SP, Araguaína – TO, Cuiabá- MT e Santa Maria da Vitória – BA foram os maiores emissores. No período 2005/2010, os três primeiros do período anterior continuaram como os maiores emissores. A diferença foi que Palmas passou a se figurar entre os cinco maiores fluxos, passando a ter um aumento absoluto significativo em seu fluxo. Além disso, tivemos a inserção de Barreiras, São Luís e Teresina que antes não faziam parte do grupo. Os municípios de Conceição do Araguaia e Belém tiveram suas emissões migratórias arrefecidas, fazendo com que não fizessem parte do grupo dos 14 municípios.

Tabela 8: Municípios brasileiros com maiores fluxos migratórios interestaduais para a RMG – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Principais municípios emissores de migrantes para a RMG - 1986/2010/*					
1986/1991		1995/2000		2005/2010	
Brasília – DF	8.626	Brasília – DF	7.349	Brasília – DF	7.341
São Paulo -SP	2.888	Imperatriz – MA	5.164	Imperatriz – MA	4.805
Santa Maria da Vitória – BA	2.112	São Paulo – SP	4.347	São Paulo – SP	3.491
Rio de Janeiro – RJ	1.575	Araguaína – TO	2.713	Palmas – TO	2.192
Correntina – BA	1.208	Cuiabá – MT	2.240	Araguaína – TO	2.121
Condeúba – BA	1.150	Santa Maria da Vitória – BA	2.213	Cuiabá – MT	1.687
Belo Horizonte – MG	1.089	Gurupi – TO	2.148	Marabá – PA	1.671
Araguaína – TO	1.080	Redenção – PA	2.003	Uberlândia – MG	1.543
		Conceição do Araguaia – PA	1.838	Gurupi – TO	1.453
		Palmas – TO	1.708	Redenção – PA	1.452
		Uberlândia – MG	1.445	Barreiras – BA	1.247
		Marabá – PA	1.406	São Luís – MA	1.128
		Belém – PA	1.226	Teresina – PI	1.005
		Correntina – BA	1.208	Santa Maria da Vitória - BA	1.000

Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

*Apenas os municípios com fluxos acima de 1.000 pessoas

Uma característica a se observar é que São Paulo, Araguaína e Santa Maria da Vitória são os principais municípios brasileiros emissores de imigrantes para a RMG em todos os períodos analisados. Em segundo lugar, aparecem aqueles municípios que passaram se figurar no grupo dos maiores emissores a partir da segunda metade da década de 1990, Imperatriz, Palmas, Redenção, Gurupi, Marabá e Uberlândia. Isso mostra a forte relação que a Região Metropolitana de Goiânia possui com esses municípios, como também a proeminência das redes migratórias entre ambos. É perceptível observar isso quando ao caminhar pela região conhecermos migrantes justamente dessas cidades, o que mostra essas redes são antigas e novas. Além disso, se esses municípios não apresentam grandes fluxos é porque segundo Silva (2012) “passa-se a ter uma pluralidade de fluxos, com origens e destinos diferenciados e, conseqüentemente, com mecanismos explicativos para esses movimentos mais singulares e complexos”.

Outra característica percebida ao analisarmos os dados presentes na tabela, se refere ao arrefecimento dos fluxos imigratórios desses municípios, exceto Palmas, que apresentou incremento. Dos 14, apenas cinco no primeiro período e seis no segundo, são capitais estaduais, o restante são municípios de regiões interioranas ou metropolitanos. Isso sugere que a capacidade migratória da RMG se dá mais com os espaços interiores estaduais, do que com os espaços metropolitanos ou próximos às capitais.

4.3 - Distribuição dos fluxos interestaduais para os municípios metropolitanos

Ao analisar a tabela, notamos que nos três períodos os fluxos imigratórios interestaduais para a RMG foram concentrados em apenas dois municípios, Goiânia e Aparecida. No primeiro período, o núcleo metropolitano recebeu mais de 55 mil pessoas, no segundo quase 70 mil e no terceiro mais de 70 mil, consolidando assim como um dos espaços mais atrativos de população do Centro-Oeste brasileiro, como também, do território brasileiro. Isso mostra a forte polarização que Goiânia possui, já que a maior parte dos seus fluxos migratórios provém justamente de municípios/regiões que estão localizados em sua área de influência, de acordo com a REGIC 2007. Seguindo a lógica da capital, Aparecida de Goiânia a cada período tem se consolidado como um espaço de atração migratória de outros Estados. Se nos anos 1990 seu fluxo foi de quase 18 mil pessoas, no último se manteve na casa dos 26 mil.

Tabela 9: RMG: Fluxos Migratórios Interestaduais segundo os Municípios– 1986-2010

Municípios	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Abadia de Goiás	-	320	239	-	20	41	-	300	198
Aparecida de Goiânia	17.905	26.288	26.271	287	1.440	3.164	17.618	24.848	23.107
Aragoiânia	305	181	255	341	25	140	-36	156	115
Bela Vista de Goiás	189	-	446	196	-	197	-7	-	249
Bonfinópolis	183	-	285	1	-	14	182	-	271
Brazabrantes	35	-	122	39	-	9	-4	-	113
Caldazinha	-	-	51	-	-	13	-	-	38
Caturaí	151	-	95	56	-	0	95	-	95
Goianápolis	280	225	122	538	111	172	-258	114	-50
Goiânia	55.478	69.329	72.078	31.499	46.972	49.188	23.979	22.357	22.890
Goianira	528	887	2.228	114	320	232	414	567	1.996
Guapó	284	-	373	49	-	64	235	-	309
Hidrolândia	301	525	1.031	144	95	129	157	430	902
Inhumas	938	-	973	825	-	593	113	-	380
Nerópolis	271	488	942	169	118	229	102	370	713
Nova Veneza	70	-	238	51	-	7	19	-	231
Santo Antônio de Goiás	-	161	336	-	74	82	-	87	254
Senador Canedo	2.064	4.108	6.044	43	235	390	2.021	3.873	5.654
Terezópolis de Goiás	-	-	103	-	-	16	-	-	87
Trindade	2.055	3.174	3.813	489	678	747	1.566	2.496	3.066
Total	81.037	105.586	116.045	34.841	50.088	55.427	46.196	55.598	60.618

Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Isso sugere que o fenômeno das redes sociais migratórias possa estar influenciando, já que muitos migrantes que em décadas anteriores migraram para Goiânia e depois para Aparecida de Goiânia, ou possam estar induzindo seus parentes ou familiares que saem de seus Estados de origem e possui como destino a RMG, a migrarem diretamente para esse município. Essa é uma hipótese bem plausível, na medida em que os dados tem a cada Censo comprovado isso. Esse processo também está relacionado aos altos custos dos lotes urbanos como também das residências do núcleo metropolitano, pois geralmente os migrantes não possuem condições financeiras de adquiri-los, não restando outra alternativa a não ser fixar-se diretamente nos municípios periféricos. Além disso, mostra que Aparecida está começando a fortalecer suas relações migratórias com os Estados brasileiros, já que anteriormente, isso ocorria apenas com Goiânia e com alguns municípios do interior goiano, ou seja, suas ligações já estão ultrapassando os limites político-administrativo de Goiás.

Em relação aos fluxos de emigrantes, percebe-se uma concentração no núcleo metropolitano, dessa forma, ao mesmo tempo em que atrai, ele retrai. No primeiro período, o fluxo foi de 31,5 mil pessoas, aumentando para 49,2 mil no último período. Nesse caso, podemos afirmar que uma parte considerável desses emigrantes são pessoas que migraram para o município e depois decidiu retornar para seu Estado de origem. Esse fenômeno é característico dos fluxos migratórios atuais, como afirma Cunha (2001). Já o restante dos municípios não perderam pessoas para outros Estados.

Quanto aos saldos migratórios, percebe-se que no primeiro período o maior saldo interestadual foi do núcleo metropolitano, já a partir dos anos 2000 Aparecida de Goiânia passou a ter o maior, se consolidando na primeira década do século atual com ganho de quase 23 mil pessoas. O saldo do primeiro se manteve estável durante os três períodos, com retenção de pouco mais de 23 mil pessoas. Com referência aos demais municípios, observa-se que quatro deles apresentaram saldos negativos, fato que voltou a ocorrer apenas no último período, porém, somente com Goianópolis. Já os demais, apresentaram saldos migratórios positivos.

Uma característica que não podemos deixar de notar é que os saldos dos municípios do entorno de Goiânia, por menores que sejam, a cada período apresentou uma elevação, o que em anos seguintes poderão aumentar ainda mais. Isso é fruto do maior aumento dos fluxos imigratórios. Além disso, os dados têm provado que o núcleo atrai e retém muitas pessoas de outros Estados, fato comprovado pelos dados da Tabela 9. Em um estudo realizado pelo IBGE

(2010), os pesquisadores demonstraram que a metrópole goiana perdeu apenas para a RIDE/DF. E é justamente com essa, que Goiânia possui as maiores trocas populacionais, item analisado na seção anterior.

4.4 - Os fluxos intraestaduais para a RMG: origem, destino e trocas migratórias.

Os fluxos intraestaduais tiveram como espaços de origens as regiões goianas. A regionalização utilizada foi a do governo estadual, sendo a única que coincide com a organização dos municípios da RMG.

Os dados da tabela 7 mostra que chegaram à região no período 1986/1991 mais de 66 mil migrantes vindos de outras regiões goianas e saíram da RMG para essas mais de trinta mil, totalizando um saldo migratório de 36 mil migrantes. Notamos também que a metrópole goianiense obteve trocas migratórias positivas com todas as regiões, implicando afirmar que ganhou pessoas de todas elas.

Tabela 10: RMG: Fluxos Intraestaduais – 1991, 2000 e 2010.

Regiões	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Norte Goiano	9.149	15.072	11.305	3.457	5.650	5.507	5.692	10.814	5.798
Nordeste Goiano	2.169	3.348	4.144	571	3.334	929	1.598	2.389	3.215
Centro Goiano	13.038	12.646	9.946	5.250	4.258	7.383	7.788	6.996	2.563
Noroeste Goiano	8.100	7.834	5.780	2.900	5.953	4.172	5.200	3.927	1.608
Oeste Goiano	15.576	16.191	9.818	5.918	7.118	8.584	9.658	9.073	1.234
Sudoeste Goiano	4.401	5.611	4.358	2.406	3.428	3.258	1.995	2.183	1.100
Sul Goiano	6.945	8.124	5.960	5.176	3.907	6.135	1.769	2.171	-175
Entorno do DF	2.673	1.884	3.337	2.031	959	3.556	642	-1.450	-219
Sudeste Goiano	4.303	4.209	2.901	2.457	3.624	4.232	1.846	585	-1.331
Total	66.354	74.919	57.549	30.166	38.231	43.756	36.188	36.688	13.793

Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos 1991, 2000, 2010 – IBGE.

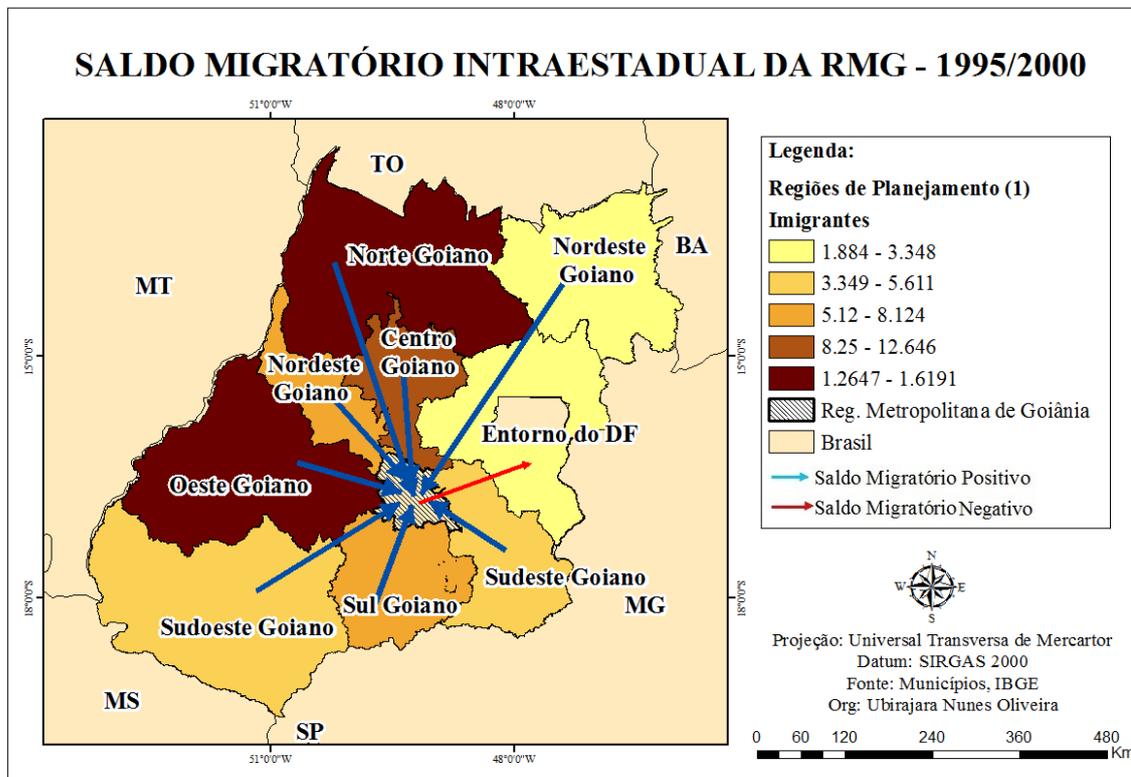
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Os maiores fluxos vieram das regiões Oeste, Centro e Norte goianos, enquanto que os menores do Nordeste e Entorno do DF. Além disso, os dados nos mostram que os maiores fluxos intraestaduais provêm das regiões mais pobres de Goiás, que é o Norte goiano e o Oeste goiano. Esse fluxo proveniente dessas duas regiões foi responsável por 41,73% do total de migrantes que chegaram à RMG.

Com referência aos fluxos de saída, as regiões Oeste e Sul e Centro também foram as que mais receberam migrantes da RMG. Provavelmente esse fenômeno esteja relacionado com a saída de migrantes em busca de empregos como também em busca de melhor qualidade de vida nos municípios interioranos que possui economia dinâmica.

Em relação ao saldo migratório, metade das trocas migratórias se deu com o Norte e o Oeste. A polarização de Goiânia exercida pela oferta de empregos, bens e serviços contribui para a atração de migrantes desses dois espaços, além, da pouca oferta de oportunidades ocupacionais presentes nas duas regiões.

Figura 8: RMG: Mapa dos Fluxos Intraestaduais (Saldo Migratório) – 1995/2000

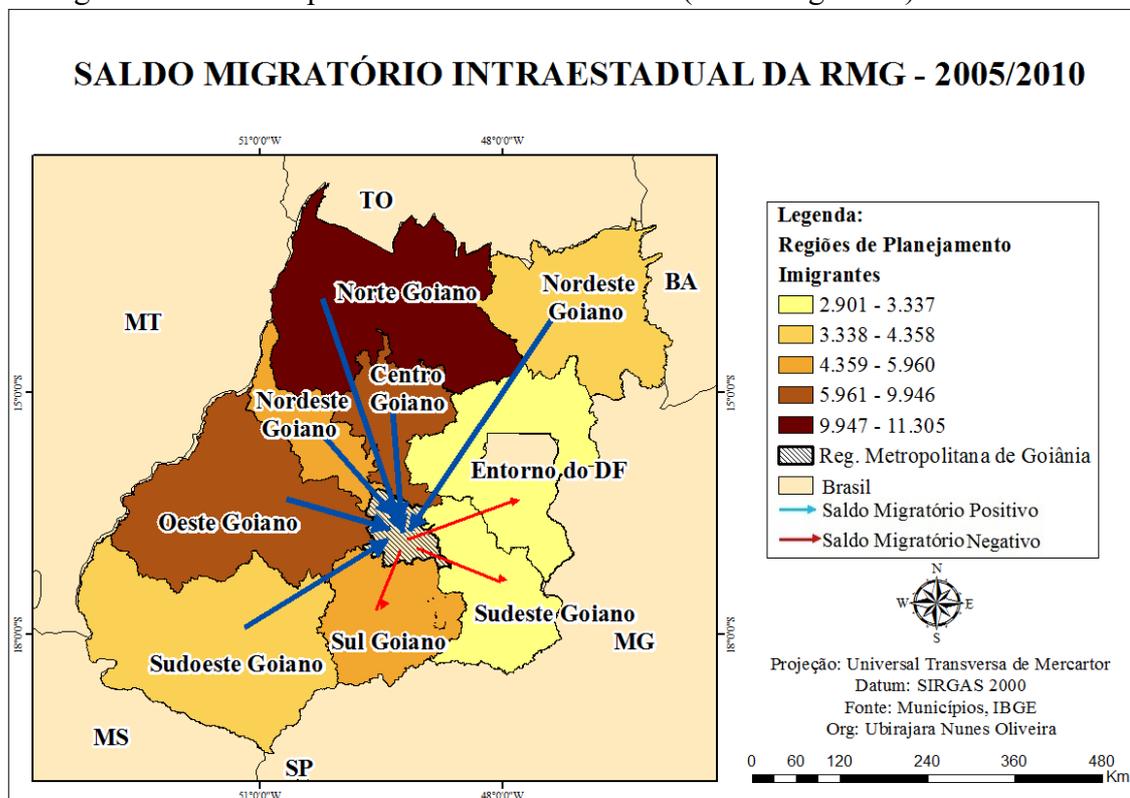


Fonte: Microdados da Amostra – Censo IBGE 2000.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

O que chama atenção é o saldo negativo com o Entorno do DF. Provavelmente isso deve ter ocorrido em virtude da oferta de concursos públicos do governo federal e distrital, já que muitas pessoas residentes em Goiânia e nos municípios periféricos ao serem aprovados nesses certames optam por morar em municípios do entorno, devido o custo de vida ser baixo em relação ao DF. É o que ocorre com Valparaíso de Goiás e Águas Lindas de Goiás.

Já no período 2005/2010, as principais mudanças em relação ao período anterior foram o arrefecimento dos fluxos de entradas, o aumento do fluxo de saída e a queda do saldo migratório com todas as regiões goianas. Em relação a primeira característica, o Norte, Centro e Oeste se mantiveram como espaços emissores de população para a metrópole goianiense. No tocante, a segunda, o Centro goiano se destacou no aumento de emigrantes metropolitanos, pois foi o que maior ganhou nesse processo. E o Norte goiano se consolidou ainda mais como espaço emissor de migrantes, mesmo tendo diminuído a emissão de pessoas para a RMG.

Figura 9: RMG: Mapa dos Fluxos Intraestaduais (Saldo Migratório) – 2005/2010



Fonte: Microdados da Amostra – Censo IBGE 2010.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Na tabela 11, notamos que nos três quinquênios os fluxos imigratórios intraestaduais para a RMG foram concentrados em apenas dois municípios, Goiânia e Aparecida de Goiânia. No primeiro quinquênio o núcleo metropolitano recebeu mais de 45 mil pessoas, no segundo, quase 51 mil e no último quinquênio, menos de 35 mil, apresentando assim um crescimento do primeiro para o segundo e uma queda de 50% no terceiro período. Isso mostra que as demais regiões goianas, principalmente as ligadas ao agronegócio, passaram a atrair migrantes para seus territórios. Além disso, começaram a atrair também pessoas da RMG.

Seguindo a lógica da capital, Aparecida de Goiânia a cada período tem se consolidado como um espaço de atração migratória para os demais municípios do território goiano. Se nos anos 1990 seu fluxo foi de mais de 13 mil pessoas, no último diminuiu para menos de 11 mil. Os dados desagregados indicam que muitos migrantes do interior goiano têm migrado para Aparecida de Goiânia, ao invés de migrarem para Goiânia. Isso sugere duas situações, a primeira é que devido os altos custos de vida na capital, muitos migrantes mudam para Aparecida para ficarem próximos ao seu local de trabalho ou de estudo, já que a maior parte trabalha ou estuda no núcleo metropolitano. A segunda é que devido a sua dinâmica econômica, esse município periférico tem atraído diversas pessoas de outras regiões goianas em busca de empregos e melhores condições de vida.

Tabela 11: RMG: Fluxos Migratórios Intraestaduais – 1986-2010

Municípios	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Abadia de Goiás	-	500	331	-	68	230	-	432	100
Aparecida de Goiânia	13.068	15.201	10.552	240	1.915	2.724	12.828	13.286	7.828
Aragoiânia	357	438	289	188	181	213	169	257	76
Bela Vista de Goiás	195	-	1.096	622	-	612	-427	-	483
Bonfinópolis	264	-	251	137	-	267	127	-	-16
Brazabrantes	60	-	204	25	-	23	35	-	181
Caldazinha	-	-	87	-	-	41	-	-	45
Caturai	150	-	170	121	-	98	29	-	72
Goianópolis	1.114	842	420	958	667	658	156	175	-237
Goiânia	45.817	51.331	34.985	31.177	37.156	34.586	14.640	14.175	398
Goianira	980	1.424	1.033	161	609	449	819	815	585
Guapó	666	-	364	480	-	263	186	-	101
Hidrolândia	594	658	668	345	380	166	249	278	503
Inhumas	2.735	-	1.223	1.735	-	1.044	1.000	-	179
Nerópolis	1.155	1.561	1.061	337	547	620	818	1.014	442
Nova Veneza	113	-	215	241	-	73	-128	-	142
Santo Antônio de Goiás	-	308	209	-	164	42	-	144	167
Senador Canedo	1.119	1.779	1.598	31	663	382	1.088	1.116	1.216
Terezópolis de Goiás	-	-	289	-	-	112	-	-	177
Trindade	3.104	4.367	2.690	1.612	1.754	1.509	1.492	2.613	1.180
Total	71.491	78.409	57.735	38.410	44.104	44.112	33.081	34.305	13.623

Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos 2000 e 2010 – IBGE.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Trindade, Senador Canedo, Inhumas, Bela Vista, Nerópolis e Goianira foram os que receberam fluxos acima de 1.000 pessoas. O que os dados mostram é que por menores que sejam, o fluxo de imigrantes interestaduais estão crescendo nos municípios do entorno metropolitano ou na periferia conurbada, devido ser espaços conurbados com o núcleo.

A maior porção dos fluxos emigratórios partiu do núcleo metropolitano em direção as regiões goianas. Até os anos 2000 o crescimento foi significativo, porém, diminuiu no último período. Isso pode ser indício de que alguns municípios goianos estão começando a atrair migrantes de suas regiões, devido ao seu crescimento econômico, o que pode estar influenciando os migrantes, que ao invés de percorrerem distâncias relativamente maiores para a capital, estão migrando para os polos de crescimento mais próximos de sua origem. Além disso, partes dos migrantes que anteriormente haviam migrado para a capital, ao perceberem que suas regiões de origem estão experimentando surto econômico, acabam migrando não para seu município de origem, mas para os que estão economicamente expandindo.

Outro município que passou a perder migrantes para os municípios do interior de Goiás foi Aparecida de Goiânia, que nos anos 1990 teve uma perda de menos de 300 migrantes, na segunda metade da primeira década do século atual perdeu 2.724 pessoas.

Uma característica desse aspecto analisado é que o saldo de todos os municípios no último período sofreu decréscimos, exceto Bela Vista de Goiás, Nova Veneza Brazabrantes, Caturai, Hidrolândia, Santo Antônio e Senador Canedo que ganharam migrantes a partir de 2010. Provavelmente, muitos migrantes têm escolhido esses municípios pela proximidade com a capital, seja em busca de empregos, serviços de saúde, educação, entre outros.

Em relação ao núcleo e a periferia, a concentração desse fluxo continua com o primeiro, porém, os dados têm mostrado que essa concentração tem diminuído e que a periferia tem aos poucos aumentada sua capacidade migratória intraestadual.

5 – OS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS, ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA E MOBILIDADE PENDULAR: uma análise para os municípios metropolitanos.

O presente capítulo terá como objetivo analisar o índice de eficácia migratória dos municípios metropolitanos e da região no geral, como também os fluxos migratórios intrametropolitanos, dos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

5.1 – Índice de Eficácia Migratória para a RMG: uma análise para os municípios metropolitanos.

O Índice de Eficácia Migratória é um indicador que permite identificar a capacidade migratória de um determinado município ou estado. É o resultado do cálculo da razão do saldo migratório com a soma dos imigrantes e emigrantes. Há algumas definições para esse cálculo, frutos de pesquisas e reflexões realizadas por alguns autores. Os valores próximos a zero indicam capacidade de rotatividade migratória.

A definição utilizada pelo IBGE, afirma que quando o resultado do cálculo for próximo de 1, maior será a capacidade do espaço em absorver a população migrante. Quando for próximo a -1, significa que este não conseguirá reter a população, tendo assim um maior índice de evasão populacional.

Já Soares (2014) argumenta que o IEM mede a diferença relativa entre a adição ou perda efetiva por meio da migração num determinado período de tempo bem definido e num determinado espaço geográfico, mas a sua interpretação ao longo do tempo revela muito além disso. Em suas alterações sobre as classes do IEM proposta por Baeninger (2008), a nova classificação ficou da seguinte forma,

Quadro 1: Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM)

Classes do Índice de Eficácia Migratória	
Classes do Índice de Eficácia Migratória	Classificação da Potencialidade Migratória
-0,51 a - 1,00	Área de Alta Perda Migratória
-0,30 a -0,50	Área de Média Perda Migratória
-0,13 a -0,29	Área de Baixa Perda Migratória
0,12 a -0,12	Área de Rotatividade Migratória
0,13 a 0,29	Área de Baixa Retenção Migratória
0,30 a 0,50	Área de Média Retenção Migratória
0,51 a 1,00	Área de Alta Retenção Migratória

Fonte: Soares, (2014)

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Ao analisar os IEMs para os municípios da RMG nos anos 1991, 2000 e 2010, notamos que houve diversas mudanças nos fluxos migratórios da região. No censo de 1991 os dados indicam que a maior parte se caracterizavam como Área de Rotatividade Migratória, Área de Baixa Retenção Migratória e Área de Alta Retenção Migratória. A RMG, no geral, foi classificada como uma Área de Baixa Retenção Migratória.

Tabela 12: RMG: Índice de Eficácia Migratória dos Municípios – 1991,2000,2010

Índice de Eficácia Migratória - RMG - 1986-2010*			
Municípios	1986-1991	1995/2000	2005/2010
Abadia de Goiás	-	Alta Retenção Migratória	Média Retenção Migratória
Aparecida de Goiânia	Alta Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória
Aragoiânia	Baixa Retenção Migratória	Média Retenção Migratória	Média Retenção Migratória
Bela Vista de Goiás	Média Perda Migratória	-	Média Retenção Migratória
Bonfinópolis	Média Retenção Migratória	-	Alta Retenção Migratória
Brazabrantas	Rotatividade Migratória	-	Alta Retenção Migratória
Caldazinha	-	-	Rotatividade Migratória
Caturai	Baixa Retenção Migratória	-	Baixa Retenção Migratória
Goianápolis	Rotatividade Migratória	Rotatividade Migratória	Baixa Perda Migratória
Goiânia	Rotatividade Migratória	Rotatividade Migratória	Rotatividade Migratória
Goianira	Alta Retenção Migratória	Média Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória
Guapó	Rotatividade Migratória	-	Baixa Retenção Migratória
Hidrolândia	Baixa Retenção Migratória	Baixa Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória
Inhumas	Rotatividade Migratória	-	Rotatividade Migratória
Nerópolis	Baixa Retenção Migratória	Média Retenção Migratória	Baixa Retenção Migratória
Nova Veneza	Média Perda Migratória	-	Média Retenção Migratória
Santo Antônio de Goiás	-	Média Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória
Senador Canedo	Alta Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória
Terezópolis de Goiás	-	-	Alta Retenção Migratória
Trindade	Média Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória	Alta Retenção Migratória
RMG	Baixa Retenção Migratória	Baixa Retenção Migratória	Baixa Retenção Migratória

Fonte: Microdados da Amostra – Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

*Os municípios que não aparecem dados é porque nos períodos citados não faziam parte da RMG.

Municípios classificados como Área de Alta Retenção são aqueles que estão localizados no entorno do núcleo metropolitano, especificamente ao sul, leste e noroeste, como são os casos de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Goianira. Os classificados como Área de Média Retenção Migratória foram Trindade e Bonfinópolis. E por fim, os que foram tidos como Rotatividade Migratória são os que possuíam saldos migratórios negativos, por exemplo, Brazabrantas, Goiânia, Goianápolis, Guapó e Inhumas.

Nos anos 2000, com o processo de institucionalização da RMG e com a diminuição no número de entidades municipais, a região continuou como Área de Baixa Retenção Migratória, no entanto, a maior parte dessas entidades se classifica como Área de Alta Retenção e Média Retenção. Cabe destacar que Abadia de Goiás anteriormente não fazia parte do aglomerado até os anos 1990 e Trindade, foi a partir desse ano que elas passaram a

ser espaços de Alta Atração Migratória. Aragoiânia e Nerópolis saíram da condição de Baixa Retenção e passaram para condição de Média Retenção.

Os municípios que passaram da condição de Baixa Atração para Média tiveram influência da queda dos fluxos de emigração, o que fez com que seus saldos migratórios aumentassem. Os que passaram de Média para Alta, apresentaram incrementos absolutos nos fluxos de imigração, tendo como consequência o crescimento do saldo migratório. Já os que passaram de Alta para Média sofreu influência da queda do saldo migratório, fruto do aumento dos fluxos de emigrantes. Essas foram os fatores que levaram às mudanças no período 1991/2000.

Na primeira década do século atual, com a inserção de nove municípios na região, a predominância dos municípios na condição de Área de Alta Retenção se elevou, passando para o total de nove, ou seja, quase a metade dos municípios da região são espaços altamente atrativos de migrantes. O número de municipalidades classificadas como Média Retenção e Rotatividade Migratória se manteve, enquanto que os espaços de Baixa Retenção aumentaram. A novidade ficou por conta de Goianópolis que passou de espaço de Rotatividade para Baixa Perda Migratória.

Em relação às mudanças, temos que levar em conta que dos nove municípios incluídos na região, três ficaram na condição de Alta Retenção Migratória, dois em Média Retenção Migratória, dois em Baixa Retenção Migratória e dois em Rotatividade Migratória. Os que já faziam parte da região, houveram algumas mudanças. Abadia de Goiás que passou de Alta Retenção para Média Retenção sofreu queda nos fluxos imigratórios e do saldo migratório, Goianópolis passou de Rotatividade Migratória para Baixa Perda Migratória, fruto do arrefecimento dos fluxos imigratórios, do aumento dos fluxos emigratórios e consequentemente da passagem dos saldos positivos para negativos. Goianira passou de Média para Alta Retenção, consequência do incremento nos saldos de chegadas e diminuição nos de saída, o que resultou na triplicação do seu saldo migratório. Hidrolândia saiu da condição de Baixa Retenção para Alta Retenção, por causa da diminuição dos fluxos de saídas e do espetacular aumento do saldo migratório. Nerópolis, que anteriormente era classificado na situação de Média Retenção devido o aumento nos fluxos de emigração e na queda do seu saldo migratório, acabou passando para Área de Baixa Retenção Migratória. E por fim, Santo Antônio de Goiás, que experimentou acréscimo em seus fluxos de chegada, obteve uma

ampliação elevada em seu saldo migratório, o que fez passar de Média para Alta Retenção Migratória.

Essas informações sobre os IEMs podem ser vistas nas paisagens urbanas dos municípios metropolitanos denominados de Alta Retenção Migratória. Um exemplo é quando passamos na rodovia GO 070 e avistamos diversos loteamentos e condomínios fechados se expandindo Goianira afora. É perceptível também o fluxo de carros e ônibus em direção a Goianira, que é consequência da migração de várias pessoas para seu território e que ainda possuem emprego em Goiânia. A mesma coisa ocorre com Aparecida de Goiânia. Se passearmos pela Avenida Rio Verde que separa Goiânia de Aparecida de Goiânia, vislumbraremos uma série de bairros conurbados e um grande fluxo de pessoas deslocando desse município para a capital para trabalhar e estudar. Ao visitarmos o Terminal Novo Mundo, localizado na região Leste de Goiânia, vemos um grande fluxo de pessoas chegando de Senador Canedo com destino aos locais de trabalho espalhados em diversos bairros goianienses. Outro elemento que podemos notar são os condomínios fechados ao longo da rodovia GO 403, que tem mudado a paisagem dessa via. Quem passa diariamente pela rodovia dos romeiros também percebe praticamente a mesma realidade: grande fluxos de veículos, ônibus lotados e engarrafamentos. Assim, essas realidades dos dados podem ser avistadas pelas diversas paisagens urbanas presentes no território e no dia-a-dia da RMG.

Em síntese, percebemos que a partir da análise da migração pelos índices de eficácia migratória, há várias características presentes nos fluxos migratórios dos municípios metropolitanos. Ou seja, podemos afirmar que há uma diversidade de condições migratórias, sendo que a predominante é a Alta Retenção Migratória. O núcleo metropolitano, por ganhar muitos migrantes de outras Unidades da Federação e perder para sua periferia, se manteve como Área de Rotatividade Migratória, já que recebe e perde muitas.

5.2 - Os Fluxos Migratórios Intrametropolitanos na RMG: Entradas, saídas, e saldo migratório.

A migração intrametropolitana é a mudança geográfica das pessoas de um determinado município dentro de uma região metropolitana para outro da mesma região. Para Brito e Souza (2005, pg. 05) “a mobilidade da população entre os seus diferentes municípios, é um bom indicador do grau de interação entre eles e, portanto, da densidade social do espaço metropolitano por meio dos vetores de expansão”. Segundo os autores, essas têm sido frutos da ação do capital imobiliário e estatal, com o objetivo de redistribuir socialmente e

especialmente a população metropolitana. Ao analisarem o processo de crescimento demográfico dos aglomerados metropolitanos, argumentam que isso tem sido influenciado pela

tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços urbanos mais nobres e pela ação do Estado promovendo a regionalização econômica e facilitando as economias de aglomeração. Essa realocação espacial das atividades econômicas e a ação concomitante do capital imobiliário, proporcionaram uma redistribuição espacial da população através de uma intensa migração, prioritariamente, entre a capital dos aglomerados urbanos e os municípios vizinhos. Finalmente, as mudanças econômicas e as consequentes migrações, têm implicado num grande movimento pendular da população entre os residentes nos municípios vizinhos e a capital e entre essa última e os primeiros, ainda que numa proporção menor. (BRITO E SOUZA, 2005, p. 8.)

No caso do presente estudo, utilizaremos como característica temporal o período de cinco anos, ou seja, em qual município um determinado sujeito morava cinco anos antes de migrar para a residência atual. Esses são importantes para avaliarmos a participação desse fluxo no total de migrantes em cada município.

Tabela 13 – RMG: Migrantes intrametropolitanos – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

Migrantes Intrametropolitanos	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Núcleo – Periferia	60.763	84,06	58.221	86,19	51.402	76,86
Periferia – Núcleo	5.328	7,37	4.602	6,81	5.819	8,7
Periferia – Periferia	6.190	8,56	4.723	6,99	9.660	14,44
Total	72.281	100	67.546	100	66.881	100

Fonte: Microdados da Amostra dos Censos 1991, 2000, e 2010.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

A Tabela 13 mostra os fluxos migratórios intrametropolitanos na Região Metropolitana de Goiânia durante os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. Nesse sentido é possível observar que o fluxo intrametropolitano apresentou descenso nos intervalos em análise ao passar de 72.281 migrantes entre 1986/1991 para 67.546 no período 1995/2000 e arrefecendo para 66.881 pessoas no período 2005/2010.

Quanto ao fluxo de migrantes do núcleo – Goiânia – em direção à periferia (demais municípios da RMG), o número de pessoas diminuiu ao longo dos anos, tanto em termos absolutos quanto relativos. O contingente migratório passou de 60.763 (84,06%) migrantes

entre 1986/1991 para 51.402 (76,86%) no período 2005/2010. Tal dinâmica não apresenta semelhança com aqueles que partiram da periferia em direção ao núcleo da RMG, já que apresentou diminuição no primeiro período e um incremento significativo, tanto em termos absolutos, quanto relativos. No intervalo de 1986/1991, 7,37% dos migrantes da RMG fizeram o movimento periferia-núcleo, parcela essa que cai para 6,81% em 1995/2000 e se eleva para 8,7% em 2005/2010.

Por outro lado, o fluxo que exibiu constante crescimento, tanto em números absolutos ou relativos, é o movimento periferia-periferia. Em 1986/1991, representou 8,56% dos migrantes de data fixa da RMG, porcentagem que chegou a 14,44% no último. Esse processo, além de indicar as altas taxas de crescimento dos municípios periféricos, já que a população do pólo metropolitano têm apresentado baixos índices de crescimento demográfico, mostra que além da população da capital migrar para a periferia, essa também passa a se deslocar entre os próprios municípios, seja por questões econômicas, habitacionais, busca de melhor qualidade de vida ou até mesmo em virtude das redes sociais migratórias, em recente pesquisa feita pelo autor, foi descoberto que parte dos migrantes têm deslocado para a periferia por causa de parentes, familiares ou mesmo amigos que já moravam nos municípios periféricos, mostrando assim que os fatores econômicos não está exercendo uma forte influência, como em décadas anteriores.

Na tabela a seguir, temos os dados referentes ao período 1986/1991. Notamos que o município que recebeu o maior número de migrantes foi Aparecida de Goiânia, seguidos de Senador Canedo e Trindade. Por outro lado, o que mais perdeu foi o núcleo metropolitano. Os maiores saldos migratórios foram de Aparecida, Senador Canedo, Trindade e Goianira, enquanto que os menores foram Hidrolândia, Bonfinópolis e Caturai. Os saldos negativos se localizaram em nove municípios, principalmente em Goiânia, Bela Vista de Goiás e Inhumas.

Tabela 14: RMG: Fluxos Migratórios intrametropolitanos – 1986-2010

Municípios	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Abadia de Goiás	-	893	869	-	140	403	-	753	466
Aparecida de Goiânia	45.369	42.410	28.770	1.059	3.050	5.056	44.310	39.360	23.714
Aragoiânia	557	739	832	728	301	276	-171	438	556
Bela Vista de Goiás	555	-	1.531	1.138	-	532	-583	-	999
Bonfinópolis	256	-	1.103	123	-	227	133	-	876
Brazabrantes	185	-	409	309	-	121	-124	-	288
Caldazinha	-	-	129	-	-	153	-	-	-24
Caturai	569	-	336	440	-	313	129	-	23
Goianápolis	354	108	191	610	237	408	-256	-129	-217
Goiânia	5.328	4.602	5.819	60.763	58.221	51.402	-55.435	-53.619	-45.583
Goianira	2.804	2.213	7.040	511	801	904	2.293	1.412	6.136
Guapó	718	-	654	1.170	-	475	-452	-	179
Hidrolândia	1.072	1.120	1.708	806	883	551	266	237	1.157
Inhumas	1.112	-	1.355	1.661	-	1.493	-549	-	-138
Nerópolis	687	396	908	864	278	816	-177	118	92
Nova Veneza	111	-	374	268	-	250	-157	-	124
Santo Antônio de Goiás	-	293	761	-	54	73	-	239	688
Senador Canedo	7.899	7.092	7.780	130	1.299	1.616	7.769	5.793	6.164
Terezópolis de Goiás	-	-	325	-	-	64	-	-	261
Trindade	4.787	7.680	5.987	1.783	2.282	1.748	3.004	5.398	4.239
Total	72.363	67.546	66.881	72.363	67.546	66.881	0	0	0

Fonte: Elaboração a partir dos microdados da amostra – Censo 1991, 2000, 2010

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

Há uma relação muito grande entre o alto saldo migratório positivo de Aparecida de Goiânia com o saldo negativo de Goiânia. De acordo com os dados, 77,37% dos migrantes perdidos por Goiânia foram para Aparecida, enquanto que 96,75% dos migrantes retidos nesse município vieram da capital. Isso faz com que entendamos o motivo de um ter ganhado muito e o outro ter perdido muito, como também a forte relação entre ambos, ou seja, os ganhos de Aparecida de Goiânia são provenientes das perdas de migrantes por parte da capital.

Os municípios de Senador Canedo, Trindade e Goianira, tiveram em seus saldos migratórios acima de 80% vindos do polo metropolitano. Exceção feita em relação à Trindade, que obteve um saldo positivo com a metrópole, porém, apresentou saldos negativos com os demais municípios.

No tocante aos saldos negativos, vemos que Goiânia foi a cidade que mais perdeu migrantes em virtude da dinâmica imobiliária citada anteriormente, relacionada aos altos preços dos lotes urbanos em consequência dos baixos preços nos municípios periféricos. Bela Vista obteve saldos muito negativos com Senador Canedo e Goiânia. Inhumas atingiu saldos negativos com Aparecida, Caturai e Goiânia; e o município de Guapó, para Aparecida e Goiânia. Os outros foram municípios que apresentaram pouca relação com a região metropolitana, perdendo migrantes para cidades limítrofes aos seus ³territórios, como também apresentou perdas com quase todos eles, como são os casos de Goianópolis e Guapó.

Na primeira década do século atual, a RMG sofreu uma levíssima redução nos movimentos intrametropolitanos de 0,98% em comparação com o período anterior. Já em relação ao primeiro (1986/1991), esse índice foi de 7,47%. Uma das mudanças a serem citadas foi o acréscimo de sete municípios na composição da região, que pouco influenciou na dinâmica dos fluxos, ao menos quantitativamente. O que houve foi o aumento das ligações entre os municípios.

Notamos que o município de Aparecida de Goiânia reduziu seu saldo migratório intrametropolitano, acreditamos que isso se deve à “concorrência” desse com outros municípios, como: Senador Canedo, Trindade, e agora Goianira. Estes passaram a configurarem como espaços de atração migratória, devido os baixos preços de lotes urbanos nesses em relação à Aparecida de Goiânia, que já começou a ter seu solo urbano valorizado, fato que tem levado muitas pessoas a procurarem os outros municípios da região. Os migrantes preferem pagar baixas prestações em lotes naqueles municípios do que aluguel no núcleo metropolitano. Basta verem os diversos loteamentos e condomínios residenciais localizados às margens dos eixos rodoviários que dão acesso a esses municípios. Segundo Arrais (2013) essa localização é estratégica pelo fato da expansão urbana garantir a valorização fundiária como também facilidade de acessibilidade.

Outros fatores que também contribuiu para o crescimento do saldo migratório desses municípios foram/são os programas de habitação popular realizados pelo governo federal e estadual, que ocorre de forma majoritária nesses municípios. Um exemplo desses é o Minha Casa Minha Vida. Baseado no estudo do CRECI-GO e na ADEMI, Moysés e Borges (2010) nota-se que a movimentação de venda de imóveis na RMG, como por exemplo, as casas em condomínios fechados para classes de rendas inferiores, se localizavam em bairros populares,

como em áreas conurbadas entre Goiânia- Aparecida de Goiânia (Parque Amazônia – Jardim Imperial), como também nas imediações de vias de acesso (saídas) aos demais municípios metropolitanos, como Goianira, Trindade, Senador Canedo, Bela Vista e Inhumas. Segundo os autores,

A abertura dos créditos e a presença da iniciativa privada como instância de produção para a população de baixa renda, fomentada, sobretudo, pela injeção de grandes somas de recursos governamentais (PAC Habitação e Urbanização de Assentamentos Precários e MCMV) dinamizou o **mercado popular de habitação**. (MOYSÉS; BORGES, 2010, p. 21)

Em pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI – GOIÁS em 2010 referentes aos preços médios do metro quadrado dos loteamentos no Estado de Goiás, apontou que em sete municípios metropolitanos pesquisados, o maior valor foi de Goiânia, R\$ 166,43, seguido por Goianira, R\$ 138,77 e Abadia de Goiás, R\$ 130,25. Já os menores valores se localizaram em Hidrolândia, R\$41,12, Trindade, R\$ 70,21, Aparecida de Goiânia, R\$ 73,56 e Senador Canedo, R\$ 91,55. Dessa forma, os baixos preços dos lotes urbanos têm agido como um dos fatores de atração de migrantes para os municípios do entorno próximo do núcleo.

Em conversas informais com moradores de Trindade, Senador Canedo e Goianira os argumentos deixaram isso nítido. Alguns revelaram que moravam na capital e tinham mudado por causa da compra da casa própria ou mesmo do lote, isso tinha sido facilitado pelos créditos imobiliários junto a CAIXA. Segundo Borges e Cunha (2015), desde o ano 2005 foram contratadas 60.890 moradias, oriundas dos programas governamentais Crédito Solidário, PAC 1 e MCMV Entidades. A maior parte desse quantitativo se concentrou justamente nos municípios de maior porte demográfico, como também nos que receberam os maiores fluxos migratórios intrametropolitanos, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira.

Outro fator citado pelos autores é que

O Núcleo metropolitano (a capital Goiânia) vem recebendo a maior parte dos investimentos dos programas habitacionais recentes, sendo que as áreas de concentração espacial da moradia de interesse social – em geral estão localizadas nas franjas da metrópole e nos municípios limítrofes e com maior nível de integração metropolitana, os quais têm atraído a maior quantidade de empreendimentos. (BORGES; CUNHA 2015, p. 8)

Isso mostra a importância que as políticas habitacionais tiveram nos fluxos migratórios intrametropolitanos. Ou seja, esses foram consequências da implantação dos empreendimentos, como também da ação do capital imobiliário no espaço metropolitano goianiense.

Outro aspecto explicativo desse processo de redução do saldo migratório aparecidense e a elevação dos saldos trindadense, canedense e goianirense foi a mudança no sentido da migração que nas décadas de 1980 (visualizado no censo de 1991) e 1990 (visualizado no censo de 2000), quando os migrantes vinham diretamente para Goiânia e depois migravam para o território aparecidense. Esse processo de enraizamento em Aparecida de Goiânia fez com houvesse a constituição de diversas redes sociais migratórias, já que ao invés dos familiares virem de outros estados para a capital, dirigiam-se diretamente para Aparecida, fato comprovado pelo aumento dos dados de migração interestadual que em 1991 foi de 23,5% passando em 2010 para 40,1%.

Ou seja, Goiânia teve sua emigração reduzida no sentido para aquele território e redirecionada para os outros municípios elencados acima. Dito de outra forma, o núcleo metropolitano tem agido como um agente redistribuidor da população.

Uma variável da dinâmica da população que comprova essa mudança é o crescimento dos domicílios por municípios entre 2000 e 2010, conforme a Tabela 15.

Tabela 15: RMG: Número de domicílios por município – 2000/2010

Municípios	2000	2010	Incremento Absoluto	Incremento %
Abadia de Goiás	1.398	2.132	734	52,5
Aparecida de Goiânia	90.910	136.382	45.472	50,02
Aragoiânia	1.889	2.693	804	42,56
Bela Vista de Goiás	-	8.118	8.118	-
Bonfinópolis	-	2.363	2.363	-
Brazabrantes	-	1.082	1.082	-
Caldazinha	-	1.101	1.101	-
Caturai	-	1.513	1.513	-
Goianápolis	2.812	3.230	418	14,86
Goiânia	313.633	422.710	109.077	34,78
Goianira	5.273	10.303	5.030	95,39
Guapó	-	4.502	4.502	-
Hidrolândia	3.697	5.432	1.735	46,93
Inhumas	-	15.303	15.303	-
Nerópolis	4.943	7.381	2.438	49,32
Nova Veneza	-	2.475	2.475	-
Santo Antônio de Goiás	838	1.407	569	67,9
Senador Canedo	14.249	24.260	10.011	70,26
Terezópolis de Goiás	-	1.974	1.974	-
Trindade	22.134	31.934	9.800	44,28
Total	461.776	686.295	224.519	48,62

Fonte: Censos Demográficos - IBGE 2000, 2010.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Nota-se que os maiores incrementos percentuais foram de Goianira, Senador Canedo e Santo Antônio de Goiás, justamente os que apresentaram os maiores índices percentuais de crescimento dos saldos migratórios, como também da taxa de crescimento populacional. Isso fortalece as afirmações de Moysés (2004), Anjos (2010), Moyses (2004) e Arrais (2013) acerca do papel do mercado imobiliário nesse processo.

Assim, podemos afirmar como uma tendência futura é o redirecionamento dos fluxos intrametropolitanos para municípios que tinham saldos migratórios menores. Já podemos notar isso quando vemos o aumento gradual dos saldos migratórios de Bonfinópolis, Aragoiânia, Bela Vista, Abadia de Goiás e Santo Antônio de Goiás, também o aumento da emigração de Aparecida de Goiânia para esses, o que pode estar em formação um segundo “entorno” de atração migratória.

Em relação aos municípios que obtiveram saldos negativos, o núcleo juntamente com Goianópolis continuou como espaços perdedores de migrantes, porém, agora com Inhumas, que no período 1986/1991 apresentou saldo negativo e Caldazinha. Os dois últimos se localizam a distâncias acima de 34 km, fator que certamente inibe muitas pessoas a não migrarem para esses municípios, além de possuírem pouca relação com o polo metropolitano.

No geral, temos notado que os fluxos intrametropolitanos tem perdido força a cada período, influenciado, em parte, pela diminuição da emigração de Goiânia e pela imigração direta para fora do núcleo, como Aparecida de Goiânia.

5.2 – Estoque de migrantes na RMG: distribuição por municípios

O estoque de migrantes está relacionado ao quantitativo de pessoas nascidas em outras Unidades da Federação, municípios ou países que residem na RMG. No caso deste trabalho, utilizamos os dados referentes aos naturais, aos nascidos em outros Estados, em outros municípios de Goiás, em outros países, além dos indivíduos sem origem.

Tabela 16: RMG: Origem da população – 1991 – (%)

Municípios	Naturais	Interestaduais	Intraestaduais	Internacionais	Sem origem
Aparecida de Goiânia	16,17	28,09	55,45	0,08	0,21
Aragoiânia	44,81	16,05	39,06	0	0,08
Bela Vista de Goiás	79,54	5,77	14,32	0	0,38
Bonfinópolis	57,55	12,52	29,93	0	0
Brazabrantes	41,3	19,58	39,12	0	0
Caturaí	50,51	19,86	29,63	0	0
Goianópolis	53,23	15,19	31,15	0	0,43
Goiânia	47,89	23,47	28,14	0,25	0,24
Goianira	30,73	22,64	46,34	0,19	0,09
Guapó	45,9	17,32	36,44	0	0,35
Hidrolândia	56,37	12,53	30,77	0,14	0,2
Inhumas	53,03	17,64	29,06	0,08	0,18
Nerópolis	47,63	16,93	35,04	0,18	0,22
Nova Veneza	65,84	16,77	17,39	0	0
Senador Canedo	17,95	26,15	55,81	0,03	0,06
Trindade	44,83	16,42	38,55	0,04	0,16
Total	43,48	23,07	33,03	0,2	0,23

Fonte: Microdados da amostra – Censo - 1991.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Os dados da tabela 16 mostram que em 1991 quase 44% da população metropolitana eram naturais, ou seja, nasceram em algum município da RMG. Em relação aos municípios, nota-se que os maiores índices estiveram localizados em Bela Vista, Nova Veneza, Bonfinópolis e Goianópolis, justamente os que na época possuíam pouca relação com o núcleo metropolitano ou com alguma Unidade da Federação, o que conseqüentemente não gerou atração migratória para seus territórios. Os menores índices foram apresentados por municípios que estavam começando seu processo de expansão urbana, como Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Já no polo metropolitano, a população de nativos foi representada por 47,89% do contingente populacional.

No que diz respeito aos migrantes, percebe-se que 23% do quantitativo demográfico metropolitano foi formado por pessoas nascidas em outros Estados brasileiros. A maior parte se concentraram nos municípios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Goiânia. Os dois primeiros estavam passando pelo processo de expansão urbana. No caso de Goiânia, já é notório receber altos fluxos migratórios interestaduais pelo fato de ser uma metrópole e exercer um alto grau de polarização a muitas regiões goianas e de outros estados, o que gera como consequência o crescimento populacional, uma grande participação migratória na população e na expansão metropolitana para as duas cidades citadas.

Isso ocorreu também com a população migrante intraestadual que esteve concentrada

em Senador Canedo, Aparecida e Goianira. Em relação a esses dados, uma ponderação a ser feita é que eles não distinguem em quais municípios as pessoas nasceram, se são metropolitanos ou não-metropolitanos. Por isso, inferimos que os municípios citados, a maior parte são dos primeiros, já que muitos que nasceram em Goiânia mudaram para a periferia metropolitana. Os dados de migrantes internacionais e pessoas sem origem não foram significantes, pois não corresponderam a meio por cento da população da região, tampouco dos municípios.

Os dados do Censo de 2000 (Tab. 17) revelam que o contingente populacional nativo foi representado por 42,8%. Já os contingentes de migrantes interestaduais representou um quarto, os intraestaduais quase um terço e os internacionais e sem origem menos de meio por cento. Em relação ao primeiro Censo, nota-se que houve um acréscimo relativo dos migrantes interestaduais e arrefecimento nos demais, inclusive da população natural.

Tabela 17: RMG: Origem da população – 2000 – (%)

Municípios	Naturais	Interestaduais	Intraestaduais	Internacionais	Sem origem
Abadia de Goiás	23,19	20,88	55,84	0	0,08
Aparecida de Goiânia	25,09	28,93	45,91	0,06	0,01
Aragoiânia	41,98	15,27	42,75	0	0
Goianápolis	59,81	12,54	27,58	0,07	0
Goânia	49,14	23,96	26,61	0,28	0,01
Goianira	29,96	21,19	48,66	0,18	0
Hidrolândia	54,34	14,6	30,92	0,14	0
Nerópolis	51,79	17,2	31	0	0
Santo Antônio de Goiás	35,03	19,86	44,85	0	0,26
Senador Canedo	23,25	30,55	46,17	0	0,03
Trindade	42,32	16,44	41,09	0,09	0,06
Total	42,82	24,51	32,45	0,21	0,01

Fonte: Microdados da amostra – Censo - 2000.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

Analisando os dados por municípios observamos na Tabela 17 referentes ao ano de 2000, verifica-se que o município com maior percentual de pessoas naturais se concentrou em Goianápolis, Hidrolândia e Nerópolis, ambos com mais da metade da população nascida em seus próprios territórios. Os migrantes interestaduais se concentraram em maior parte em Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e no núcleo metropolitano. Observa-se que apenas cinco municípios possuíram índices acima dos 20% e são justamente os que estão localizados na fronteira com o núcleo.

Já em 2010, 46,71 % (Tab. 18) dos habitantes nasceram em municípios da Região

Metropolitana, 24,62% em outras Unidades da Federação, 27,8% em outros municípios goianos e menos de 1% nasceram em outros países ou eram classificados como “sem origem”. Os municípios que mais possuíram habitantes nascidos em seus territórios foram Bela Vista de Goiás, Nova Veneza e Inhumas, ambos com taxas acima dos 60%. O primeiro município, por exemplo, possuiu mais de 60 % da população natural, demonstrando que ao mesmo tempo é um dos que menos recebem migrantes. Os outros possuem índices acima dos 84 %. Podemos perceber que a maioria desses municípios está localizada na periferia da região, ou seja, distante do núcleo central, exceto Goianópolis, que localiza no entorno da capital.

Tabela 18: RMG: Origem da população – 2010 – (%)

Municípios	Naturais	Interestaduais	Intraestaduais	Internacionais	Sem origem
Abadia de Goiás	19,37	20,2	59,57	0	0,87
Aparecida de Goiânia	32,8	27,93	37,72	0,12	1,42
Aragoiânia	43,72	17,19	38,37	0,05	0,68
Bela Vista de Goiás	62,36	11,77	25,53	0,2	0,14
Bonfinópolis	33,44	22,82	43,43	0,12	0,17
Brazabrantes	50,4	18,78	30,48	0,37	0
Caldazinha	44,12	7,46	48,09	0	0,36
Caturai	38,31	17,35	43,79	0,06	0,49
Goianópolis	47,62	13,93	36,68	0,1	1,66
Goiânia	53,12	24,71	21,5	0,26	0,42
Goianira	30,84	26,48	42,4	0,07	0,21
Guapó	52,25	16,6	30,85	0,09	0,2
Hidrolândia	46,11	20,38	32,91	0,02	0,59
Inhumas	61,28	13,14	25,03	0,07	0,47
Nerópolis	47,27	18,69	33,4	0	0,66
Nova Veneza	62,46	15,89	21,37	0,17	0,11
Santo Antônio de Goiás	50,03	19,39	29,24	0,17	1,15
Senador Canedo	21,99	32,47	44,34	0,16	1,05
Terezópolis de Goiás	45,45	18,81	35,31	0,06	0,38
Trindade	43,47	18,04	37,71	0,04	0,74
Total	46,71	24,62	27,8	0,2	0,67

Fonte: Microdados da amostra – Censo - 2010.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

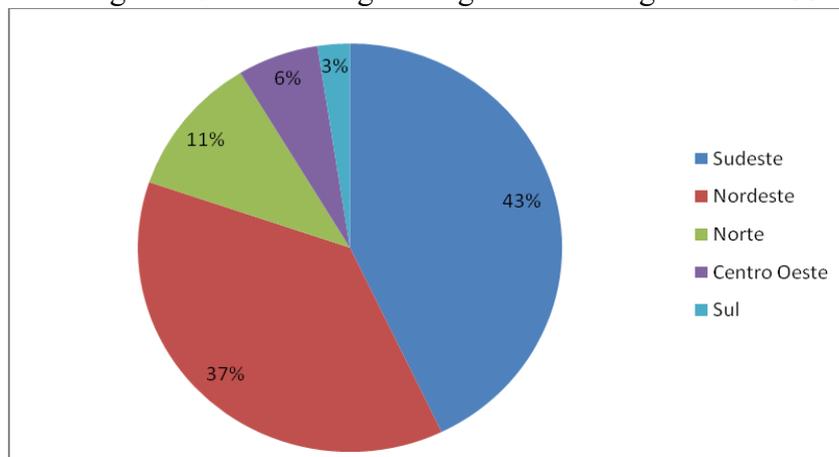
A população de migrantes no Censo 2010 chegou a 535.086 habitantes, correspondendo a 24,62% do total da população da região. Os municípios que possuíram as maiores porcentagens foram Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Goianira, Goiânia e Bonfinópolis. O primeiro possui mais de um terço, enquanto os outros possuem cerca de um quarto da população.

Relacionando os dados de população natural e migrante, notamos que a cada Censo a população migrante tem aumentado, ao passo que a natural tem diminuído. Esse fator faz nos entender que a RMG tem se constituído em um local de destino de muitos migrantes que vem

para o território goiano em busca de trabalho ou emprego, tornando a região uma área de atração, tanto a nível nacional como regional. Isso é fruto da metropolização, que segundo Almeida (2002) migram para essas cidades e acabam nas suas periferias inchadas, pois são atraídos pela prosperidade mais aparente do que real dessas cidades.

Analisando a origem dos migrantes presentes na Região Metropolitana, vemos que em 1991 grande parte desses foi nascida nos estados das regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente. Ao somar o percentual das duas perceberemos que mais de 80% nasceram nessas regiões.

Figura 10: RMG: Origem Regional dos Imigrantes - 1991

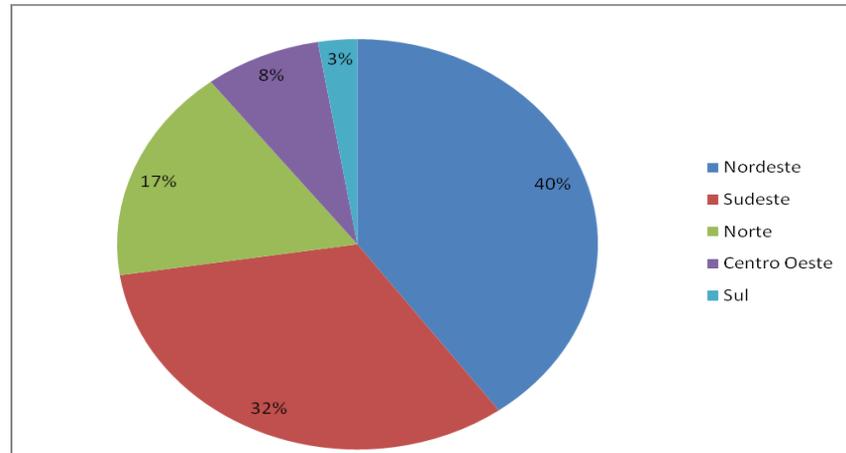


Fonte: Microdados da amostra – 1991.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

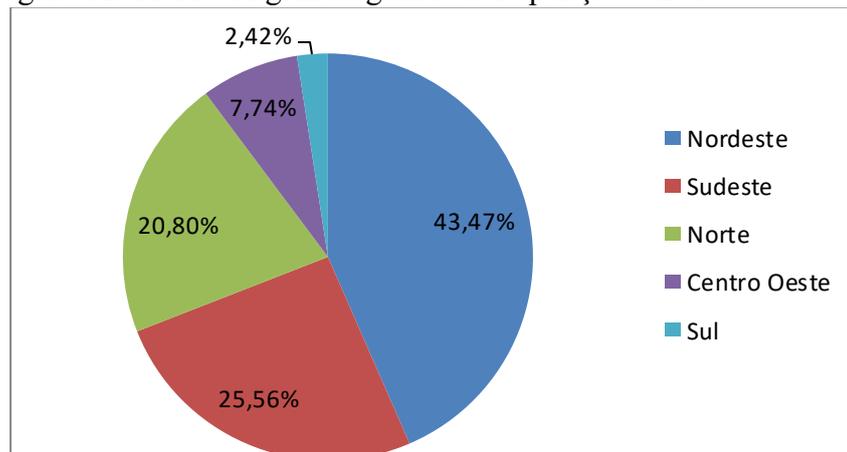
Nos anos 2000 houve uma inversão no que tange a origem regional dos migrantes da RMG, pois a região Nordeste passou a dominar a origem da maior parte dos migrantes interestaduais da região. Ou seja, se na década de 1990 a maioria das pessoas eram originárias do Sudeste, no início do século atual esses passaram a ser majoritariamente do Nordeste.

Figura 11: RMG: Origem Regional da População - 2000



Fonte: Microdados da amostra – 2000.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

Figura 12: RMG: Origem Regional da População - 2010



Fonte: Microdados da amostra – 2010.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

Em relação ao aumento percentual, os nascidos na região Norte foram responsáveis pelo segundo maior aumento de migrantes nascidos na região. De 1991 a 2000 houve um aumento de 5,8%, o que mostra que esse local a partir dos anos 2000 começou a se consolidar como a segunda maior região brasileira emissora de migrantes para o território metropolitano goiano.

Em 2010 a região Nordeste continuou sendo o local de origem da maior parte dos migrantes interestaduais, enquanto que em 1991, 37% dos migrantes haviam nascidos nessa região, no último período esse percentual subiu para 43%, sendo responsável pelo maior quantitativo de migrantes presentes na região metropolitana.

No gráfico 12 percebemos que a região Norte obteve um aumento significativo na participação percentual dos migrantes. Em 1991, por exemplo, possuiu 11% do total e em 2010, 21%, um crescimento de 10% ao longo dos 19 anos.

O Sudeste, a cada censo tem o seu quantitativo de migrantes diminuído. Em 1991, 43% haviam nascido nessa região, enquanto que em 2010 esse percentual declinou para 26%, um decréscimo de 17% em relação ao primeiro censo citado.

Em relação aos estados de origem dos migrantes, Minas Gerais deixou de ser o estado com maior número de migrantes, lugar que foi ocupado pelo estado da Bahia na década de 2001 a 2010.

Os que apresentaram os maiores acréscimos foram os estados do Maranhão e Tocantins. A população de migrantes nascidos no primeiro mais que dobrou. Em 2000 eram 35.453 maranhenses e em 2010 quase setenta e três mil, um aumento extraordinário, e a participação em relação a região aumentou para 13,60%. Já o segundo quase dobrou o quantitativo de migrantes, porém obteve um aumento no percentual migratório, chegando a 13,57%.

Em síntese, podemos afirmar que as Regiões Nordeste e Norte continuam como espaços de origem da maior parte do estoque de migrantes da RMG. Do ponto de vista interestadual, o maior número de migrantes é proveniente de quatro estados: Bahia, Maranhão, Tocantins e Pará, justamente os que fazem parte das duas regiões citadas.

5.3 – Os movimentos diários no espaço metropolitano: os fluxos pendulares

Um dos elementos importantes para a reprodução das relações sociais e para a existência do ser humano nos espaços urbanos, principalmente nos metropolitanos, é a mobilidade dos indivíduos. Certamente, sem essa seria impossível haver a reprodução das relações sociais. Nos espaços metropolitanos, esses se tornam importantes na medida em que o local de trabalho e o de moradia não estejam localizados no mesmo município. Além disso, com os constantes fluxos migratórios para as periferias metropolitanas, o processo de pendularização se intensificou. Dessa forma, podemos acrescentar que nos núcleos metropolitanos há uma concentração de empregos, bens e serviços, fato que tem contribuído para que tenhamos os fluxos diários entre esses e o núcleo metropolitano e entre os municípios da periferia metropolitana. Por mais que os migrantes deixem seus espaços de origem, ainda mantêm relações sociais com esse espaço, seja em busca de trabalho, estudo, entreterimento, bens e serviços, entre outros.

Alguns estudos como o de Arrais (2006) e Alencar (2014), buscaram compreender esse fenômeno na metrópole goianiense. O primeiro realizou uma análise da mobilidade pendular dentro da RMG e, especificamente, de Aparecida de Goiânia para Goiânia, buscando entender os elementos influenciadores desse processo. O segundo fez uma análise da mobilidade cotidiana dos estudantes na RMG. Ambos foram importantes para o entendimento desse processo, porém, não analisaram os fluxos de maior importância.

Arrais (2006), por exemplo, compreende a mobilidade pendular na RMG a partir dos conceitos de territórios de partida e de destino. Segundo ele,

o deslocamento para o polo relaciona-se com a origem das pessoas e com os vínculos estabelecidos anteriormente com Goiânia (seja para estudo, trabalho ou mesmo relações familiares). Nesse sentido, a relação que essa miríade de indivíduos mantém diariamente com Goiânia se dá a partir do acionamento de vários territórios. (ARRAIS, 2006, p. 99).

Ou seja, os fluxos pendulares ocorrem devido, primeiramente, a migração intrametropolitana, onde muitas pessoas que migram para os municípios periféricos continuam mantendo relações de trabalho e estudo com o núcleo metropolitano. Assim, acabam por acionar vários territórios. No caso do território de partida, esses são os municípios da periferia da RMG. Já o território de destino é Goiânia, que é influenciado pela centralidade exercida sobre os demais municípios metropolitanos. O autor afirma que há uma relação direta entre a centralização do núcleo com a dispersão da população pobre para esses municípios e com a oferta de transporte precário. Poderíamos acrescentar também, a oferta de empregos, bens e serviços.

Cunha (1994), Brito e Souza (2005) e Silva (2012) também realizaram esses estudos em outras metrópoles brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Aliás, há uma infinidade de estudos sobre o assunto. Moysés (2004), Anjos (2009) e Arrais (2013) identificaram que a especulação imobiliária juntamente com a alta dos preços dos lotes em Goiânia foi fundamental para a mudança de muitos migrantes para os municípios localizados no entorno de Goiânia, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianira e Trindade. Esse fato gerou como consequência os fluxos pendulares metropolitanos, já que muitos mantêm vínculos de trabalhos com a capital.

Tabela 19: RMG: Fluxos Pendulares por municípios – 2000

Municípios	Trabalho ou Estudo	% para o núcleo	Taxa de Mobilidade
Abadia de Goiás	735	92,24	14,79
Aparecida de Goiânia	72.353	99,49	21,51
Aragoiânia	378	92,06	5,88
Goianápolis	42	85,71	0,39
Goiânia	4.421	-	0,40
Goianira	2.877	98,85	15,37
Hidrolândia	712	92,13	5,44
Nerópolis	937	100	5,04
Santo Antônio de Goiás	323	91,33	10,40
Senador Canedo	12.007	98,16	22,61
Trindade	9.085	98,22	11,15
Total	103.870	94,82	6,34

Fonte: Microdados da Amostra – Censo Demográfico 2000.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

Na tabela 19 notamos que o fluxo de pessoas que se movimentavam diariamente entre os municípios da RMG foram de 103,87 mil pessoas. A maior parte (94,82%) se deslocava dos municípios de origem para trabalharem no núcleo metropolitano, isso mostra a forte relação dos municípios periféricos com o núcleo, como também dos efeitos da concentração econômica e dos empregos presentes nesse espaço, e da falta de dinamismo econômico presente na periferia metropolitana.

Em relação a taxa de mobilidade, os dados mostram que os municípios conurbados com Goiânia apresentaram as maiores taxas. Lembrando que essa taxa é a razão entre o número de pessoas que saem do município para estudar ou trabalhar sobre a população total do município. Por outro lado, as menores taxas foram do núcleo metropolitano e de Goianápolis. O primeiro é por influência da concentração econômica presente em seu território, o que na época induziu poucas pessoas a deslocarem para outros municípios. Já o segundo, é devido possuir uma relação com Anápolis, visto que os dados do Censo de 2000 referentes a mobilidade pendular demonstraram que a maior parte dos fluxos de trabalho ou estudo que partem de Goianápolis e possui como destino o município citado.

Os dados da Tabela 20 nos mostra a distribuição dos fluxos pendulares entre os municípios metropolitanos no ano de 2010. Notamos que mais de 205 mil pessoas realizaram o trajeto casa-escola e casa-trabalho diariamente entre os 20 municípios da região, sendo que 78,21% foram para trabalho e o restante para estudo.

Em relação aos municípios, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goiânia e Trindade são os que mais possuíram trabalhadores e estudantes percorrendo outros municípios. Isso mostra que esses estão altamente integrados entre si. Por outro lado, Goianópolis e Terezópolis de Goiás apresentaram os menores fluxos pendulares. Como estão localizados na BR 153 entre Goiânia e Anápolis, acaba que ambos recebem uma grande influência da última, devido a questão dos empregos localizados em Anápolis, como também pela proximidade. Além disso, em termos de localização, os menores fluxos estiveram situados ao norte e noroeste da RMG, por se tratarem de municípios que estão muito distantes do núcleo metropolitano.

Tabela 20: RMG: Fluxos Pendulares por municípios – 2010

Municípios	Total	Estudo %	Trabalho %	Estudantes que se destinam ao núcleo - %	Trabalhadores que se destinam ao núcleo - %	Taxa de Mobilidade ⁴ %
Abadia de Goiás	1.577	19,28	80,72	88,49	95,28	22,93
Aparecida de Goiânia	115.251	21,87	78,13	98,75	98,96	25,29
Aragoiânia	1.128	20,74	79,26	92,73	86,69	13,48
Bela Vista de Goiás	1.417	40,37	59,63	86,18	90,29	5,77
Bonfinópolis	1.470	18,1	81,9	81,2	93,44	19,51
Brazabrantes	554	42,96	57,04	34,87	49,1	17,14
Caldazinha	535	25,23	74,77	82,22	72	16,09
Caturai	572	29,2	70,8	37,12	66,17	12,21
Goianópolis	304	11,84	88,16	61,11	89,18	2,84
Goiânia	19.801	27,08	72,92	-	-	1,52
Goianira	8.710	15,99	84,01	86,07	93,88	22,57
Guapó	1.554	22,78	77,22	92,65	93,75	11,12
Hidrolândia	2.178	37,7	62,3	82,22	76,49	12,52
Inhumas	1.897	59,57	40,43	86,19	78,1	3,93
Nerópolis	2.260	22,74	77,26	97,27	90,89	9,33
Nova Veneza	978	29,14	70,86	69,82	66,23	12,03
Santo Antônio de Goiás	895	16,65	83,35	94,63	90,35	19,03
Senador Canedo	25.094	16,67	83,33	97,94	96,4	29,72
Terezópolis de Goiás	402	6,97	93,03	71,43	82,35	6,13
Trindade	19.011	17,93	82,07	97,39	96,82	18,19
Total	205.588	21,79	78,21			

Fonte: Microdados da Amostra – Censo Demográfico 2010.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

Em relação aos tipos de fluxos, o predominante é o da Periferia para o Núcleo, concentrando 87% do fluxo total. O segundo maior é do Núcleo para Periferia, com menos de

⁴ Taxa de Mobilidade é o percentual de pessoas que saem do município para trabalhar e/ou estudar em 2000 e 2010 sobre a população total.

9%, o que configura como um movimento inverso ou reverso, já que algumas pessoas moram na capital, porém, trabalha ou estuda em outros municípios da região.

Além disso, podemos notar que a maior parte dos fluxos que saem dos municípios periféricos, quase a totalidade possuem como destino a capital goianiense, o que mostra a grande polarização exercida por Goiânia, como também a forte dependência desses municípios à capital. De acordo com alguns autores, como Moyses (2004) e Arrais (2006), os migrantes que anteriormente moravam em Goiânia e que mudaram para outro município da RMG, acabam todos os dias acionando o núcleo metropolitano, já que a oferta de empregos e serviços estão concentrados na capital. A única exceção se dá com o município de Brazabrantes, em que menos da metade dos fluxos de trabalhadores e estudantes possuem como destino Goiânia. Um dos fatores que podemos relacionar é a enorme distância, de 48 km, o que certamente faz com que muitos procurem empregos em municípios mais próximos, como por exemplo, Inhumas e Goianira.

Segundo Jakob e Barêa (2000, p. 6) alguns fatores devem ser considerados na questão da mobilidade pendular na RMG:

Em primeiro lugar deve ser considerado o sistema viário que proporciona o acesso ao local de trabalho e aos equipamentos urbanos e que junto com a tarifa integrada praticada pelas companhias responsáveis pelo transporte coletivo favorecem o deslocamento da população e permitem a ocupação de áreas distantes do centro de Goiânia.

Por mais que a tarifa do transporte coletivo seja “barata” e integrada, o sistema de transporte público da região é precário, o que faz muitas pessoas gastarem muito tempo para chegarem aos seus locais de trabalho e estudo, como também na volta para casa.

Do ponto de vista espacial, percebe-se que os maiores fluxos possuem como origem as direções Sul, Leste, Oeste e Noroeste. Em relação aos eixos rodoviários acionados são: BR 153, fluxo Aparecida de Goiânia-Goiânia; GO 070, Goianira-Goiânia; GO 060, Trindade-Goiânia; e a GO 403, Senador Canedo-Goiânia. Ou seja, são desses que fluem os maiores fluxos em direção ao núcleo metropolitano. Em relação às distâncias percorridas pelos sujeitos, os valores variam entre 16 km e 48 km.

As taxas de mobilidade pendular do período mostra que os municípios mais populosos e conurbados com Goiânia, são os que apresentaram as maiores taxas de mobilidade. Em Senador Canedo e Aparecida mais de um quarto da população realizaram movimento

pendular, dessa forma, parte dos residentes percorre uma distância relativamente grande, já que ambos distam cerca de 46 km de Goiânia.

Outro dado que comprova a forte atração exercida pelo núcleo metropolitano em relação aos municípios periféricos, são os relacionados ao quantitativo de pessoas recebido por cada município. Na tabela 21, podemos perceber que os maiores fluxos nos anos 2000 foram os provenientes de Aparecida de Goiânia para o núcleo e o segundo, de Senador Canedo para Goiânia.

Tabela 21: RMG: Maiores fluxos pendulares – 2000 e 2010

Maiores fluxos pendulares* - RMG - 2000 e 2010		
Fluxos	2000	2010
Aparecida de Goiânia - Goiânia	71.986	114.005
Senador Canedo – Goiânia	11.786	24.256
Trindade – Goiânia	8.923	18.426
Goiânia - Aparecida de Goiânia	3.148	13.293
Goianira – Goiânia	2.844	8.068

Fonte: Microdados da Amostra – Censo Demográfico 2010.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S.

*esses dados são a soma dos fluxos de trabalho e estudo.

Em 2010, os fluxos continuaram os mesmos, porém, nota-se que houve um enorme incremento absoluto e relativo. O fluxo do núcleo para Aparecida quadruplicou, o fluxo da Cidade Santa (Trindade) para a capital quase triplicou e o de Senador Canedo para Goiânia mais que dobrou.

Observa-se que esses fluxos estão amplamente relacionados com o processo de integração metropolitana, já que esses municípios são os que possuem maiores níveis de integração com o núcleo, isso de acordo com o estudo do Observatório das Metrôpoles (2012). Além disso, são os que possuem os maiores percentuais de migrantes na população, devido a maior parte desses anteriormente terem residido em Goiânia. Quanto ao fluxo reverso Goiânia-Aparecida, podemos afirmar que ocorre pelo fato do segundo passar a se figurar como uma centralidade urbana dentro da RMG (PINTO, 2010).

Por outro lado, esses fluxos são frutos da concentração de empregos em Goiânia. Dados do CAGED/ MTE dos anos 2000 e 2010 indicam que a capital concentrou 82,63% e 78,07% do estoque de empregos da RMG. Outro dado que confirma essa característica é o número de empregos gerados. De acordo com o órgão estatal 78,1% dos empregos gerados em 2010 na região se localizaram também no mesmo município. A periferia concentrou nos mesmos períodos apenas 17,37% e 11,93% dos empregos respectivamente. Assim, os dados

comprovam e atestam os motivos pelas quais os maiores fluxos de trabalhadores se direcionam ao núcleo metropolitano, que é devido a concentração econômica e de empregos, frutos do processo de desenvolvimento capitalista desigual e localizado, como também pelos efeitos das economias de aglomeração.

Em relação aos fluxos referentes a estudos, os maiores são: Aparecida-Goiânia, Senador Canedo-Goiânia, Goiânia-Aparecida e Trindade-Goiânia. Observa-se que os fluxos de trabalho praticamente se reproduzem nos fluxos de estudos, o que mostra a forte integração entre os municípios do chamado entorno com o núcleo metropolitano. Além disso, os equipamentos de Educação como escolas, universidades e faculdades estavam majoritariamente concentradas em Goiânia.

Em suma, podemos afirmar que os maiores fluxos de trabalhadores e estudantes tiveram como territórios de origem os municípios periféricos, enquanto que os territórios de destino em maior parte foi o núcleo metropolitano. Isso está relacionado ao processo de concentração econômica presente em Goiânia, bem como aos efeitos gerados pela ação do mercado imobiliário que tem implantado loteamentos, condomínios residenciais de média e alta renda, como também de chácaras nas proximidades dos troncos viários de acesso à capital (ARRAIS, 2013), fazendo com que pelas menores distâncias, muitos mantenham vínculos com a capital, reverberando assim nos fluxos pendulares da RMG.

6 - A ESTRUTURA ETÁRIA METROPOLITANA: a transição demográfica, envelhecimento populacional, renda e IDH

O presente capítulo tem como objetivo analisar estrutura etária metropolitana relacionando com a transição demográfica e com o processo de envelhecimento populacional. Além disso, examinaremos a evolução da renda e do IDH dos municípios e da região no geral.

6.1 – A Transição Demográfica e os seus efeitos na estrutura etária

No Brasil, estamos vivenciando um processo chamado de transição demográfica, em que até a década de 1970 as taxas de fecundidade e mortalidade apresentaram se relativamente altas. Porém, a partir dessa década, estamos presenciando altas quedas relativas nessas taxas, levando o país a sofrer baixas taxas de crescimento populacional.

Na escala global, esse processo já havia ocorrido nos países europeus entre os séculos XIX e XX. Isso foi facilitado devido o fato desses países terem se modernizado primeiro que o Brasil. Em alguns países como Espanha, Portugal, Noruega, Finlândia, Suécia, entre outros, a taxa de fecundidade está abaixo da reposição, o que tem levado como consequência, o envelhecimento da população europeia. Em alguns deles, por exemplo, o estado tem estimulado as mulheres a terem filhos. No Japão e na China, a lei do filho único também levou a essa consequência, fato que fez o governo chinês a rever essa conduta. Contexto diferente é o da Índia, onde devido a fatores religiosos, as mulheres não podem utilizar métodos contraceptivos.

Aliado a isso, existem fatores culturais, sociais, econômicos e até mesmo políticos que tem contribuído para esse processo, como por exemplo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as mudanças no interior das famílias, o retardamento das uniões nupciais, o facilitado acesso aos métodos anticoncepcionais, entre outros. No entanto, esse fenômeno não tem sido apenas recorrente na escala nacional, mas também na estadual, municipal e metropolitana.

No caso das regiões metropolitanas, os dados nos mostram que os núcleos metropolitanos têm experimentado altas reduções em suas taxas de fecundidade e mortalidade, mostrando que nesse espaço esse processo tem ocorrido em maior proporção em relação ao país e aos Estados. Porém, o que se percebe ao analisar os dados é que as taxas de fecundidade nas áreas metropolitanas ainda continuam altas. Na Tabela 22 detecta-se que esse fenômeno tem acontecido na RMG.

Os dados nos mostra, que no início da década de 1990 as taxas de fecundidade da região e dos municípios foram altas, sendo que quase todos tiveram taxas acima do nível de reposição, exceto o núcleo metropolitano. Destaques foram para os municípios de Goianópolis e Senador Canedo, que possuíram as maiores taxa de fecundidade com acima de três filhos por mulher. O núcleo metropolitano obteve a menor taxa de 2,04, ligeiramente abaixo desse índice, que é de 2,1. Contudo, podemos dizer que ainda assim esteve repondo sua população.

Com relação aos outros períodos, observamos que essa tendência tem se acentuado na maioria dos municípios periféricos, porém, alguns apresentaram decréscimos de queda baixos, como é o caso de Santo Antônio de Goiás, que de 2000 a 2010 passou de uma taxa de 2,43 para 2,38, diferentemente de Senador Canedo, que obteve o maior índice de diminuição, passando de 3,46 para 2,12 filhos por mulher. Isso revela que a transição demográfica está ocorrendo de forma diferenciada dentro da RMG, revelando por um lado, que alguns municípios estão em andamento, como são os casos dos que possuem altas taxas de fecundidade, mesmo que declinantes e, por outro, alguns onde esses índices estão abaixo ou próximos a taxa de reposição, mostra-se que já estão em processo de consolidação da transição demográfica.

As maiores taxas de fecundidade estão presentes em municípios que estão localizados no entorno da metrópole, o que nos mostra que por mais que tenham tido declínios, a fecundidade ainda continua levemente acima da taxa de reposição. A urbanização pouco contribuiu para índices menores, o que tem auxiliado para a manutenção da taxa de reposição da região.

Alguns municípios que possuíam taxas altas nas décadas anteriores estavam passando por um processo de urbanização, outros, porém, ainda possuíam altos estoques de áreas rurais, que certamente esses fatores pode ter contribuído para o declínio das taxas de fecundidade. No entanto, essa realidade é um pouco distinta na RMG, pois muitos municípios no começo da década de 1990 já tinham elevados índices de urbanização, desse modo, apresentaram taxas altas de fecundidade. Um exemplo é Aparecida de Goiânia, que em 1991 cada mulher ao final do período reprodutivo teve em média mais de três filhos, enquanto que em 2010 houve um arrefecimento para 1,98.

No ano de 2010, os maiores níveis de fecundidade se concentraram nas faixas etárias de 20 a 24 e 25 a 29 anos, sendo a maior predominância na segunda. Ou seja, as mulheres da RMG estão preferindo terem filhos depois dos vinte e cinco anos.

Outro município emblemático é Senador Canedo, que na década de 1990 possuiu uma taxa de 3,46 e na primeira década do século XXI essa declinou para 2,12, estando acima da taxa de reposição. Acreditamos que os municípios que ainda possuem altas taxas de fecundidade, provavelmente recebem influência da migração, pois grande parte das mulheres que migram são jovens e estão em idade reprodutiva. Isso certamente deve ter contribuído para esse processo.

Tabela 22: RMG: Taxa de Fecundidade Total – 1991, 2000, e 2010

Municípios	1991	2000	2010
Abadia de Goiás	-	2,85	1,98
Aparecida de Goiânia	3,17	2,25	1,85
Aragoiânia	2,66	2,6	2,14
Bela Vista de Goiás	2,64	-	2,07
Bonfinópolis	3,16	-	2,28
Brazabrantes	2,99	-	1,74
Caldazinha	-	-	1,87
Caturai	2,63	-	2,5
Goianópolis	3,86	2,95	2,19
Goiânia	2,04	1,79	1,42
Goianira	2,92	2,85	2,19
Guapó	3,02	-	2,02
Hidrolândia	2,97	2,85	2,11
Inhumas	2,28	-	1,64
Nerópolis	2,59	2,19	2
Nova Veneza	2,61	-	2,05
Santo Antônio de Goiás	-	2,43	2,38
Senador Canedo	3,46	3,06	2,12
Terezópolis de Goiás	-	-	2,17
Trindade	2,84	2,23	1,99
Total	2,86	2,1	1,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

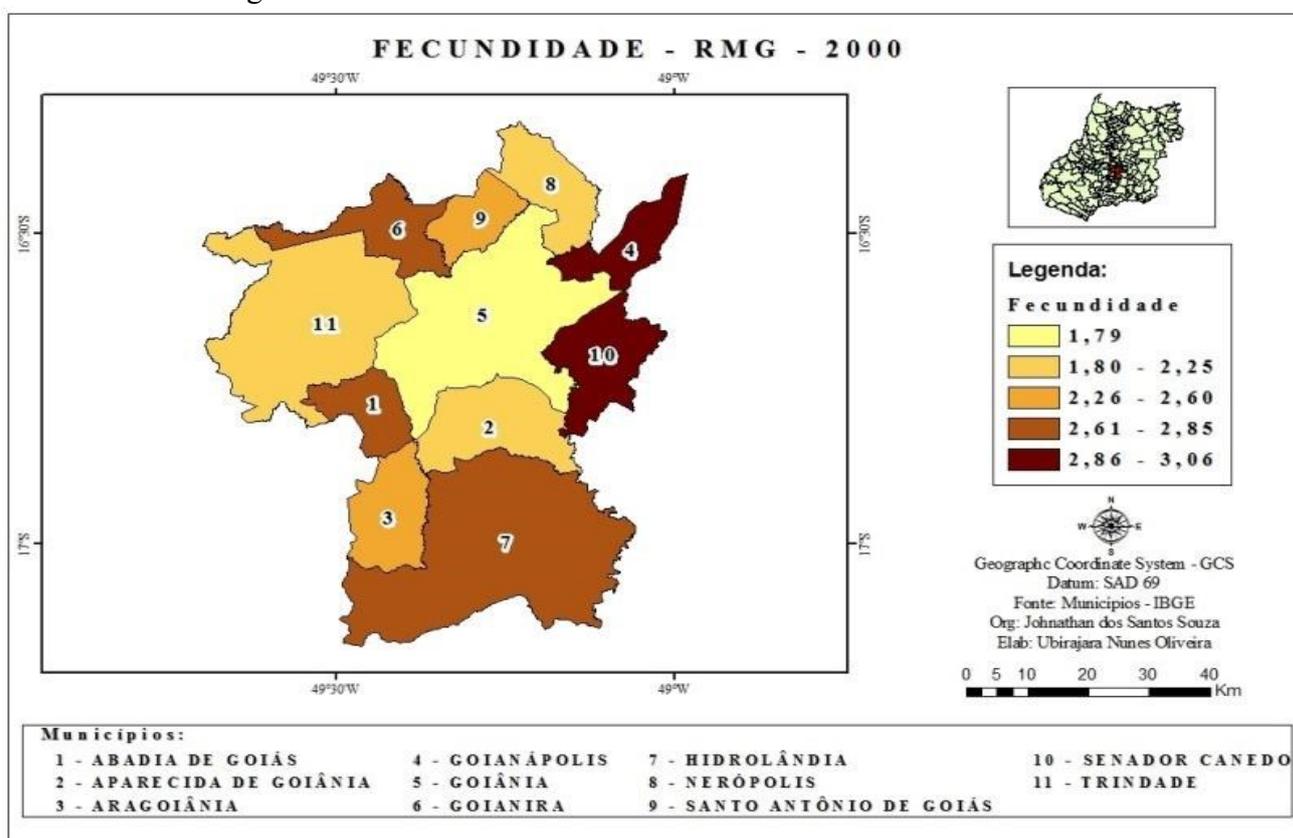
Além disso, o pensamento de que a criação dos filhos tem sido mais dificultosa em virtude dos altos custos, faz com que muitas famílias prefiram um ou dois filhos. Os fatores socioeconômicos também têm influenciado nesse processo. Outro motivo que pode contribuir é o caso de muitas mulheres que tem deixado para terem filhos depois dos 30 anos, pois primeiramente algumas cursam nível superior, outras entram no mercado de trabalho e outras prolongam o celibato.

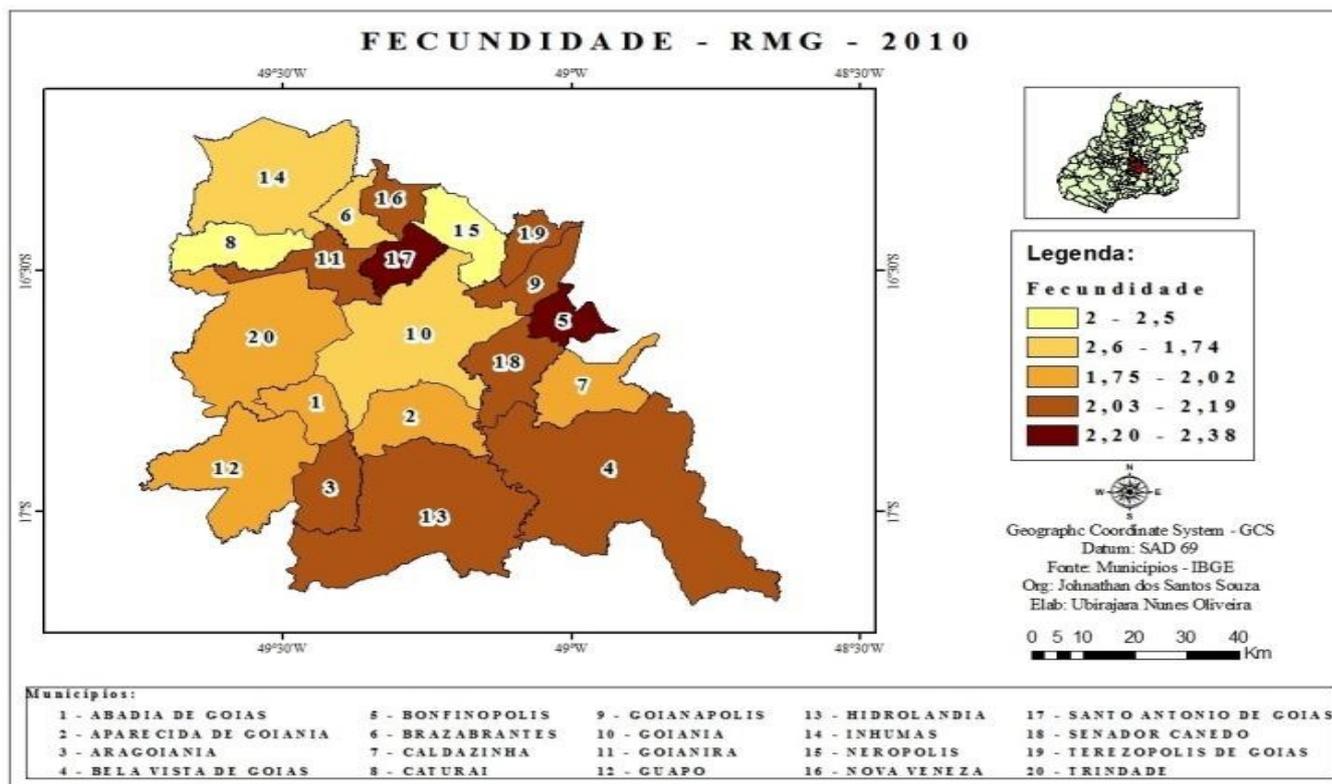
De acordo com Silva (2012), os espaços metropolitanos são os primeiros que experimentam as mudanças demográficas e dentro das metrópoles, os núcleos metropolitanos são os primeiros a passarem por isso, não é atoa que as menores taxas de fecundidade estão

localizadas nesses espaços.

A taxa de fecundidade tem diminuído em virtude do aumento do número de mulheres com idade acima dos 30 anos. Esse retardamento da maternidade tem gerado como consequência o crescimento da idade média de ser mãe. Ou seja, as mulheres estão preferindo terem filhos depois dos 30 anos. Esse fenômeno vai de encontro com os argumentos citados acima, como também de Berquó e Garcia (2012), que a entrada tardia na maternidade ou o adiamento é fruto não só do desejo de obter ou prolongar a vida educacional, como também de uma dada condição da juventude em assumir responsabilidades irreversíveis, frutos do desejo de “aproveitar a vida na terra” durante a fase da juventude.

Figura 13: RMG: Taxa de Fecundidade Total – 2000 e 2010





Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano PNUD – 2013.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

O processo de declínio da fecundidade tem sido acompanhado pelas quedas nas taxas de mortalidade. Alguns autores indicam e os dados do IBGE mostram que o país está tendo diminuições nas taxas de mortalidade, tanto infantil, quanto a geral. No caso da RMG, isso também tem ocorrido.

Podemos notar que no final do século XX todos os municípios tinham altas taxas de mortalidade infantil, sendo que a média para a região foi de menos de 30,00. Goiánópolis e Nova Veneza se destacaram com as maiores taxas. No início do século XXI, a média da região declinou para cerca de 25,00. Essa tendência de decréscimo se acentua em 2010, quando quase todos registraram médias abaixo dos 15,00, exceto Teresópolis de Goiás, que ficou acima desse nível.

Tabela 23: RMG: Taxa de Mortalidade Geral – 1991/2000/2010 (%)

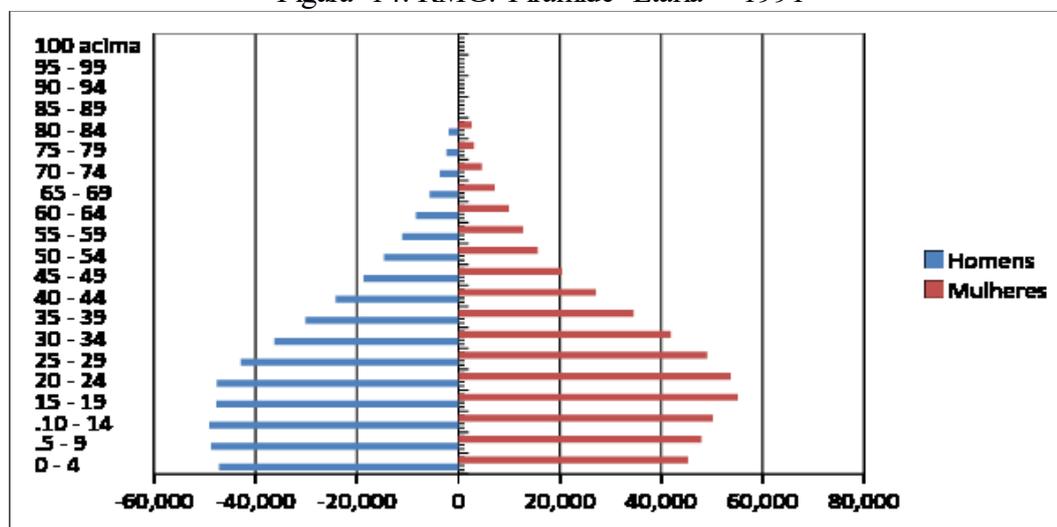
Municípios	1991	2000	2010
Abadia de Goiás	-	8,04	4,22
Aparecida de Goiânia	3,95	4,06	4,76
Aragoiânia	3,46	4,82	5,02
Bela Vista de Goiás	4,68	-	6,27
Bonfinópolis	1,41	-	5,84
Brazabrantes	4,28	-	3,71
Caldazinha	-	-	3,31
Caturai	4,35	-	6,19
Goianápolis	3,64	4,68	5,33
Goiânia	4,59	4,81	5,83
Goianira	3,57	5,39	4,73
Guapó	5,43	-	5,94
Hidrolândia	4,48	3,82	5,69
Inhumas	4,98	-	7,56
Nerópolis	6,24	7,37	5,9
Nova Veneza	7,59	-	5,9
Santo Antônio de Goiás	-	2,25	4,25
Senador Canedo	3,39	3,84	4,29
Terezópolis de Goiás	-	-	4,72
Trindade	5,45	5,13	4,36
Total	4,54	4,67	5,48

Fonte: TabNet - DataSus – 1991, 2000, 2010

Organizado e Elaboração: SOUZA, J.S.

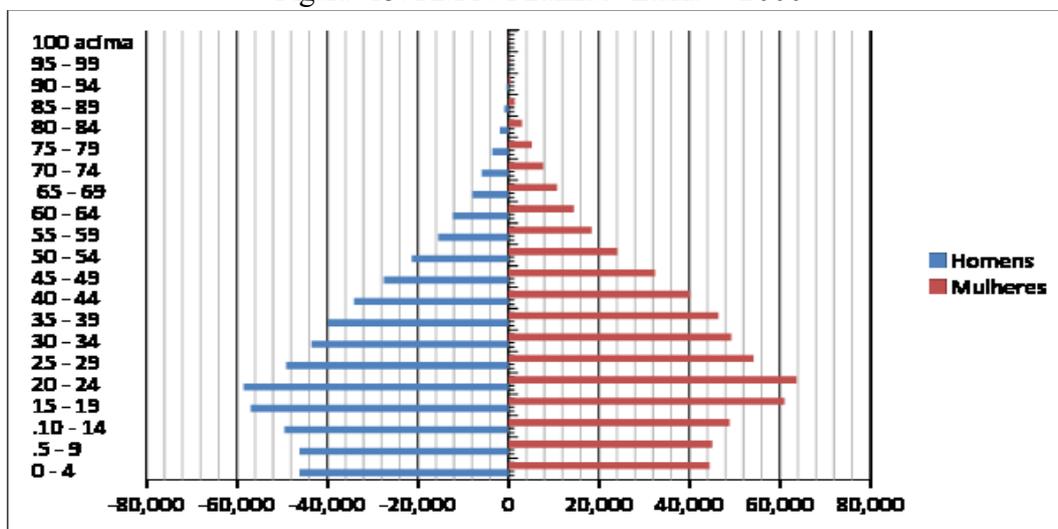
Esses processos de declínio das taxas de fecundidade e mortalidade, denominado de transição demográfica, tem levado a um processo de envelhecimento populacional e diminuição da população jovem na região. Isso pode ser evidenciado pelas pirâmides etárias (Fig. 15). Aliás, segundo Chaveiro et al (2009), as pirâmides etárias são capazes de representar as mudanças no padrão demográfico.

Figura 14: RMG: Pirâmide Etária – 1991



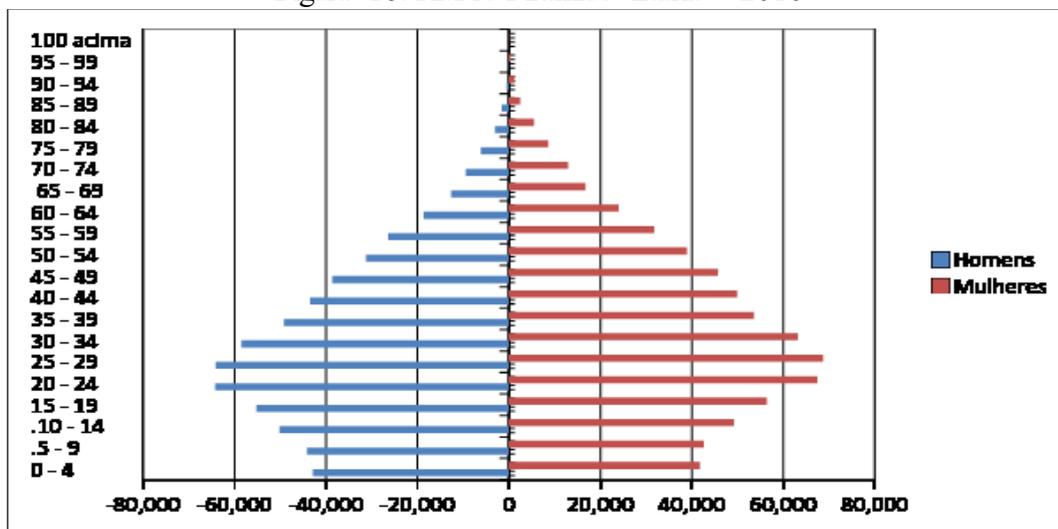
Fonte: Censo Demográfico – 1991.
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Figura 15: RMG: Pirâmide Etária – 2000



Fonte: Censo Demográfico – 2000
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Figura 16: RMG: Pirâmide Etária – 2010



Fonte: Censo Demográfico – 2010
Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Ao analisarmos a pirâmide de 1991, vemos que essa apresentou uma base bem redonda e o topo fino. Essas características são de uma população bem jovem, com poucos idosos, altas taxas de fecundidade, seguidas de altas taxas de mortalidade. Isso pode ser comprovado com os dados referentes às faixas etárias de 0-14, 15-64 e acima de 65 anos.

A Figura 15 em 2000 revela uma base reduzida, com o topo e o meio apresentando forma alargada. Essa já mostra uma população passando por transição demográfica, com

declínio nas taxas de fecundidade e diminuição da mortalidade.

Em 2010 a pirâmide etária (Fig. 16) apresenta algumas diferenças em relação a anterior. A base aparece de forma bem reduzida, o meio alargado e no topo um pequeno aumento. Essas características denotam que a população durante essa década obteve um declínio nas taxas de fecundidade e mortalidade, confirmando assim o processo de transição demográfica.

A queda das taxas de fecundidade e mortalidade permite nos dizer que a região está passando por um processo de transição demográfica, mas de forma lenta, pois alguns municípios apresentaram taxas de fecundidade acima do índice de reposição, sendo que em alguns municípios esses índices foram mais altos que a média da região e outros acima da média do estado ou até mesmo do país.

Os dados mostram que em 1991, a classe de 15-64 anos representou quase 64% da população da RMG que formavam a P.E.A (População Economicamente Ativa), índice que aumentou para quase 72% em 2010. A faixa das crianças passou de 32,78% na década de 1990 para 22,63%, tendo uma queda percentual nas duas décadas. Já a população idosa apresentou crescimento nos três períodos analisados, subindo de 3,3% para 5,7%.

Em relação aos municípios, no primeiro período (1981 a 1991), os índices de crianças tiveram sua maior proporção em Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, enquanto os menores em Nova Veneza e Goiânia, conseqüentemente, os mesmos municípios que apresentaram os menores índices de crianças na população total. Em contrapartida, as maiores taxas de idosos se localizaram em Nova Veneza e Bonfinópolis.

Em 2000, os municípios com maiores porcentagens de crianças foram os mesmos do período passado. Por outro lado, a menor se localizou no polo metropolitano, fruto certamente dos altos declínios da taxa de fecundidade. As maiores proporções de adultos estiveram localizadas no núcleo e nos municípios do entorno da capital, sendo que os valores foram acima de 65% para todos e de quase 70% para a capital. Já os índices de envelhecimento se localizaram em Aragoiânia e Hidrolândia.

Por fim, na última década, percebemos que a queda na porcentagem das crianças por município diminuiu bastante, fortalecendo a transição demográfica. Senador Canedo juntamente com Teresópolis foram os que tiveram os valores maiores, enquanto que os menores ficaram na capital.

A partir desses dados, podemos confirmar que houve uma diminuição da população de crianças, conseqüência da diminuição das taxas de fecundidade e também das migrações que somam a população local, sobretudo indivíduos adultos. Outro aspecto que pode ser

considerado na redução da participação das crianças na população total é a melhora na condição de saúde dos idosos, aumentando a longevidade.

Os dados mostram que a região metropolitana possui um bônus demográfico que pode contribuir ainda mais para o crescimento econômico regional e deve ser ativado para gerar desenvolvimento.

Em relação a expectativa de vida, vemos que em 1991 a expectativa de vida da região era alta em comparação com a do estado de Goiás que é de 65 anos e menor que do Brasil (66 anos). As altas taxas de mortalidade infantil registradas naquela época pode ter influenciado esse valor.

Os municípios que possuíam os maiores índices de expectativa de vida foram Nerópolis, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Trindade, e Goiânia. Nota-se que ambos tiveram baixas taxas de mortalidade infantil em até cinco anos, o que justifica uma maior expectativa de vida.

Observamos também que há um padrão dos municípios e da região no que concerne a esperança de vida. Todos eles na época tiveram acima de 62 anos. Esse baixo tempo de vida foi influenciado pelas altas taxas de mortalidade, seguidas de altas taxas de fecundidade.

Em 2000 houve uma melhora em todos os municípios dos índices de expectativa de vida. Para a região o valor foi de 69,9 anos, acima da média do país, 68,6 e do estado, 69,68. Observamos que ocorreu um ganho de mais de quatro anos de vida para a população da região, que foi significativo.

Por municípios vemos que o município de Nerópolis possuiu o maior índice, seguido por Aragoiânia e Trindade. Os menores foram de Goianópolis, Senador Canedo e Abadia de Goiás. Percebemos que os primeiros mencionados possuíram as maiores expectativas de vidas devido terem os maiores percentuais de pessoas idosas. Já os que obtiveram os menores foram influenciados pelas altas taxas de mortalidade infantil e mortalidade até cinco anos de idade.

6.2 – Índices Sociais da RMG: uma análise da Renda per Capita e do Índice do Desenvolvimento Humano

A renda per capita, segundo o Glossário do Atlas do Desenvolvimento Humano é “a razão do entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes particulares permanentes e o número total desses indivíduos”. Ou seja, é a renda familiar dividida pelo número de componentes. Esse índice para a RMG no ano de 1991 foi de R\$ 289,52, bem acima do salário mínimo vigente. Os maiores níveis estiveram nos municípios de Goiânia,

Inhumas e Nerópolis, enquanto os menores se localizaram em Senador Canedo e Caturai.

Em 2000 a renda per capita da região foi de 5,13 salários mínimos. Em comparação a Goiás, foi acima do estado, que foi de 3,78 salários mínimos. Observamos na tabela que em comparação com o salário mínimo vigente na época, todas as rendas per capita por municípios foram acima do salário mínimo e quase todas estiveram acima de dois salários, o único destaque foi a renda de Goiânia, que correspondeu a quase sete salários mínimos. As menores rendas per capita se localizaram em Goianópolis, Senador Canedo e Goianira. Apenas o núcleo metropolitano possuiu nível de renda acima da média da RMG, que em termos salariais correspondeu a 5,13 salários. Nota-se que nesse período os maiores níveis de rendas se localizaram no Sul da região. No caso de Nerópolis é por causa das indústrias presentes nesse município, enquanto o de Santo Antônio de Goiás são os empregos públicos da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias).

A partir dos anos 2000 com a incorporação de sete municípios ao longo do período, notamos que houve uma queda na renda per capita regional como também dos municípios. Em relação aos municípios, quase todos apresentaram rendas per capita acima do salário mínimo da época (R\$ 510,00), exceto Caturai e Terezópolis de Goiás, que tiveram valores abaixo. Talvez a mudança que houve foi em relação a localização espacial dos níveis de renda maiores. Se no período passado essas se concentraram ao norte da região, em 2010 passaram a se localizar nos municípios ao Sul da RMG. Segundo Chaveiro e Calaça (2005, 2005, p.11),

as desigualdades no índice de desenvolvimento além de demonstrar a força do centro hegemônico nacional, esclarecem que a política pública deve agir para que haja o aumento dos índices de desenvolvimento, pois a livre iniciativa da economia segue apenas o padrão hegemônico impondo sobre o território o que lhe convém segundo as leis do custo e da lucratividade, usando geralmente os critérios locais, as densidades técnicas, a oferta de mão-de-obra e as possibilidades de fluxos dos lugares.

Tabela 24: RMG: Renda Per Capita e IDH –1991, 2000, 2010

Municípios	Renda Per Capita - R\$			IDH		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Abadia de Goiás		385,66	574,96	0	0,569	0,708
Aparecida de Goiânia	303,36	399,29	689,30	0,445	0,582	0,718
Aragoiânia	249,39	384,34	560,22	0,45	0,562	0,684
Bela Vista de Goiás	334,09		708,62	0,446	0	0,716
Bonfinópolis	221,85		520,02	0,413	0	0,683
Brazabrantes	204,71		541,90	0,415	0	0,701
Caldazinha			515,56	0	0	0,685
Caturai	209,04		500,32	0,396	0	0,664
Goianópolis	269,77	273,31	543,48	0,4	0,507	0,703
Goiânia	693,72	1001,94	1348,55	0,6	0,715	0,799
Goianira	233,13	365,72	529,59	0,416	0,566	0,694
Guapó	297,25		657,02	0,454	0	0,697
Hidrolândia	221,43	417,54	651,41	0,427	0,566	0,706
Inhumas	369,65		697,81	0,49	0	0,72
Nerópolis	293,96	458,18	555,47	0,461	0,616	0,721
Nova Veneza	227,90		521,40	0,451	0	0,718
Santo Antônio de Goiás		439,87	574,63	0	0,619	0,723
Senador Canedo	208,00	317,14	537,58	0,365	0,505	0,701
Terezópolis de Goiás			472,43	0	0	0,685
Trindade	295,15	369,43	558,61	0,441	0,568	0,699
RMG	289,52	775,29	1063,93	0,442	0,579	0,706

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – 2013.

Elaboração e Organização dos Dados: SOUZA, J.S

Através dos dados vemos que Goiânia por ser o núcleo metropolitano e concentrar a maior parte das empresas e dos empregos, possuiu o maior nível de renda per capita da região. Os municípios que possuem forte relação com essa cidade tiveram baixos níveis de renda, o que permite dizer que as economias de todos dependem em muito da dinâmica econômica da capital.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que é a junção de três elementos: educação, expectativa de vida e renda, observamos na tabela 24 que o da região em 1991 foi de 0,442. Por municípios, notamos que a maior parte, metade apresentaram valores acima da média regional, sendo que os maiores índices se localizaram em Goiânia, Inhumas e Nerópolis. Na classificação, a predominância se deu no grupo Muito Baixo, ou seja, os índices de desenvolvimento humano nessa época foram baixíssimos, exceto na capital.

No ano de 2000 a região teve um aumento expressivo no índice, chegando a 0,667. No que diz respeito aos municípios, o maior índice foi registrado no núcleo central, sendo o único que obteve nível acima do índice regional. Percebemos que nessa década, a maioria se classificou como Baixo Desenvolvimento, apenas três que não: Goiânia como Alto e

Nerópolis e Santo Antônio de Goiás na faixa Médio. De 1991 a 2000 os municípios que obtiveram os maiores crescimentos percentuais no IDH foram Hidrolândia e Senador Canedo, com 15,9% e 15%, respectivamente. Agora o menor foi de Goianópolis com apenas 9,02%.

E em 2010 houve uma enorme mudança no sentido positivo, pois os índices apresentaram altos níveis de desenvolvimento. Mais da metade alcançaram a faixa de desenvolvimento Médio, enquanto que a capital o Alto. Em relação aos municípios, tirando Goiânia que sempre foi alto, os maiores níveis foram apresentados por Santo Antônio de Goiás, Nerópolis e Inhumas. Já os menores, se localizaram Caturai, Bonfinópolis e Aragoiânia.

Em relação aos componentes, notamos que a Renda foi o índice que obteve o maior peso no IDH da região. Nos municípios, o maior foi a Longevidade, o que pode explicar o aumento da expectativa de vida da população relacionada com a queda dos índices de mortalidade infantil.

Podemos dizer que o aumento dos índices da maioria dos municípios teve muita influência do aumento da Educação e da Expectativa de vida. E em 2000, houve uma melhora dos índices, no entanto, o maior número de municípios foram classificados na faixa baixa. Em 2010, a maior parte saiu da condição de Baixo para Médio e Alto desenvolvimento. Provavelmente, as políticas de redistribuição de renda, como Bolsa Família e aposentadoria rural pode ter influenciado no crescimento dos índices.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a dinâmica populacional de um determinado espaço geográfico não é uma coisa tão fácil e no caso da RMG, talvez a tarefa seja complicada. No texto, trabalhamos com a ideia da dinâmica populacional como conceito geográfico e como processo geográfico. O primeiro se refere a uma lente analítica que permite compreender as transformações populacionais a partir da dimensão espacial e temporal. Já no segundo, a analisar como as mudanças na população geraram transformações socioespaciais.

Em duas décadas a RMG passou por várias mudanças populacionais. Notamos que sua população é altamente concentrada, pois 90% do quantitativo populacional está em apenas quatro municípios, isso é fruto do processo de expansão urbana que começou na década de 1970, quando algumas mudanças nas normas urbanísticas da capital não permitiram a implantação de loteamentos por um certo período devido às exigências de várias benfeitorias, o que acabou gerando como consequência a especulação imobiliária. Com isso, os preços dos lotes urbanos elevaram-se. Conjugado a esse acontecimento, houve uma enorme migração de pessoas de outros Estados brasileiros para a capital, que ao encontrar essa realidade não teve outra saída e acabaram migrando para os municípios do entorno de Goiânia.

Baseando-se nos dados apresentados, como também em alguns autores, notamos que o principal fenômeno responsável pelo crescimento e expansão urbana da região, foram os fluxos migratórios, tanto os interestaduais, como os intraestaduais na escala nacional e na intrametropolitana, e os fluxos núcleo-periferia.

Ao analisarmos os fluxos de outros estados brasileiros para a Região Metropolitana de Goiânia, notamos que, diferente de outras regiões metropolitanas brasileiras que apresentaram reduções percentuais em seus fluxos, na RMG os fluxos migratórios interestaduais tem apresentado crescimento significativo, tanto nos fluxos de chegada, quanto nos saldos migratórios. Percebemos também, que esses possuem majoritariamente como espaços de origem apenas oito estados, sendo a maior parte, limítrofe ao território goiano. Além do crescimento e da grande participação dos estados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Pará. Em relação às regiões brasileiras, os dados mostram que o Nordeste e o Norte do Brasil são os “berços demográficos” para a RMG, já que a maior parte desses migrantes possuem como origem os Estados localizados nessas duas regiões.

Além disso, notamos que os maiores fluxos migratórios interestaduais, assim como os maiores saldos migratórios, provêm de Estados onde o dinamismo econômico é relativamente baixo, exceto a Bahia e o Distrito Federal. A partir dessa análise, podemos dizer que um dos

motivos que levam os migrantes a mudarem para a região é a busca por empregos e por melhores condições de vida.

Pôde-se observar que o incremento desses fluxos tem grande participação da migração dos maranhenses e paraenses, principalmente no período 2005/2010. Isso está relacionado à questão das redes sociais migratórias, que em conversas com alguns migrantes, a maioria deles afirmou que vieram por causa dos familiares que já residiam em Goiânia ou nos municípios do entorno, como também por causa da oferta de empregos no setor do comércio, serviços e da construção civil.

No que se refere aos municípios emissores, constatamos que o núcleo metropolitano recebeu a maior parte dos migrantes interestaduais, o que implica afirmar que ainda mantém uma forte polarização aos Estados emissores, como também, dentro da região. Aparecida de Goiânia aos poucos tem aumentado sua capacidade de atração migratória, haja vista que, os fluxos interestaduais no último quinquênio quase ultrapassaram o fluxo proveniente de Goiânia. Futuramente esses serão predominantes para o município, o que nos leva a entender que esse fenômeno seja fruto da sua centralidade dentro da RMG.

No que concerne à distribuição desses fluxos por municípios, notamos que, em ambos os períodos, a maior parte se concentrou em Goiânia, o que ficou demonstrado a forte polarização exercida sobre as regiões e os municípios emissores.

Em relação aos fluxos intraestaduais, os dados nos mostram que os maiores fluxos são oriundos das regiões mais pobres de Goiás, que é o Norte goiano e o Oeste goiano. Esse fluxo proveniente dessas duas regiões foi responsável por 41,73% do total de migrantes que chegaram à RMG. No que diz respeito aos fluxos de saída, o Oeste, Sul e Centro também foram os que mais receberam migrantes da RMG. Quanto ao saldo migratório, que é o índice que indica a quantidade de pessoas retidas no espaço de destino, mostra que mais da metade das trocas migratórias se deram com o Norte e o Oeste. A polarização de Goiânia exercida pela oferta de empregos, bens e serviços contribuiu para a atração de migrantes desses dois espaços, além, da pouca oferta de oportunidades ocupacionais presentes nas duas regiões.

No que concerne a distribuição dos fluxos migratórios intraestaduais para os municípios metropolitanos, percebemos que esses foram concentrados em apenas dois municípios, Goiânia e Aparecida. No primeiro período, o núcleo metropolitano recebeu mais de 45 mil pessoas, no segundo, quase 51 mil e no terceiro, menos de 35 mil, apresentando assim um crescimento do primeiro para o segundo e uma queda de 50% no terceiro período. Isso mostra que até os anos 2000 Goiânia era vista como um local de oportunidades de

emprego e de melhorias das condições de vida, se consolidando como um dos espaços mais atrativos para a população do interior goiano, porém, a partir da primeira década do século XXI, essa realidade vem sofrendo mudanças. O que contribui para esse processo foi o crescimento dos fluxos emigratórios, mostrando que a capital já não é mais vista por uma parte dos migrantes intraestaduais como o único local de oferta de empregos, o que tem feito com que muitos escolham as cidades médias goianas, como é o caso de Rio Verde, Catalão, Anápolis, entre outras. Os dados mostram que Goiânia, por mais que tenha sofrido arrefecimentos em seus fluxos imigratórios, ainda continua como o principal receptor de migrantes intraestaduais da RMG. Isso se deve a concentração econômica e do mercado de trabalho.

Seguindo a lógica da capital, Aparecida de Goiânia a cada período tem se consolidado como um espaço de atração migratória para os demais municípios do território goiano. Os dados desagregados indicaram que muitos migrantes do interior goiano têm migrado para Aparecida de Goiânia, influenciados por dois motivos: o primeiro, é que devido aos altos custos de vida na capital, muitos migrantes mudam para Aparecida para ficarem próximos ao seu local de trabalho ou de estudo, já que a maior parte trabalha ou estuda no núcleo metropolitano. A segunda, é que devido a sua dinâmica econômica, esse município periférico tem atraído diversas pessoas de outras regiões goianas em busca de empregos e melhores condições de vida.

Os fluxos intrametropolitanos perderam força, influenciados, em parte, pela diminuição da emigração de Goiânia, pela imigração de alguns municípios como Aparecida de Goiânia, pelo fortalecimento das redes sociais migratórias interestaduais, como também pelos declínios das taxas de fecundidade, o que certamente tem influenciado na diminuição desses fluxos, já que de acordo com os dados, muitos migrantes têm preferido migrar diretamente para a periferia metropolitana do que primeiramente para o núcleo metropolitano. Além disso, os municípios que possuíram os maiores saldos migratórios foram os que tiveram as maiores taxas de crescimento demográfico e o quantitativo de domicílios aumentado. Além disso, esses dados nos mostraram que os municípios que possuíram a maior intensidade desses são justamente os locais onde o mercado imobiliário tem mais atuado, configurando-se o processo de expansão urbano-metropolitana.

Os fluxos migratórios em suas diferentes modalidades geraram como consequência os fluxos pendulares, por motivos de trabalho e estudo, pois a maioria das pessoas que migraram para os municípios periféricos continuaram tendo vínculos de trabalho e estudo com o núcleo

metropolitano. Os dados mostraram que os maiores fluxos são direcionados a esse espaço, o que mostra a forte capacidade de atração pendular.

Dessa forma, isso fez com que alguns municípios possuíssem em seu quantitativo populacional uma maior composição formada por migrantes. Notamos que a cada Censo a população migrante tem aumentado, ao passo que a natural tem diminuído. Além disso, apenas em um município a população natural ultrapassou a migrante, que foi Goiânia, processo esse que só veio ocorrer na primeira década do século atual. Também notamos que as Regiões de origens desses migrantes são o Nordeste e o Norte, e anteriormente eram o Sudeste e o Nordeste. Esses fatores nos revela que a RMG, além de ter se constituído em um local de destino de muitos migrantes que vem para o território goiano em busca de trabalho e emprego, tornando a região uma área de atração, tanto a nível nacional como regional, é formada em sua maioria por sujeitos nascidos em outros estados e municípios, pois parte desses, primeiramente chega a capital para depois migrarem para os municípios do entorno. Esse processo é causado pela dinâmica imobiliária, que com encarecimento do solo urbano em Goiânia provocou esse processo, influenciando assim no alto crescimento demográfico da região nos períodos estudados (1991/2000 e 2000/2010).

Porém, esse crescimento não seria expressivo sem a contribuição da fecundidade. Essa, juntamente com a taxa de mortalidade, foram altas, o que acabou ocasionando uma população jovem. Podemos ver que mesmo o país estando passando por um processo de transição demográfica, as taxas de fecundidade ainda continuam altas na RMG. No tocante a mortalidade, acreditamos que as melhorias nos níveis de educação, saúde e renda pode ter influenciado na diminuição dos índices de mortalidade geral.

No que concerne a estrutura etária da população da RMG, os dados mostraram que a cada censo, a população da Região Metropolitana está passando por um processo de envelhecimento, com a diminuição das crianças e com o crescimento dos jovens e adultos, e a de idosos tendo um lento crescimento, denotando características de quedas nas taxas de fecundidade e mortalidade. Isso mostra que existe uma demanda muito grande por empregos, pois essa faixa etária é a que pertence a população economicamente ativa, revelando assim, que a região possui um bônus demográfico que pode contribuir ainda mais para o crescimento econômico regional. Além disso, o crescimento dessa população pode está tendo contribuição dos fluxos migratórios.

Em relação aos índices sociais da região, os dados mostraram que tanto a renda per capita quanto o IDH apresentaram constantes melhoras, o que mostra que as políticas sociais de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, a Aposentadoria Rural, a valorização do

salário mínimo, o aumento da oferta da educação pública e as melhorias no acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento podem ter influenciado nesse processo.

A incorporação de sete municípios à região gerou poucas mudanças na dinâmica populacional, pois notamos que esses são os que possuem pequena população, baixo dinamismo econômico, índices de urbanização mediana, baixos níveis de renda, altas taxas de fecundidade e mortalidade, porém, grandes extensões territoriais.

Assim podemos concluir que as principais características da dinâmica populacional da RMG são:

- alta concentração demográfica em quatro municípios;
- altas taxas de crescimento na periferia metropolitana, em contraste com baixo crescimento do núcleo;
- altas taxas de urbanização;
- predominância da população de migrantes sobre a população nativa da região;
- predominância dos fluxos interestaduais tanto para os municípios, quanto para a RMG;
- Nos fluxos interestaduais, os espaços de origem são as Regiões Nordeste e Norte e quatro Estados brasileiros: Maranhão, Tocantins, Bahia e Pará;
- Nos fluxos intraestaduais, as regiões de origem são Norte, Nordeste e Oeste de Goiás, justamente as regiões mais pobres do Estado, o que leva a compreender que a busca por trabalho e melhores condições de vida impera nesse fenômeno;
- Nos fluxos intrametropolitanos, a emigração de Goiânia para a periferia tem diminuído, no entanto, continua como o fluxo de maior força dentro da região;
- Alguns municípios já estão atraindo pessoas de outros estados, ao passo que sua atração dentro da RMG tem arrefecido;
- A ocorrência dos três fluxos para/dentro da RMG geraram os fluxos pendulares, que possui como território de destino o núcleo metropolitano, sendo que os maiores fluxos são em sua direção;
- O fluxo pendular de maior predominância é o de Aparecida de Goiânia para Goiânia, enquanto que o fluxo reverso (Goiânia - Aparecida de Goiânia) tem se fortalecido;
- A estrutura etária é formada predominantemente por pessoas jovens na faixa da População Economicamente ativa, o que gera demanda por empregos;
- As taxas de fecundidade e mortalidade estão em declínio;
- Melhorias na renda per capita e no Índice de Desenvolvimento Humano;
- Aumento na expectativa de vida tanto da RMG quanto dos municípios.

E por último, o trabalho contribui para o entendimento de um dos elementos da complexidade metropolitana, além de apresentar subsídios para trabalhos mais aprofundados, como também, na formulação de políticas públicas por parte dos gestores públicos municipais e estaduais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Diego Pinheiro. **Metropolização e mobilidade**: análise dos deslocamentos intrametropolitanos de estudantes na região metropolitana de Goiânia, 2010 a 2013. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

ALMEIDA, Orlando Francisco da Rocha. Transformações no padrão demográfico de Goiás nas últimas décadas. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Orgs). **Abordagens Geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002, p.119-145.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Fecundidade e Gênero**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. 43p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093; n. 9)

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano**: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Ed. UFG, 2013

_____. **A Região como Arena Política**. Goiânia: Ed. Vieira, 2007.

_____. Acionando territórios: a mobilidade na Região Metropolitana de Goiânia e em Aparecida de Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 26, n. 1, 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: 20 de Julho. 2015

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Metrôpoles brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010. **Informe Gepec**, Toledo, v.15, número especial, p.634-648, 2011.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia da população**. São Paulo, 1958.

BRITO, Fausto. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. In: TALLER NACIONAL SOBRE MIGRACIÓN

INTERNA Y DESARROLLO EN BRASIL: DIAGNÓSTICO, PERSPECTIVAS Y POLÍTICAS, 2007, Brasília. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007.

_____ O deslocamento da população para as metrópoles. **Estudos Avançados** 20(57), 2006. São Paulo.

_____ Fecundidade abaixo da reposição, população estacionária por migração e efeitos sobre a estrutura etária. **Revista Brasileira de Estudos da População** v. 25, n. 2, p. 325-334, jul./dez. São Paulo, 2008.

BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: Um ensaio sobre o seu significado recente. In: Encontro Nacional de Migração. **Anais da ABEP**, Rio de Janeiro, 2005.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão Urbana nas Grandes Metrópoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

CAVENAGHI, Suzana; BERQUÓ, Elza. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, v.31, n.2, p. 471-482, jul./dez. 2014.

CUNHA, José Marco Pinto da. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada ao IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes. PEREIRA, Roberto Sampaio (Orgs). **Como Andam Belém e Goiânia**: Brasília, Ministério das Cidades, 2008.11vol.Como andam as Regiões Metropolitanas.Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993 – (Série Princípios).

CHAVEIRO, Eguimar Felício. CALAÇA, Manoel. REZENDE, Mônica Cristina da Silva. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Goiânia: Ellos, 2009.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**. 3 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

CRECI.GO. **Pesquisa de Lançamentos de Loteamentos Residenciais do Estado de Goiás**. CRECI.GO/DEPAMI. Abril de 2010, Goiânia.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2006 – (Caminhos da Geografia).

GEORGE, P. **Geografia da população**. São Paulo: Difel, 1978.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 8956, de 27 de Novembro de 1980**. Cria o Aglomerado Urbano de Goiânia, constituindo dos municípios que especifica. Diário Oficial do Estado de Goiás de 03 de Dezembro de 1980. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1> Acesso em: 14 de Jul.2014

GOIÁS (Estado). **Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999**. Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Público a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas. Diário Oficial do Estado de Goiás de 20 de Janeiro de 2000. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 14 de Jul.2014

GOIÁS (Estado). **Lei Complementar nº 48, de 09 de Dezembro de 2004**. Altera o caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999, modificada pelas Leis Complementares nº 30, de 09 de Junho de 2000, 34, de 03 de Outubro de 2001, e 37, de 12 de Dezembro de 2002. Diário Oficial do Estado de Goiás de 16 de Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 14 de Jul.2014

GOIÁS (Estado). **Lei Complementar nº 54, de 23 de Maio de 2005**. Altera o caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás de 04 de Maio de 2005. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 14 de Jul.2014

GOIÁS (Estado). **Lei Complementar nº 78, de 25 de Março de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia. Diário Oficial do Estado de Goiás de 05 de Abril de 2010. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis.php?tipo=complementar&pagina=1>> Acesso em: 14 de Jul.2014

GOMES, Horieste. TEIXEIRA NETO, Antônio. BARBOSA, Altair Sales. **Geografia: Goiás – Tocantins**. 2º ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Banco de dados agregados - Censo Demográfico e Contagem da População. In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Censo Demográfico 1991**: migração – microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico 2000**: migração e deslocamento – microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Censo Demográfico 2010**: migração e deslocamento – microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Regiões de influência das cidades, 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>> Acesso em mar. 2015.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman; BARÊA, Vera. Mobilidade populacional intrametropolitana de Goiânia no período 1970-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos...** Campinas: ABEP, 2000. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2015.

MATOS, Ralfô. Questões teóricas acerca dos processos de Concentração e Desconcentração da População. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, p. 35-58, 1995.

_____. Migração e Urbanização no Brasil. **Geografias** (UFMG) v.14, p. 7-27, 2012.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004. 420 p.

_____. BORGES, E.M. **Dinâmica do mercado imobiliário popular e seus impactos na reconfiguração espacial da RM de Goiânia**. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. 1 a 3 de setembro, 2010. Natal.

_____. BORGES, E. M. e CUNHA, D. F. **O estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010**. Boletim Informativo do Observatório das Metrópoles/INCT-CNPq. Ano III, nº 196, p. 1-27, 03 de agosto de 2011. In: www.observatoriodasmetropoles.net

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos para discussão**. 2004. 40p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093; n. 9).

PINTO, José Vandério Cirqueira. **Fragmentação da Metrópole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações para o espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia**. Goiânia, GO: IESA/UFG. (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2009.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (Coord.) **Os Estados e as Regiões Metropolitanas**

constitutivas do Observatório das Metrôpoles no Censo 2010. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. Metrôpoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.120, p.171-201, jan./jun. 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994 – (Estudos Urbanos; 5), 3Ed.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1992 – (Coleção espaços) 3 ed

SANTOS, Jair L.F. LEVY, Maria S.F. SZMRECSÁNY, T. (Orgs) **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994 – (Estudos Urbanos; 5). 3 Ed.

SAUVY, A. **Elementos da Demografia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979

SILVA, E.T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrôpoles.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

SINGER, P.I. **Economia política e urbanização.** 3ed. CEBRAP, Brasiliense, 1976.

SOARES, Aparecido Cunha. **O Índice de Eficácia Migratória: suas raízes e o seu uso na análise e interpretação dos movimentos migratórios.** 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/9033942/O_Índice_de_Eficacia_Migratória_suas_raízes_e_seu_uso_na_análise_e_interpretação_dos_movimentos_migratórios> Acesso em: 20 de Jul. 2015